



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Direito

Luiz Fernando Fontoura Lira

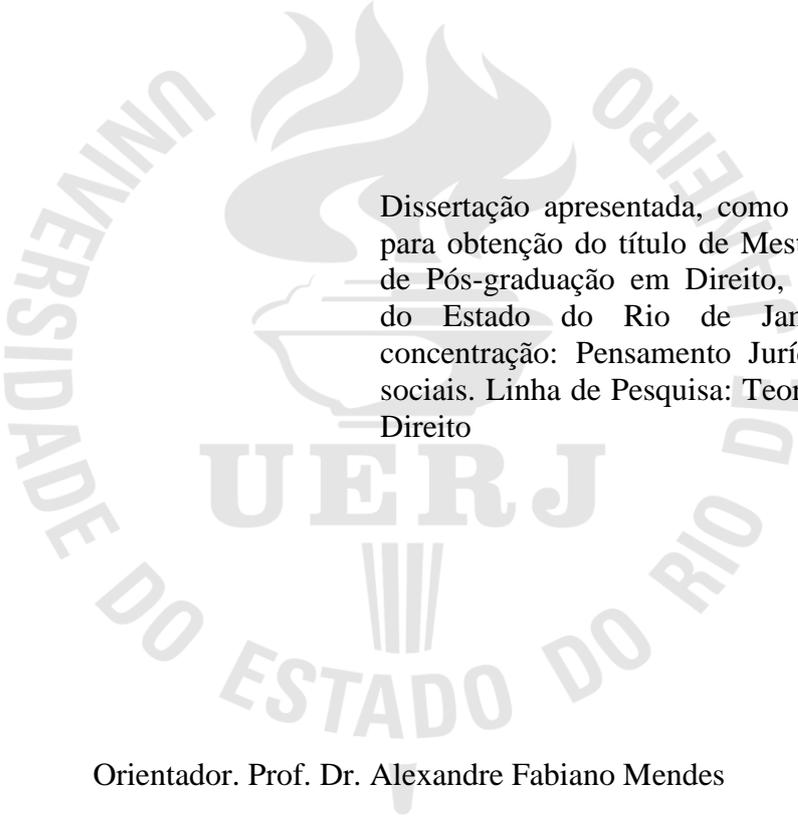
**Debates sobre o Estado capitalista: um olhar epistemológico sobre as  
teorias de Ralph Miliband e Nicos Poulantzas**

Rio de Janeiro

2020

Luiz Fernando Fontoura Lira

**Debates sobre o Estado capitalista: um olhar epistemológico sobre as teorias de Ralph  
Miliband e Nicos Poulantzas**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento Jurídico e Relações sociais. Linha de Pesquisa: Teoria e Filosofia do Direito

Orientador. Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/C

L768 Lira, Luiz Fernando Fontoura.  
Debates sobre o Estado capitalista: um olhar epistemológico sobre as  
teorias de Ralph Miliband e Nicos Poulantzas / Luiz Fernando Fontoura Lira  
- 2020.

128 f.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes.

Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Faculdade de Direito.

1. Capitalismo - Teses. 2. Poulantzas, Nicos Ar, 1936- - Teses. 3. Miliband,  
Ralph - Teses. I. Mendes, Alexandre Fabiano. II. Universidade do Estado  
do Rio de Janeiro. Faculdade de Direito. III. Título.

CDU 330.342.14

Bibliotecária: Angélica Ribeiro CRB7/6121

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Luiz Fernando Fontoura Lira

**Debates sobre o Estado capitalista: um olhar epistemológico sobre as teorias de Ralph  
Miliband e Nicos Poulantzas**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pensamento Jurídico e Relações Sociais. Linha de Pesquisa: Teoria e Filosofia do Direito.

Aprovada em 14 de outubro de 2020.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Alexandre Fabiano Mendes (Orientador)  
Faculdade de Direito – UERJ

---

Prof. Dra. Carolina Alves Vestena  
Universität Kassel – Alemanha

---

Prof. Dr. Ricardo Nery Falbo  
Faculdade de Direito – UERJ

Rio de Janeiro

2020

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu filho, Eduardo Assed Fontoura, a minha esposa, Adriana Mendes Pinheiro Assed, e aos meus pais, Maria Ines Fontoura Lira e Luiz Lira da Silva. Para vocês, com todo o meu amor e carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), instituição nobre que generosamente abriu suas portas para eu iniciar esta experiência enriquecedora.

Agradeço a minha saudosa orientadora, professora Caroline Ferri (in memoriam), que nos deixou prematuramente no ano de 2019. Até o fim da elaboração desta dissertação, consultei por diversas vezes suas anotações feitas de próprio punho no rascunho de meu projeto. Aqui deixo registrado minha singela homenagem. Meu muito obrigado.

Agradeço, especialmente, ao meu orientador, professor Alexandre Mendes, que diante de uma situação tão delicada se dispôs a me orientar neste trabalho, contribuindo com suas valiosas sugestões e revisões. Muito obrigado por toda sua disposição e atenção.

Também agradeço à professora Carolina Vestena, por ter participado da minha banca de qualificação, e pelas observações e críticas construtivas ao meu trabalho.

Um agradecimento especial ao professor Ricardo Nery Falbo, pelas orientações e conhecimentos partilhados ao longo do mestrado, e por poder compor esta banca examinadora.

Faço também um agradecimento aos colegas de mestrado que ingressaram no PPGD-UERJ comigo no ano de 2018.

A ciência, tal como a arte, a religião, o comércio, a guerra e até os sonhos, baseiam-se em pressupostos.

*Gregory Bateson*

## RESUMO

LIRA, Luiz Fernando Fontoura. *Debates sobre o Estado capitalista: um olhar epistemológico sobre as teorias de Ralph Miliband e Nicos Poulantzas*. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Filosofia do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A presente dissertação analisa as teorias sobre o Estado capitalista de Ralph Miliband e Nicos Poulantzas. A partir de um ponto de vista que enfatiza os diferentes pressupostos epistemológicos e ontológicos adotados por esses dois autores marxistas, buscamos desvelar de que forma tais pressupostos afetaram suas teorias substantivas sobre o Estado. Para isso, examinamos as obras *O Estado na sociedade capitalista (ESC)*, de Miliband, e *Poder político e classes sociais (PPCS)*, de Poulantzas, dois textos com abordagens bastante distintas. Nosso percurso se inicia com o exame da teoria desenvolvida por Poulantzas em *PPCS*, texto muito influenciado pelo programa epistemológico do filósofo franco-argelino Louis Althusser. Nessa parte do trabalho, fizemos uma breve exposição das teses althusserianas, especialmente as que são apresentadas nos textos *Por Marx* e *Ler O Capital*, esclarecendo o modo como Poulantzas adota tais teses epistemológicas em sua obra. Após isso, examinamos a teoria de Miliband presente em *ESC*, analisando as argumentações contidas nesse texto, para depois aprofundarmos no exame dos pressupostos epistemológicos e ontológicos adotados pelo autor, e suas principais consequências para as análises sociológicas substantivas apresentadas nesse texto. Por fim, comparamos as abordagens de Miliband e Poulantzas desenvolvidas nas duas obras mencionadas. Como nossa hipótese é a de que os desacordos, no campo da teoria sociológica substantiva, foram ocasionados pelas discrepâncias existentes no nível dos pressupostos, enfatizamos as diferenças de ordem epistemológica e ontológica existentes nos textos desses dois autores.

Palavras-chave: Estado capitalista. Ralph Miliband. Nicos Poulantzas. Pressupostos epistemológicos. Pressupostos ontológicos.

## ABSTRACT

LIRA, Luiz Fernando Fontoura. *Debates about the capitalist state: an epistemological look at the theories of Ralph Miliband and Nicos Poulantzas*. 2020. 128 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Filosofia do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This dissertation analyzes the theories about the capitalist state of Ralph Miliband and Nicos Poulantzas. From a point of view which emphasizes the different epistemological and ontological assumptions adopted by these two Marxist authors, we seek to reveal how these assumptions affected their substantive theories about the State. For this, we went over the works *The State in Capitalist Society (SCS)*, by Miliband, and *Political Power and Social Classes (PPSC)*, by Poulantzas, two texts with huge different approaches. Our journey begins with an examination of the theory developed by Poulantzas in *PPSC*, a highly influenced text by the epistemological program of the franco-algerian philosopher Louis Althusser. In this part of work, we made a brief presentation of Althusserian theses, especially those ones found in the texts *For Marx* and *Reading Capital*, clarifying the way how Poulantzas adopts such epistemological theses in his work. After that, we examined the Miliband theory present in *SCS*, analyzing the arguments contained in this text, and then consider deeper into the examination of epistemological and ontological assumptions adopted by the author, and their main consequences for the substantive sociological analyzes presented in that text. Finally, we compared the approaches of Miliband and Poulantzas developed in both mentioned works. As our hypothesis is that the disagreements, in the substantive sociological theory field, were caused by strong existing in the level of the assumptions, we emphasized the differences of epistemological and ontological order existing in these two authors texts.

Keywords: Capitalist State. Ralph Miliband. Nicos Poulantzas. Epistemological assumptions. Ontological assumptions.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<i>CSCH</i>	<i>Classes sociais no capitalismo de hoje</i>
<i>EPS</i>	<i>O Estado, o Poder, o Socialismo</i>
<i>ESC</i>	<i>O Estado na sociedade capitalista</i>
<i>MPC</i>	Modo de produção capitalista
<i>NLR</i>	<i>New Left Review</i>
<i>PPCS</i>	<i>Poder político e classes sociais</i>

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1</b>	<b>A TEORIA DO ESTADO CAPITALISTA DE POULANTZAS</b> .....	15
1.1	<b>A epistemologia althusseriana na obra de Poulantzas</b> .....	16
1.1.1	<u>Conhecimento como processo de produção</u> .....	17
1.1.2	<u>As bases para a “problemática” de Poulantzas</u> .....	29
1.2	<b>Estruturas e Práticas</b> .....	32
1.3	<b>Os conceitos de modo de produção e de formação social</b> .....	33
1.4	<b>As classes sociais</b> .....	40
1.5	<b>O conceito de poder</b> .....	45
1.6	<b>A assim chamada autonomia relativa do Estado</b> .....	47
1.7	<b>Ideologia e legitimação</b> .....	52
<b>2</b>	<b>A TEORIA DO ESTADO CAPITALISTA DE MILIBAND</b> .....	59
2.1	<b>A natureza e o papel do Estado capitalista</b> .....	60
2.2	<b>Uma classe economicamente dominante nas sociedades capitalistas avançadas</b> ..	64
2.3	<b>A elite e o sistema estatal</b> .....	71
2.4	<b>A autonomia relativa do Estado e suas funções</b> .....	76
2.5	<b>As classes sociais</b> .....	78
2.6	<b>O processo de legitimação do sistema capitalista</b> .....	81
2.7	<b>Questões metateóricas</b> .....	84
2.7.1	<u>A abordagem dos fatos concretos</u> .....	84
2.7.2	<u>Decisões metodológicas</u> .....	90
2.7.3	<u>A “problemática do sujeito”</u> .....	93
<b>3</b>	<b>EMPIRISMO E ESTRUTURALISMO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS TEORIAS DE MILIBAND E POULANTZAS</b> .....	96
3.1	<b>Pressupostos ontológicos</b> .....	96
3.2	<b>O <i>status</i> epistemológico das teorias de Miliband e Poulantzas</b> .....	104
3.3	<b>As teorias sociológicas do Estado capitalista de Miliband e Poulantzas</b> .....	107
3.4	<b>Como relacionar as duas abordagens com seus respectivos contextos sociais?</b> ..	116
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	122
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	125

## INTRODUÇÃO

Uma reflexão sobre o campo das ciências sociais contemporâneas revela que as pesquisas e as teorias sociológicas são desenvolvidas a partir de metodologias distintas e, em última análise, sob diversas perspectivas epistemológicas. À luz da filosofia da ciência, essa discussão em relação aos problemas e às implicações que essa diversidade de perspectivas pode ocasionar, chegou ao ponto de questionar a própria ciência como sistema capaz de reivindicar a racionalidade e a verdade.

Apesar disso, estão longe de serem claras as razões que fundamentam essa proliferação de “paradigmas”, especialmente porque, por vezes, cada um deles justifica uma prática da ciência de modo a excluir outros, considerados inadequados para a produção de conhecimento científico. Se não queremos cair na filosofia do “tudo vale”, em que a mitologia e a ciência não podem ser racionalmente diferenciadas, (FEYERABEND, 1977, p. 447-466) é necessário buscarmos um melhor entendimento do impacto que a adoção de “paradigmas” distintos podem gerar nas pesquisas e nas teorias sociológicas.

A presente dissertação trata de alguns aspectos dos problemas filosóficos e sociológicos que atravessam o confronto entre abordagens rivais dentro do campo das ciências sociais. Mais especificamente, seu objetivo é analisar os efeitos de determinadas concepções do conhecimento científico social e da realidade social sobre as teorias sociológicas substantivas. Assim, estabelecemos como uma de suas principais tarefas revelar o jogo recíproco entre as categorias epistemológicas e sociológicas.

Para isso, em vez de tentarmos localizar o problema em seus esquemas gerais e abstratos, optamos por escolher duas abordagens rivais dentro do campo da sociologia política para atingirmos nosso objetivo. Nesta dissertação, analisamos as teorias sociológicas de dois autores marxistas que, com base em tradições científicas distintas, desenvolveram duas importantes obras sobre o Estado capitalista. São eles: Ralph Miliband (1924-1994) e Nicos Poulantzas (1936-1979). O primeiro, marxista inglês de origem belga, autor da obra *O Estado na sociedade capitalista (ESC)* – publicada em 1969 – e professor da *London School of Economics*; o segundo, cientista político greco-francês, autor do livro *Poder político e classes*

*sociais (PPCS)* – publicado no ano de 1968 – professor de sociologia na *Universidade de Paris 8*, e diretor da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*<sup>1</sup>.

Após a publicação desses textos, Miliband e Poulantzas travaram um dos mais famosos debates sobre o Estado capitalista. Essa discussão ocorreu nas páginas da revista britânica *New Left Review (NLR)*, entre os anos de 1969 e 1976, e ficou conhecida como uma disputa entre o “instrumentalismo” e o “estruturalismo”. Naquela época, o debate contribuiu significativamente para o ressurgimento do Estado como objeto de pesquisa dos intelectuais marxistas, tendo as obras desses dois autores atingido um patamar de referência para as investigações posteriores sobre a natureza e o papel do Estado na sociedade capitalista.

Apesar dessa simplificação dicotômica – “instrumento *versus* estrutura” –, os desacordos existentes entre Miliband e Poulantzas eram bem mais complexos do que essa representação. De acordo com Clyde Barrow, além das divergências quanto aos escritos políticos de Marx, a disputa epistemológica que envolvia o debate era essencial para se compreender as diferentes teorias sociológicas sobre a natureza e o papel do Estado capitalista desses dois marxistas. (BARROW, 2002, p. 14). Em outra publicação, Barrow chegou a afirmar que o debate entre Miliband e Poulantzas sempre foi um diálogo sobre epistemologia, e não sobre teoria do Estado. (BARROW, 2006, p. 5).

Na verdade, foi justamente por conta dessa disputa de natureza epistemológica que optamos por analisar as teorias desses dois autores. Isso porque, conforme mencionamos, ao invés de esquemas gerais e abstratos, preferimos escolher duas abordagens rivais, no campo da sociologia política, para analisar os efeitos de determinadas concepções do conhecimento científico social (pressupostos epistemológicos) e da realidade social (pressupostos ontológicos) sobre as teorias sociológicas de natureza substantiva.

Como nesta dissertação essas abordagens rivais encontram-se materializadas na disputa epistemológica que envolve o debate entre Miliband e Poulantzas, podemos dizer que, em última análise, nosso objetivo central é compreender a influência dos pressupostos epistemológicos e ontológicos adotados por esses dois autores, no desenvolvimento de suas análises sociológicas substantivas sobre o Estado capitalista.

Devido à quantidade de teorias sobre o Estado ser por demais ampla, restringimos nosso campo de estudos a esses dois autores por causa das diferenças existentes entre suas abordagens. Essas diferenças, inclusive, foram discutidas através de um intenso debate entre

---

<sup>1</sup> Dados retirados da página do Instituto Nicos Poulantzas: <https://poulantzas.gr/>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

eles, o que, de fato, acabou contribuindo para uma maior exposição de seus pontos conflitantes. Porém, há um outro motivo para compararmos essas duas abordagens: tanto Miliband quanto Poulantzas compartilham um interesse em expandir, interpretar ou reconstruir a teoria política marxista a partir da estrutura de suas respectivas (e distintas) tradições intelectuais.

Como é cediço, na década de 1960, a opinião predominante era a de que Marx havia deixado uma teoria econômica coerente e bem elaborada sobre o modo de produção capitalista (MPC), mas em relação às estruturas do Estado capitalista não havia desenvolvido uma teoria política semelhante. (ANDERSON, 2004, p. 26). Com o objetivo de suprir essa lacuna, a partir do final dos anos 1960, surgiu um importante movimento intelectual de renovação da teoria política marxista. Dentre os autores que fizeram parte desse movimento estavam Miliband e Poulantzas.

Partindo de tradições intelectuais diferentes para avançar na análise da dimensão política do marxismo – Miliband ligado ao empirismo britânico e Poulantzas à tradição racionalista francesa –, esses dois autores adotaram formas distintas de desenvolvimento e exposição de suas teorias. Enquanto Miliband tentava refutar as teses dos teóricos democrático-pluralistas valendo-se de dados empíricos de países capitalistas (MILIBAND, 1972, p. 15-18); Poulantzas, influenciado pelo denominado programa althusseriano<sup>2</sup>, buscava construir um conceito de Estado capitalista como parte da teoria do MPC. (POULANTZAS, 2019, p. 20-21).

Apesar dessas diferenças, tanto Miliband quanto Poulantzas desenvolveram suas obras após refletirem sobre as características adotadas pela dominação capitalista da época, modelada por uma intervenção estatal de tipo keynesiana. *ESC* e *PPCS* foram gestados enquanto amadurecia um período de grande comoção política e social, cuja expressão mais emblemática está associada aos acontecimentos de maio de 1968 na França.

Nesse período, a questão do Estado no capitalismo tornou-se crucial, tanto para a teoria quanto para a prática revolucionária. Desvelar seu papel, sua natureza e suas características, era determinante para quem apostava em uma transformação mais profunda da

---

<sup>2</sup> Conforme ensina Décio Saes (1994), o “programa althusseriano” é movido, resumidamente, pelas seguintes intenções: a) preservar-se no campo do materialismo sem incorrer no economicismo, concepção em que vigora uma relação de exterioridade e causalidade mecânica entre a infraestrutura econômica e a superestrutura político-ideológica, mero “epifenômeno” das relações de produção; (b) criticar o economicismo sem incorrer no funcionalismo ou no campo da concepção hegeliana de totalidade social, de determinação circular ou não hierarquizada entre os campos de base e superestrutura. (SAES, 1994, p. 49).

sociedade. E os dois trabalhos que trariam de volta ao debate a questão do Estado no marxismo não foram produzidos por líderes políticos, mas sim por dois professores universitários. Essa circunstância, inclusive, poderia indicar uma certa continuidade com a tradição do “marxismo ocidental” posterior aos anos de 1920, cuja “[...] primeira e mais fundamental de suas características tem sido o divórcio estrutural deste marxismo da prática política”. (ANDERSON, 2004, p. 50). Porém, o próprio fato de Miliband e Poulantzas refletirem especificamente sobre o Estado naquele conturbado fim dos anos de 1960, é um dado relevante e ilustrativo das mudanças no ciclo histórico ocorridas na segunda metade do século XX. Isso porque, enquanto a transformação revolucionária reaparecia na luta política das sociedades ocidentais, o Estado e a política retornavam para o centro dos debates marxistas. (MENDEZ, 2007, p. 2-3).

De acordo com Perry Anderson, o divórcio entre a teoria e a prática que acompanhava o marxismo desde a morte de Lenin, em 1924, determinou toda uma época histórica. O refluxo dos levantes revolucionários depois de 1920, adicionados à stalinização dos partidos comunistas, dificultou a produção de trabalhos teóricos no âmbito da política, circunstância que, por sua vez, contribuiu para impedir processos revolucionários. A falta de um desenvolvimento teórico marxista nesse campo não foi apenas uma consequência dos efeitos do fascismo, ou das restrições do comunismo pós-guerra: era tributária de um estágio sem precedentes de consolidação do capital em todo o mundo industrial avançado. (ANDERSON, 2004, p. 50-67).

Durante as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, houve um extraordinário crescimento econômico, baseado no consumo de massa e no pleno emprego, adicionados à consolidação de um sistema democrático representativo. Isso permitiu, pela primeira vez na história do capitalismo, o surgimento de um compromisso estável entre “capital” e “trabalho”. Amparado no desenvolvimento econômico, durante o período da Guerra Fria, começou a surgir no ocidente uma espécie de consenso político proclamando o “fim das ideologias”. O Estado, como expressão máxima das relações de poder, do ponto de vista dos teóricos burgueses, não teria mais significado e, após as contribuições de Max Weber, nas duas primeiras décadas do século XX, não voltou a ser objeto de estudos mais aprofundados. (ANDERSON, 2004, p. 51-67; JESSOP, 2008, p. 135).

No campo marxista, foi a publicação das obras *ESC* e *PPCS* o ponto de partida que inaugurou um novo ciclo de produções teóricas sobre o Estado. Os livros de Miliband e Poulantzas, além do debate travado nas páginas da revista britânica *NLR*, foram os grandes

responsáveis por quebrar o silêncio na produção teórica marxista sobre o Estado, que, desde os tempos de Lenin, só havia sido interrompido por Gramsci com a publicação de seus *Cadernos do Cárcere*. (TARCUS, 1991, p. 7).

Nesta pesquisa, examinamos essas obras e as publicações que integram o debate na *NLR*, salvo algumas exceções pontuais explicadas ao longo do percurso. Nossa hipótese é a de que os pressupostos epistemológicos e ontológicos – adotados pelos autores nesses textos – afetaram significativamente seus discursos sociológicos substantivos. Isso porque, além de estabelecerem “limitações estruturais”<sup>3</sup> aos discursos sociológicos dos autores, tais pressupostos também foram responsáveis pela “seleção”<sup>4</sup> dos conceitos incorporados aos referidos discursos.

Além desta introdução, a presente dissertação contém três capítulos detalhados a seguir.

No primeiro e no segundo capítulos, examinamos os textos de Poulantzas e Miliband, respectivamente. Cada capítulo faz uma análise dos pressupostos epistemológicos e ontológicos adotados pelos autores, tentando desvelar de que forma estes afetam suas teorias substantivas do Estado. Aqui, o foco maior de nossa atenção são: a natureza, as funções, a legitimidade e a autonomia do Estado. Por vezes, consideramos que as teorias substantivas dos autores apresentam problemas específicos, herdados de sua estrutura epistemológica e ontológica. Quando julgamos oportuno, fizemos uma exposição mais detalhada sobre os referidos problemas. Já no terceiro e último capítulo, comparamos as duas abordagens destacando seus contrastes em nível epistemológico e ontológico, bem como as diferenças no campo da teoria sociológica substantiva.

---

<sup>3</sup> Adotamos aqui o conceito de Erik Olin Wright. Segundo Wright, “limitação estrutural” é uma relação entre discursos em que a estrutura conceitual de um primeiro discurso estabelece limites dentro dos quais a estrutura de um segundo pode variar. “Quer dizer, a limitação estrutural implica que certas formas da estrutura determinada sejam excluídas inteiramente, e que algumas formas possíveis são mais prováveis que outras.” (WRIGHT, 1981, p. 16).

<sup>4</sup> Mais um conceito de Erik Olin Wright que adotamos aqui. De acordo com Wright: “A seleção consisti aqueles mecanismos sociais que determinam concretamente gamas de resultados, ou no caso extremo resultados específicos, dentro de uma gama estruturalmente limitada de possibilidades. Em certo sentido, a seleção pode ser encarada como uma forma de limitação de segunda ordem: a fixação de limites dentro de limites.” (WRIGHT, 1981, p. 17).

## 1 A TEORIA DO ESTADO CAPITALISTA DE POULANTZAS

O interesse de Poulantzas pelo estudo do Estado capitalista esteve presente ao longo de sua carreira intelectual desde seus primeiros textos. Porém, é a partir da publicação de *PPCS*, início de sua fase madura, que, de fato, a preocupação com as questões envolvendo o Estado e a política tornaram-se centrais para o autor.

Ainda que não haja consenso entre seus comentadores<sup>5</sup>, a maioria deles considera que o pensamento de Poulantzas pode ser dividido em três fases distintas<sup>6</sup>, e a “[...] essas três fases correspondem também três conceitos bem diferentes de Estado capitalista.” (CODATO, 2008, p. 71). Na primeira fase, que tem início com a publicação de *PPCS*, em 1968, o Estado é definido como uma “estrutura” que tem como função garantir a coesão social. Na segunda fase, marcada pela publicação da obra *Fascismo e ditadura* (1970), o Estado é concebido como um “aparelho” (um conjunto de aparelhos repressivos e ideológicos). Na terceira e última fase do pensamento poulantziano, iniciada com a publicação do artigo *As transformações atuais do Estado* (1976), e, posteriormente, da última grande obra de Poulantzas, *O Estado, o poder, o socialismo* (*EPS*), em 1978, o Estado é definido como uma “relação”<sup>7</sup>. (CODATO, 2008, p. 72-73).

Nesta dissertação, nos ocupamos da primeira fase do pensamento de Poulantzas, isto é, do texto de *PPCS*.

Como nosso principal interesse se concentra na análise de abordagens rivais dentro do campo da sociológica política, e como o debate entre Miliband e Poulantzas – que cumpriu um importante papel na divulgação e exposição de seus desacordos – foi pautado pelas

---

<sup>5</sup> No artigo *Poulantzas, o Estado e a Revolução*, Adriano Codato, ao abordar essa questão, informa que autores como Bob Jessop, por exemplo, reconhecem apenas duas fases do pensamento poulantziano sobre o Estado. Clyde Barrow, por outro lado, diz que todas as fases podem ser reunidas em uma só denominação: “o conceito estruturalista de Estado”. (CODATO, 2008, p. 71). E em texto mais recente, Barrow sustenta uma “[...] continuidade do pensamento de Poulantzas a respeito do Estado capitalista.” (BARROW, 2006, p. 6). Ainda segundo Codato, autores como Adam Przeworsky, tratam os escritos de Poulantzas em bloco e outros comentadores, sequer consideram “[...] essas fases (ou esse tema) como um princípio de classificação.” (CODATO, 2008, p. 71).

<sup>6</sup> No artigo de Adriano Codato mencionado na nota anterior, o autor traz um interessante quadro expondo a trajetória intelectual do pensamento de Poulantzas em relação ao conceito de Estado capitalista. (CODATO, 2008, p. 72).

<sup>7</sup> Segundo Codato, nessa última fase de Poulantzas, a função do Estado “[...] se desloca do domínio repressivo-ideológico para o domínio econômico. Ele torna-se a confissão institucional da relação entre as classes (dominantes e dominadas) numa dada formação social.” (CODATO, 2008, p. 73).

questões desenvolvidas nas obras iniciais desses dois marxistas, o texto de *PPCS* é o que melhor representa essa oposição.

Este capítulo se destina, portanto, ao exame das questões envolvendo o Estado desenvolvidas por Poulantzas em *PPCS*, salvo algumas exceções pontuais explicadas ao longo do percurso. Porém, antes de adentrarmos nos assuntos tratados nessa obra, iniciaremos com uma análise das bases utilizadas por Poulantzas para a construção de seu texto, qual seja: a epistemologia althusseriana.

### 1.1 A epistemologia althusseriana na obra de Poulantzas

Se o nome de Poulantzas aparece frequentemente associado ao do filósofo franco-argelino Louis Althusser (1918-1990), é porque, em determinado período, esses dois autores compartilharam da mesma preocupação teórico-política, qual seja: retomar o caráter científico e revolucionário da teoria marxista. Os escritos de Althusser da década de 1960, buscaram reviver o marxismo como um empreendimento científico, apontando para uma ruptura epistemológica de Marx com o humanismo de sua juventude<sup>8</sup>.

Althusser retoma alguns elementos da corrente estruturalista, presentes nos trabalhos de figuras como Roland Barthes e Claude Lévi-Strauss desde a década de 1950, com o objetivo de reconstruir a “problemática” de Marx separando o materialismo histórico,

---

<sup>8</sup> Após a morte de Stalin o pensamento marxista parecia atravessar uma onda de revisionismo que impedia o reconhecimento dos erros e o conhecimento das condições materiais que fizeram surgir o “dogmatismo stalinista”. (ALTHUSSER, 2015, p. 210). Essa questão levou Althusser a criticar as pretensões teóricas de “todo humanismo filosófico”, pois ele pretendia separar o marxismo do stalinismo a partir da ponderação dos primeiros escritos de Marx, onde eram trabalhados “[...] os velhos temas filosóficos da ‘liberdade’, do ‘homem’, da ‘pessoa humana’ e da ‘alienação’”. (ALTHUSSER, 2015, p. 210). Por outro lado, de acordo com Althusser, se era importante desenvolver uma dimensão científica do marxismo, portanto era necessário levar em consideração o “anti-humanismo teórico de Marx”. (ALTHUSSER, 2015 p. 190). Nos últimos escritos de Marx, especialmente em *O Capital*, “o homem” desapareceria como noção teórica: as análises marxistas da sociedade e da história não partiriam de um sujeito humano livre de autodeterminação, mas sim das relações de produção que conformam a infraestrutura da sociedade, e que não devem ser entendidas como uma relação interpessoal ou intersubjetiva. Pelo contrário, são relações entre os agentes de produção que têm uma função específica na produção de bens materiais e que, por sua vez, dependem da maneira como se relacionam com os meios de produção. Assim, para Althusser, o próprio Marx definiria o humanismo como uma ideologia, preparando as bases para uma crítica radical às reivindicações teóricas de todo humanismo filosófico. (ALTHUSSER, 2015, p. 185-191).

rigorosamente científico, das formas não científicas e ideológicas. Em particular: o economicismo, o historicismo e o humanismo. (MARTIN, 2008, p.8).

Como a obra *PPCS* é profundamente marcada pelo modelo epistemológico encontrado nos textos de Althusser, especialmente em *Por Marx* e em *Ler O Capital*, nesta primeira parte, faremos uma breve exposição das teses que estão presentes nesses dois textos, e o modo como Poulantzas se apropria delas. Esta seção está dividida em duas subseções: na primeira, tratamos, especificamente, do conhecimento como processo produção; na última, examinamos a base conceitual da “problemática” de Poulantzas, isto é, o sistema de conceitos que comanda o discurso científico substantivo desse autor.

Já na segunda parte, momento em que examinamos mais detalhadamente a argumentação exposta no texto de *PPCS*, veremos os seguintes assuntos: Estrutura e práticas; os conceitos de modo de produção e de formação social; as classes sociais; o conceito de poder; o conceito de autonomia relativa do Estado e; por fim, a ideologia e o processo de legitimação do sistema capitalista.

### 1.1.1 Conhecimento como processo de produção

Ao assumir as bases epistemológicas althusseriana, Poulantzas adota dois postulados fundamentais do materialismo (histórico e dialético)<sup>9</sup> em *PPCS*: (I) o primeiro estabelece uma distinção entre os processos reais e os processos de pensamento, entre o ser e o conhecimento; (II) o segundo assevera uma primazia do ser em relação ao pensamento, do real sobre o conhecimento que se possui desse real. (POULANTZAS, 2019, p. 16).

Ao aceitar esses dois postulados, Poulantzas tenta estabelecer uma ontologia materialista que sirva de fundamento para sua epistemologia. Em princípio, poderíamos compreender o primeiro deles – o que estabelece a distinção entre processos reais e processos de pensamento – como uma aceitação de um dualismo puramente epistemológico. Em sentido

---

<sup>9</sup> De acordo com Poulantzas, o marxismo é constituído por duas disciplinas: “O *materialismo histórico* – ou ciência da história – tem por objeto o conceito de história, mediante o estudo dos diversos modos de produção e formações sociais, de sua estrutura, de sua constituição e de seu funcionamento, bem como das formas de transição de uma formação social para outra.

O *materialismo dialético* – ou filosofia marxista – tem por objeto próprio a produção dos conhecimentos, ou seja, a estrutura e o funcionamento do processo de pensamento. A rigor, o materialismo dialético tem por objeto a teoria da história da produção científica.” (POULANTZAS, 2019, p. 15, grifo do autor).

ontológico, os processos de pensamento não são menos reais do que quaisquer outros “processos reais”. (POULANTZAS, 2019, p. 17). Em relação ao segundo postulado – o que assevera a primazia do ser em relação ao pensamento –, seu papel consiste, precisamente, em destacar que a distinção do primeiro postulado possui caráter epistemológico, e não ontológico. De acordo com Poulantzas, há objetos que existem independentemente do pensamento, ou seja, sua existência não está relacionada, necessariamente, à existência dos processos de pensamento. Porém, o inverso não é verdadeiro: os processos de pensamento não são independentes de todos os processos reais; há alguns processos reais, assim como alguns objetos, cuja existência é uma condição necessária para a existência de processos de pensamento. (POULANTZAS, 2019, p. 16-17).

No entanto, durante o desenvolvimento do quadro epistemológico que dá suporte às teses expostas em *PPCS*, Poulantzas converte seu dualismo epistemológico original em um dualismo de tipo ontológico. Isso se deve à distinção entre “objetos reais-concretos” – aqueles que existem na realidade – e “objetos abstratos-formais”, “[...] que não existem no sentido rigoroso do termo, mas que são a condição do conhecimento dos objetos reais-concretos [...]”. (POULANTZAS, 2019, p. 17). Como teremos a oportunidade de esclarecer mais adiante, essa distinção está presente na discussão que envolve os conceitos de modo de produção e formação social desenvolvidos por Poulantzas<sup>10</sup>.

No texto de *PPCS* a oposição entre o real e o formal está relacionada aos tipos de existência, seja na realidade, seja no pensamento, enquanto que a oposição entre o concreto e o abstrato é menos clara. No entanto, segundo Poulantzas, é possível dizer que esta última oposição aponte para uma determinada medida de complexidade, ou grau de determinação dos objetos. Os objetos reais, por exemplo, são sempre “[...] mais elaborados e mais ricos em determinações teóricas” (POULANTZAS, 2019, p. 17), pois permitem o conhecimento dos elementos constitutivos de cada formação social, de modo que sempre são concretos; objetos reais concretos. Por outro lado, em relação aos conceitos, Poulantzas considera que esses se encontram em um contínuo que vai do abstrato ao concreto. Conceitos que fazem referência a objetos abstratos-formais, por exemplo, na sua concepção, são mais abstratos do que conceitos que fazem referências a objetos reais-concretos. (POULANTZAS, 2019, p. 17-21).

Como já mencionamos, a obra *PPCS* é profundamente marcada pelo modelo epistemológico althusseriano, modelo este que tem como peculiaridade conceber o

---

<sup>10</sup> Veremos os conceitos de “modo de produção” e de “formação social” de Poulantzas na seção 1.3 desta dissertação.

conhecimento como produção. Por isso, com a finalidade de compreendermos melhor essa epistemologia, examinaremos aqui a crítica que Althusser faz ao empirismo<sup>11</sup>, já que nessa crítica encontramos elementos que contribuem para um melhor entendimento da epistemologia althusseriana.

Na visão de Althusser, a concepção empirista de conhecimento trabalha com as seguintes categorias básicas: “sujeito”, “objeto”, “essência” e “abstração”. O “sujeito” e o “objeto” são dados, portanto, nessa perspectiva, antecedem o processo de conhecimento. (ALTHUSSER, 1979, p. 36). Contudo, de acordo com o filósofo franco-argelino, o peculiar do empirismo é a forma com que esta concepção compreende a natureza do processo de conhecimento. Segundo ele:

[...] todo o processo empirista do conhecimento reside na operação do sujeito denominada *abstração*. Conhecer é abstrair essência do objeto real, cuja posse pelo sujeito chama-se então conhecimento. Quaisquer que sejam as variações particulares de que esse conceito de abstração possa ser afetado, ele define uma estrutura invariante, que constitui o índice específico do empirismo. A abstração empirista, que extrai a essência do objeto *real* dado, é uma *abstração real*, que põe o sujeito na posse da essência *real*. (ALTHUSSER, 1979, p. 36, grifo do autor).

Althusser critica o empirismo argumentando que tal concepção confunde o ponto de partida do processo de conhecimento com a própria realidade concreta. Ou seja, no seu ponto de vista, o empirismo interpreta o conhecimento como resultado de um processo de abstração que se inicia através da atuação direta sobre os objetos reais concretos<sup>12</sup>. Althusser entende que essa ação é realizada por um sujeito que abstrai, ou extrai a essência real do objeto. Por conseguinte, o empirismo pressupõe que os objetos e os processos reais são compostos de uma parte essencial e de uma parte inessencial. (ALTHUSSER, 1979, p. 36-37).

Carlos Escobar, ressaltando esse ponto da crítica promovida por Althusser, afirma que para as filosofias empiristas, o conhecimento não transcende a crença de que conhecer é

---

<sup>11</sup> A importância de trazermos aqui esta crítica também deve-se ao fato de Poulantzas utilizar a concepção althusseriana de empirismo para criticar o estudo empreendido por Miliband em *ESC*.

<sup>12</sup> Esta é uma das críticas que Poulantzas faz ao livro *ESC*. Em sua resenha crítica *O Problema do Estado capitalista*, texto que inaugura seu debate com Miliband, Poulantzas faz a seguinte observação: “[...] o processo escolhido por Miliband – a resposta direta às ideologias burguesas por meio do exame imediato do fato concreto – é, na minha opinião a origem das falhas do livro. Isso não significa que eu seja contra o estudo do ‘concreto’: pelo contrário, tendo negligenciado esse aspecto do assunto no meu trabalho (com o objetivo e tema um pouco diferentes), estou perfeitamente cômico da necessidade de análises concretas. Quero dizer apenas que um dos pré-requisitos de qualquer estudo do ‘concreto’ é tornar explícitos os princípios epistemológicos da abordagem do assunto.” (POULANTZAS, 1982, p. 221).

“abstrair essência do objeto real” e, “[...] quando elas assim procedem, afirmam, igualmente, ser esta essência extraída de uma *abstração real* que nos dá a posse – religiosamente significativa – da *essência real*.” (ESCOBAR, 1975, p. 14-15, grifo do autor).

Na visão que Althusser tem sobre o empirismo, o processo de conhecimento consiste na separação dessas duas partes (essencial e inessencial) pelo sujeito, para que este se aproprie da parte essencial. De modo que, para essa concepção, o objeto de conhecimento é a essência do objeto real; sendo o primeiro parte do segundo. Para o empirismo, então, o conhecimento está sempre presente no objeto real, assim como sua estrutura real, sendo tanto objeto de conhecimento (essência), como resultado da operação que conduz ao conhecimento; pois esta operação consiste meramente na separação entre as partes essenciais e as inessenciais, porém, essa separação se inscreve na estrutura real do objeto real. (ALTHUSSER, 1979, p. 36-37).

Essa crítica proporciona uma importante chave para a compreensão das concepções fundamentais de Althusser, que continua sua argumentação da seguinte forma:

Quando o empirismo designa na essência o objeto do conhecimento, confessa algo de importante que nega no mesmo instante: confessa que o objeto do conhecimento não é idêntico ao objeto real, dado que o declara apenas parte do objeto real. Mas nega o que confessa, precisamente ao reduzir essa diferença entre dois objetos – o objeto do conhecimento e o objeto real – a uma simples distinção de partes de um só objeto: o objeto real. Na análise confessada, há dois objetos distintos: o objeto real que "existe fora do sujeito, independentemente do processo do conhecimento" (Marx) e o objeto do conhecimento (essência do objeto real) que é inteiramente distinto do objeto real. Na análise negada, não há mais que *um só objeto*: o objeto real. (ALTHUSSER, 1979, p. 41, grifo do autor).

Assim, para Althusser, a distinção entre objeto real e objeto de conhecimento é decisiva para o desenvolvimento de sua epistemologia. Isso nos conduz, novamente, para a distinção entre objetos reais e objetos formais, ou seja, para a distinção entre os objetos que existem na realidade, e os objetos que existem apenas no pensamento, uma vez que o objeto de conhecimento se situa no pensamento.

Para termos uma compreensão mais completa sobre a concepção de conhecimento de Althusser, é necessário que mencionemos uma outra distinção, também presente em *Ler O Capital*; qual seja: a distinção entre o conhecimento como processo e o conhecimento como produto de um processo. Podemos notar essa distinção quando Althusser faz referência à concepção empirista do conhecimento, primeiro como uma operação que separa as partes

essenciais das partes inessenciais do objeto real e, segundo, como um objeto obtido através do resultado dessa operação; a parte essencial. (ALTHUSSER, 1979, p. 36-37).

Em termos gerais, então, podemos dizer que o conhecimento é um processo de produção; e o que se produz é o objeto de conhecimento, distinto do objeto real. Porém, devemos ser cautelosos com esse tipo de afirmação, pois Althusser também considera o objeto de conhecimento como a matéria-prima que será transformada no processo de produção de conhecimento. (ALTHUSSER, 1979, p. 44). Assim, o termo “objeto de conhecimento” serve tanto para designar o que constitui o ponto de partida do processo de produção do conhecimento, como para denominar o produto final desse processo, que é a matéria-prima transformada<sup>13</sup>. Apesar disso, em ambas as etapas, Althusser entende que o objeto de conhecimento é distinto do objeto real. Essa é a crítica que Althusser faz ao empirismo. O ponto de partida do processo de conhecimento não é o objeto real-concreto.

Com a finalidade de melhor esclarecer a distinção entre objeto de conhecimento e objeto real, em *Ler O Capital*, Althusser traz algumas das explicações de Spinoza e Marx. Em relação a Spinoza, Althusser lembra que esse filósofo advertiu que “[...] não se deve confundir os dois objetos: a *idéia* do círculo, que é *objeto* do conhecimento, com o círculo, que é o objeto real.” (ALTHUSSER, 1979, p. 41, grifo do autor). Já em relação a Marx, Althusser recorda que na *introdução de 1857*, retomando a distinção entre objeto de conhecimento e objeto real, o autor de *O Capital* rejeita a posição de Hegel em relação à indentificação entre objeto real e objeto de conhecimento. Segundo Althusser, Marx se opõe a esta concepção ao defender a distinção entre objeto real – aquele que “[...] subsiste em sua independência no exterior da cabeça (*Kopf*) antes e depois” (ALTHUSSER, 1979, p. 42, grifo do autor) – e objeto do conhecimento, aquele que é produzido pelo pensamento – “[...] concreto-de-pensamento (*Gedankenkonkretum*), como totalidade-de-pensamento (*Gedankentotalität*), isto é, como *objeto-de-pensamento*, absolutamente distinto do objeto-real [...]” (ALTHUSSER, 1979, p. 42, grifo do autor).

---

<sup>13</sup> Althusser esclareceu melhor esse ponto em *Por Marx*, mais especificamente no item 3 (“Processo da prática teórica”) do texto “sobre a dialética marxista”. (ALTHUSSER, p. 148-156).

Althusser segue sua argumentação em relação a distinção entre objeto de conhecimento e objeto real, dizendo que Marx vai além:

[...] e mostra que essa distinção diz respeito não apenas a esses dois objetos, mas também a seus próprios processos de produção. Ao passo que o processo de produção de determinado objeto real, de certa totalidade concreto-real (por exemplo, uma nação histórica dada), se passa inteiramente no real, e se efetua segundo a ordem real da gênese *real* (a ordem de sucessão dos momentos da gênese *histórica*), o processo de produção do objeto do conhecimento se passa inteiramente no conhecimento, e se efetua segundo *uma outra ordem*, em que as categorias pensadas que “reproduzem” as categorias “reais” não ocupam *o mesmo lugar* que ocupam na ordem da gênese histórica real, mas lugares inteiramente diversos que lhes são atribuídos por sua função no processo de produção do objeto do conhecimento. (ALTHUSSER, 1979, p. 41-42, grifo do autor).

Para completar essa concepção de conhecimento como processo de produção, e como produto de tal processo, é importante mencionarmos que, de acordo com a epistemologia althusseriana, a transformação da matéria-prima em produto se realiza através da aplicação de instrumentos de trabalho teórico; dentre os quais figuram, por exemplo, as proposições teóricas e, no caso do conhecimento científico, os métodos e técnicas específicas de que dispõem a ciência em um dado momento histórico. (ALTHUSSER, 2015, p. 150; POULANTZAS, 2019, p. 17).

De acordo com a concepção materialista que Althusser deseja adotar<sup>14</sup>, é natural pensarmos que o processo de produção do conhecimento não transforma e, de uma maneira geral, não afeta o objeto real do qual se busca o conhecimento. Essa é a razão pela qual uma concepção de conhecimento como processo de produção requer uma clara distinção entre o objeto de conhecimento – como matéria-prima e como produto –, e o objeto real. Althusser realça esse ponto da seguinte forma:

Quando Marx nos diz que o processo de produção do conhecimento, portanto de seu objeto, distinto do objeto real de que o conhecimento quer precisamente se apropriar no “modo” do conhecimento – ocorre inteiramente no conhecimento na “cabeça”, ou no pensamento – ele não cai por um segundo num idealismo da consciência, do espírito ou do pensamento, porque o “pensamento” de que Marx trata no caso não é a faculdade de um sujeito transcendental ou de uma consciência absoluta, que o mundo real enfrentaria como *matéria*; esse pensamento também não é a faculdade de um sujeito psicológico, embora os indivíduos sejam os agentes dele. (ALTHUSSER, 1979, p. 42, grifo do autor).

---

<sup>14</sup> Tal concepção pode ser depreendida do postulado que confere primazia ao ser sobre o pensamento.

Na passagem acima, novamente, podemos perceber a presença do dualismo epistemológico do primeiro postulado<sup>15</sup>. Além disso, também podemos identificar um esforço para impedir a transição para um dualismo de caráter ontológico. Isso porque, de acordo com Althusser: “Esse pensamento é o sistema historicamente constituído de um *aparelho de pensamento*, fundado e articulado na realidade natural e social.” (ALTHUSSER, 1979, p. 42, grifo do autor). Dessa forma, os processos de pensamento e os processos de produção do conhecimento, que por razões epistemológicas distinguem-se dos processos reais, possuem o mesmo *status* ontológico de qualquer outro processo social, e, como todos os demais, sua condição necessária de existência é extraída da própria realidade. (ALTHUSSER, 1979, p. 43-44).

Como já mencionamos no início desta seção, o dualismo epistemológico do primeiro postulado adotado por Poulantzas está presente na distinção entre o objeto real e o objeto de conhecimento. Retomaremos aqui esse assunto para abordarmos o problema existente na relação entre esses dois objetos.

Segundo Althusser, o objeto do conhecimento é o conhecimento do objeto real. É o produto de um processo real no qual uma matéria prima é transformada no objeto de conhecimento como produto. (ALTHUSSER, 1979, p. 38-42). Assim, temos aqui duas questões importantes: primeira, qual é a relação entre o objeto real e o objeto do conhecimento? Segunda, como é possível termos certeza que o objeto do conhecimento é o conhecimento do objeto real? Para Althusser, a maneira correta de expor o problema é fazê-lo em termos de “apropriação do objeto real”, pois, segundo ele:

[...] o conhecimento tem a ver com o mundo real, através do seu modo de apropriação específica do mundo real: com isso está precisamente colocado o problema, do modo pelo qual se exerce, e, pois, *do mecanismo* que assegura, a função de apropriação do mundo real pelo conhecimento, isto é, por esse processo de produção de conhecimentos que, *embora*, ou antes, *dado que ele se passa inteiramente no pensamento* (no sentido que já esclarecemos), efetua no entanto essa tomada (do conceito: Begriff) no mundo *real*, chamada sua apropriação (Aneignung). Com isso está colocada, em seu verdadeiro terreno, a questão da teoria de uma produção de um conhecimento que seja, como conhecimento de seu objeto (objeto de conhecimento, no sentido que já esclarecemos), captação, apropriação do objeto real, do mundo real. (ALTHUSSER, 1979, p. 57, grifo do autor).

---

<sup>15</sup> Estamos nos referindo ao primeiro postulado adotado por Poulantzas, qual seja, o que estabelece uma distinção entre os “processos reais” e os “processos de pensamento”, entre o ser e o conhecimento. (POULANTZAS, 2019, p. 16).

Com esse fundamento, Althusser aborda o problema negando validade à primeira questão – sobre a natureza da relação entre o objeto de conhecimento e o objeto real –, e sugere que a única questão legítima é a segunda, na forma de uma indagação sobre os “mecanismos” que produzem o conhecimento.

Althusser argumenta que, tradicionalmente, a filosofia interpreta a primeira questão como se fosse uma pergunta sobre as condições que possibilitam a garantia do conhecimento de objetos reais por uma consciência. Dessa forma, o problema é considerado como uma legitimação da relação entre o conhecimento obtido por um sujeito consciente e os objetos reais. Althusser desloca o problema ao suprimir a consciência do sujeito, por conseguinte, tal problemática não pode mais ser colocada da maneira tradicional. (ALTHUSSER, 1979, p. 73-74). Além disso, Althusser diz que qualquer busca por garantias da possibilidade de conhecimento é, na verdade, ideologia. Segundo ele, a questão não é mais a busca de uma “[...] *garantia* de direito (ou de fato), que nos assegure que conhecemos bem o que conhecemos.” (ALTHUSSER, 1979, p. 73, grifo do autor). Pelo contrário, para Althusser, o problema consiste em:

[...] elucidar o *mecanismo* que nos explique como um resultado de fato – produzido pela história do conhecimento, a saber certo conhecimento determinado – funciona *como conhecimento*, e não como outro resultado qualquer (seja ele uma sinfonia, um sermão, uma palavra de ordem política, etc.). (ALTHUSSER, 1979, p. 73-74, grifo do autor).

Propor um problema nesses termos pressupõe uma distinção que Althusser esclarece da seguinte maneira: “Quando propomos a questão do *mecanismo* através do qual o *objeto* de conhecimento produz a apropriação cognitiva do *objeto real*, propomos uma questão inteiramente diferente da questão das condições da *produção* dos conhecimentos.” (ALTHUSSER, 1979, p. 65, grifo do autor).

Na passagem acima citada, “*objeto* de conhecimento” designa o produto do processo de conhecimento, e “condições da *produção* dos conhecimentos”, diz respeito às condições históricas reais que dão causa à aparição de um tipo de conhecimento, em um tempo e em um lugar específico, que são influenciados por essas condições. Para Althusser, isso pode ser considerado um problema para uma teoria da história do conhecimento, não sendo propriamente um problema epistemológico. A questão epistemológica tem a ver com o que, de fato, aparece como conhecimento da história, e trata de explicar aquilo que Althusser

denomina de “efeito de conhecimento”, a saber, o fato de que alguns produtos são conhecimento e não outras coisas. (ALTHUSSER, 1979, p. 65-66, grifo do autor). Portanto, segundo ele, o problema está na compreensão do mecanismo que produz esse “efeito de conhecimento”.

De imediato, podemos perceber as limitações do denominado “efeito de conhecimento”, já que Althusser enfatiza que:

É esse resultado que colocamos a questão do mecanismo de produção do efeito conhecimento – de um modo sob todos os aspectos semelhantes à maneira como Marx interroga uma sociedade dada, tomada como *resultado*, para lhe colocar a questão de seu “efeito de sociedade”, ou a questão do *mecanismo* que produz sua existência *como sociedade*. (ALTHUSSER, 1979, p. 72, grifo do autor).

Dessa forma, a elucidação do referido “mecanismo” somente é possível após compreendermos que o objeto em questão é na verdade conhecimento. Então, de acordo com Althusser, a pergunta que deve ser formulada é a seguinte: como sabemos que um determinado objeto é conhecimento?<sup>16</sup>

Esse questionamento é importante, pois, na concepção de Althusser, existem discursos teóricos que mal podem passar por conhecimento. Segundo o autor, é por isso que, primeiramente, devemos ser capazes de distinguirmos o que é conhecimento do que não é, para só então questionarmos o que faz o conhecimento ser conhecimento verdadeiro. Além disso, ainda segundo Althusser, reputar algo como conhecimento pressupõe a existência de um objeto real, do qual o objeto (de conhecimento) é na verdade conhecimento, seja este científico ou ideológico. (ALTHUSSER, 1979, p. 65). Isso implica que deve existir uma relação entre dois objetos, na qual se reconheça, implicitamente, que algo é conhecimento de alguma outra coisa. De fato, esta é a relação que Althusser denomina de “apropriação”. (ALTHUSSER, 1979, p. 57). No entanto, ele não aborda o problema de qual seria essa relação, nem a questão de como o mecanismo que produz a “apropriação cognitiva” do objeto real atua efetivamente. (PINHEIRO, 2016, 203-204). Consequentemente, essa abordagem althusseriana acaba sendo problemática, porque não leva em consideração a relação entre objeto real e objeto de conhecimento. Mais adiante veremos que esse problema surge na

---

<sup>16</sup> Esta questão pode ser apreendida da série de indagações feitas por Althusser envolvendo o “efeito de conhecimento”. São elas: “[...] qual é a diferença específica do *discurso* científico como discurso? Em que o discurso científico se distingue de outras formas de discurso? Em que os demais discursos são produtores de efeitos diferentes (efeito estético, ideológico, inconsciente) do efeito de conhecimento que é produzido pelo discurso científico?” (ALTHUSSER, 1979, p. 72, grifo do autor).

análise sociológica de Poulantzas sobre a relação entre modos de produção e formações sociais.

É importante notarmos que, mesmo quando se reconhece que algo é de fato conhecimento, isso não implica dizer que existe um único objeto real. Althusser não é, portanto, obrigado a sustentar a opinião que afirma que deve haver apenas um objeto de conhecimento associado a cada objeto real, sua concepção permite uma pluralidade de objetos de conhecimento. Isso pode ser extraído da ideia de que existem dois tipos de efeitos de conhecimento: um científico e outro ideológico. (ALTHUSSER, 1979, p. 73).

Com essa perspectiva, podemos argumentar que a relação entre objeto real e objeto de conhecimento não pode ser decidida em termos gerais, devendo se expressar de forma diferente, de acordo com o que Althusser considera como sendo conhecimento científico ou ideológico. Mesmo quando ambos os objetos de conhecimento – ideológico e científico – guardam relação com o objeto real, essa relação é presumivelmente distinta em cada caso. Porém, se adotarmos esse ponto de vista, então, não será possível definirmos se um determinado conhecimento é científico ou ideológico, em termos de sua relação com o objeto real. Isso porque, de acordo com esse argumento, o conhecimento em questão, seja ele científico ou ideológico, deve ser decidido antes de se elucidar a relação entre objeto real e objeto de conhecimento.

Desse modo, toda diferenciação entre conhecimento científico e conhecimento ideológico – em termos de verdade ou falsidade –, à luz da relação com o objeto real, é rechaçada, como sugere uma teoria da verdade como correspondência. A estratégia de Althusser consiste em concentrar-se mais nas características internas do objeto de conhecimento, “[...] opondo a *verdade* ao *erro* sob as formas da oposição especulativa ‘da’ ciência e ‘da’ ideologia em geral, cujo antagonismo do marxismo e da ideologia burguesa tornava-se então um caso particular.” (ALTHUSSER, 1978, p. 80, grifo do autor). Essa estratégia, como ele mesmo reconheceu posteriormente<sup>17</sup>, não apenas reproduz uma distinção em termos de falsidade e verdade, como; – conduziu o autor a um extremo formalismo, ou, nas palavras do próprio Althusser, a um “teoricismo” –.(ALTHUSSER, 1978, p. 79-118).

---

<sup>17</sup> Diante das acusações de ser *teoricista* e *estruturalista*, Althusser publicou na década de 1970, uma série de ensaios repensando algumas de suas teses. Dentre esses ensaios, encontra-se o texto intitulado *Elementos de autocrítica*, que, simultaneamente com outros textos do autor, foram reunidos no livro *Positions*, publicado na França em 1976. No Brasil, esses textos foram publicados em duas coletâneas: *Posições – 1* (1978) e *Posições – 2* (1980). (BOITO, 2016, p. 152).

No que diz respeito aos mecanismos que produzem o “[...] efeito de conhecimento *científico*”, Althusser se refere à interioridade dos critérios de cientificidade para cada uma das práticas científicas em consideração. O que significa dizer que cada prática científica tem seus próprios critérios intrínsecos para validar a cientificidade do conhecimento que produz. (ALTHUSSER, 1979, p. 71, grifo do autor).

Althusser justifica essa questão argumentando que:

[...] a validação de uma proposição científica como conhecimento estava assegurada, numa prática científica determinada, pelo jogo de *formas* particulares, que asseguram a *presença* de cientificidade na produção do conhecimento: em outras palavras mediante formas específicas que conferem a um conhecimento o seu caráter de conhecimento (“verdadeiro”). (ALTHUSSER, 1979, p 71-72, grifo do autor).

Assim, os mecanismos peculiares de cada prática científica específica determinam que o conhecimento produzido tenha um “[...] efeito de conhecimento *científico*” (ALTHUSSER, 1979, p. 71, grifo do autor). Além disso, precisamente em virtude desses mecanismos, é que se torna possível identificarmos a cientificidade do conhecimento em questão.

Pela passagem acima citada, percebemos a relação que Althusser estabelece entre ciência como verdade e ideologia como falsidade, o que, implicitamente, envolve a opinião de que um discurso científico não pode ser falso. Veremos que o discurso de Poulantzas assume as conclusões epistemológicas examinadas até aqui, deduzindo destas, recomendações metodológicas que supostamente garantem a cientificidade e, por consequência, a veracidade de seu discurso. Encontraremos aqui, por conta da aceitação dessas posições epistemológicas, um grande formalismo a nível de discurso sociológico<sup>18</sup>.

Ao adotar as concepções até aqui esboçadas, primeiramente, Poulantzas acaba por rejeitar a ideia de que o conhecimento científico do Estado capitalista apenas pode ser produzido quando se trabalha sobre uma dada realidade imediata, a realidade dos fatos do empirismo. Ele concebe sua empreitada como um trabalho sobre uma matéria-prima, que já é um conhecimento processado, transmitido por práticas ideológicas e científicas prévias. (POULANTZAS, 2019, p. 16-22). Em segundo lugar, como a cientificidade de um discurso estaria assegurada pelo mecanismo que produz o “[...] efeito de conhecimento *científico*”

---

<sup>18</sup> O próprio Poulantzas reconheceu “[...] que *Poder político* de fato sofre deste formalismo em algum grau.” (POULANTZAS, 2008, p. 123).

(ALTHUSSER, 1979, p. 71, grifo do autor), Poulantzas deseja assegurar a cientificidade do conhecimento que pretende produzir mediante a utilização de um mecanismo adequado.

Esses dois fatores estão compreendidos na concepção althusseriana de problemática teórica (científica). Nas palavras de Althusser, uma ciência:

[...] só pode formular problemas no terreno e no horizonte de uma estrutura teórica determinada, sua problemática, que constitui a condição de possibilidade determinada absoluta, e, pois, a determinação absoluta das *formas de colocação de todo problema*, num momento considerado da ciência (ALTHUSSER, 1979, p. 24, grifo do autor).

Isso implica dizer que a produção de conhecimento científico começa pela elaboração de “[...] *seus próprios fatos científicos*, mediante uma crítica dos ‘*fatos*’ *ideológicos* elaborados pela prática ideológica anterior.” (ALTHUSSER, 2015, p. 149, grifo do autor). Se segue também a recomendação metodológica de que se elucide a “problemática” teórica para assegurar seu caráter científico, que, por sua vez, fornecerá a garantia da cientificidade do produto final (o conhecimento). (ALTHUSSER, 1979, p. 73-74; ALTHUSSER, 2015, p. 155-156).

Em sua concepção de conhecimento como produção, Althusser destaca o que outras filosofias da ciência qualificam como “contexto de descobrimento”<sup>19</sup>, especialmente porque dá recomendações metodológicas para a construção da teoria; por exemplo, a de elucidar a problemática teórica em questão. Não obstante, essa concepção incorpora, em si mesma, critérios de justificação das teorias que giram em torno da noção de “problemática”; porém, como vimos, essa “problemática” não esclarece a questão que envolve a relação entre objeto de conhecimento e objeto real.

Para essas filosofias da ciência, na visão de Althusser, essa é uma questão que pertence ao “contexto de justificação”; onde o principal problema consiste em saber se o objeto do conhecimento é ou não verdadeiramente conhecimento do objeto real. Assim, o efeito da rejeição de Althusser da garantia que conhecemos o que conhecemos, é deixar de lado o “contexto de justificação”; porém, como já mencionamos, isso não implica renunciar aos critérios de cientificidade que se convertem, simultaneamente, em critérios de verdade. Althusser entende que esses critérios estão incorporados à problemática científica, e que estão assegurados por algumas formas de organização do discurso (sincronia), que também

---

<sup>19</sup> A distinção entre “contexto de descobrimento” e “contexto de justificação” foi bastante difundida por Hans Reichenbach, em sua obra *The Rise of Scientific Philosophy*. (cf. REICHENBACH, 1951, p. 231).

determinam o desenvolvimento desse discurso (diacronia). (ALTHUSSER, 1979, p. 72). Por conseguinte, em última análise, podemos dizer que essa posição adota uma teoria da verdade como coerência.

Para finalizarmos por aqui, é importante ressaltarmos que a principal influência dessa discussão sobre o texto de *PPCS*, é que nessa obra, como sua primeira tarefa metodológica, Poulantzas busca elucidar a “problemática” teórica (científica) que lhe servirá de instrumento para seu trabalho teórico. É a partir da elucidação de sua “problemática”, que Poulantzas irá especificar seu objeto de conhecimento como matéria-prima que deve ser transformada para produzir o conhecimento científico do Estado capitalista<sup>20</sup>.

### 1.1.2 As bases para a “problemática” de Poulantzas

Examinaremos agora os elementos básicos da “problemática”<sup>21</sup> teórica de Poulantzas, isto é, o sistema de conceitos que comanda seu discurso científico substantivo. É aqui onde encontramos, com maior precisão, suas concepções ontológicas. Veremos que essas concepções, que precedem o discurso sociológico substantivo do autor, apresentam-se como pressupostos incorrigíveis em relação a esse discurso. Assim, em um único movimento teórico, pretendemos alcançar dois objetivos: primeiro, esclarecer o sistema de conceitos que serviram de base para as análises sociológicas de Poulantzas – instrumentos do trabalho teórico –; segundo, esclarecer os compromissos ontológicos assumidos pelo autor.

Iniciaremos nossa análise por uma pretensão ontológica muito geral e abstrata, qual seja, a de que os objetos são um “todo complexo estruturado com dominante” (ALTHUSSER, 2015 p. 164), ou, nas palavras do próprio Poulantzas, um “*todo complexo com dominância*” (POULANTZAS, 2019, p. 18, grifo do autor). Veremos que essa tese pode ser encarada como

---

<sup>20</sup> Na introdução de *PPCS*, mais especificamente na nota de rodapé de número 4, Poulantzas explica tal procedimento da seguinte forma: “Adotando a terminologia de Althusser (em *Por Marx*), e designando por *g.1* (generalidades I) a *matéria-prima* do processo de pensamento; por *g.2* (generalidades II) *os instrumentos ou meios de trabalho* teórico; e por *g.3* (generalidades III) *os conhecimentos*, pode-se esquematizar a ordem lógica que vai dos conceitos mais abstratos – referentes a objetos formais-abstratos – aos conceitos mais concretos – referentes a objetos reais-concretos e singulares –, em suma, as diversas etapas necessárias do discurso teórico, da maneira seguinte: Seja nosso objeto, a teoria do político no modo de produção capitalista. (POULANTZAS, 2019, p. 36, grifo do autor).

<sup>21</sup> De acordo com Althusser: “Uma problemática não se lê geralmente, portanto, como um livro aberto; é preciso arrancá-la das profundezas da ideologia em que está mergulhada mas em ação, e quase sempre a despeito dessa ideologia, de suas armações e proclamações.” (ALTHUSSER, 2015, p. 53).

uma concepção epistemológica, pois ela é responsável por indicar o que o conhecimento deve revelar de um objeto para que esse conhecimento possa ser considerado verdadeiro. De maneira semelhante, essa tese também dará forma à concepção das características que fazem parte de uma explicação científica.

Essa noção é desenvolvida por Althusser como uma rejeição ao modelo hegeliano<sup>22</sup>, de uma unidade simples, a exemplo da concepção de sociedade como totalidade unificada por uma contradição simples; em um “processo simples de dois contrários”. (ALTHUSSER, 2015, p. 159). Diferentemente desse modelo, Althusser propõe que se considere cada objeto como uma estrutura complexa de contradições, na qual o principal predomina sobre os demais. Segundo ele, tal estrutura “[...] comanda o desenvolvimento do objeto, e o desenvolvimento da prática teórica que produz seu conhecimento.” (ALTHUSSER, 2015, p. 160). Trata-se, portanto, de um compromisso ontológico que também carrega uma importante tese epistemológica, qual seja: o conhecimento do objeto está determinado pela estrutura do objeto<sup>23</sup>.

A presunção de Althusser vai além disso, para ele: “[...] *o todo complexo possui a unidade de uma estrutura articulada com dominante.*” (ALTHUSSER, 2015, p. 163, grifo do autor). Isso significa que a existência do todo complexo depende da existência de cada uma de suas contradições específicas, mesmo que haja uma que seja a dominante. Nesse sentido, as contradições singulares constituem as condições de existência do todo. Ao mesmo tempo, cada contradição depende do restante das contradições, por conseguinte, constitui a condição de existência das demais. Essa dependência de cada contradição em relação às demais é denominada por Althusser de “sobredeterminação”<sup>24</sup>. (ALTHUSSER, 2015, p. 164-166).

O conceito de “sobredeterminação” funda a noção althusseriana de explicação científica; um objeto é conhecido cientificamente somente quando é especificada a maneira que esse objeto está estruturado. Se o objeto em questão é considerado como um elemento de um objeto mais abrangente, então, ele deve ser explicado através da especificação de suas articulações com o resto dos elementos. Isso envolve a especificação do modo como cada contradição é articulada com as demais. Contudo, especificar isso para cada contradição, é

<sup>22</sup> Aqui estamos nos referindo ao ponto de vista que Althusser possui sobre o “modelo hegeliano”.

<sup>23</sup> Com base nesta afirmação é possível explicar a existência de conhecimentos contraditórios na sociedade capitalista. Por um lado, revela a estrutura contraditória desse tipo de sociedade; por outro, o próprio conhecimento pertence ao objeto contraditório que se pretende analisar. No entanto, as concepções de Althusser implicam na afirmação de que existe apenas um conhecimento científico no capitalismo, sendo os outros tipos de conhecimento ideológicos.

<sup>24</sup> Althusser explica que tomou o conceito de sobredeterminação de duas disciplinas distintas: linguística e psicanálise. (ALTHUSSER, 2015, p. 181).

especificar a estrutura do todo complexo. Por isso, Althusser afirma que: “[...] cada contradição reflete em si [...] a estrutura com dominante do todo complexo em que ela existe [...]”. (ALTHUSSER, 2015, p. 166).

Depois de tudo o que foi explanado até aqui, cabe esclarecermos como toda essa discussão abstrata se relaciona com os propósitos desta dissertação.

Em *PPCS*, Poulantzas entende que o Estado capitalista será cientificamente conhecido somente se sua estrutura contraditória interna for especificada. Ao mesmo tempo, esse Estado será examinado no contexto de um objeto mais abrangente, qual seja: o modo de produção capitalista (MPC). O conhecimento do Estado capitalista, em sua totalidade, requer uma especificação do modo de suas articulações com outros objetos dentro do MPC. Dessa forma, percebemos o primeiro dos deveres impostos ao discurso sociológico substantivo pelas teses epistemológicas e ontológicas: o conceito de Estado capitalista deve ser construído de forma a especificar sua estrutura contraditória interna, e suas articulações com outras contradições da unidade estruturada complexa com dominância, da qual o Estado é um elemento, isto é, o MPC. (POULANTZAS, 2019, p. 18-21).

Assim, podemos dizer que o projeto de Poulantzas parte de uma compreensão prévia de Estado capitalista como elemento inserido no MPC. O que conduz à concepção ontológica de que existe uma entidade designada pelo termo “modo de produção capitalista”. Ademais, essa concepção também implica dizer que, “[...] a teoria regional do político no modo de produção capitalista *pressupõe* a teoria particular desse modo de produção”. (POULANTZAS, 2019, p. 21, grifo do autor). Ou seja, de acordo com Poulantzas, uma teoria do Estado capitalista pressupõe a existência de uma teoria do MPC. De modo que, em um discurso sociológico propriamente dito, antes de se partir para o desenvolvimento de um conceito de Estado capitalista, deve-se pelo menos esboçar uma teoria do MPC.

Isso mostra que a estrutura lógica de um discurso sociológico obedece a algumas regras impostas pelos pressupostos. Poulantzas entende que esses pressupostos expressam o modo de existência do objeto cujo conhecimento se busca, e que é precisamente a estrutura do objeto real que impõe a lógica do discurso sociológico.

## 1.2 Estruturas e Práticas

Em *PPCS*, Poulantzas inicia seu discurso assumindo a existência de um conjunto de estruturas e de práticas que permeiam a realidade social. Essa suposição tem por finalidade eliminar aspectos voluntaristas que possam surgir em sua argumentação, uma vez que Poulantzas rejeita explicações que se baseiam nas ações dos atores sociais (individuais ou coletivos). Tal posição, por sua vez, repousa sobre uma tese ontológica, qual seja: os sujeitos – atores imersos no campos das relações sociais – são o produto dessas relações, e não o contrário. (POULANTZAS, 2019, p. 63-64). Definido o problema dessa maneira, podemos perceber que existem múltiplas formas de conceituar a realidade social que ainda permanecem dentro das restrições impostas pela rejeição ao voluntarismo, isto é, da “problemática do sujeito”<sup>25</sup>.

Embora não se possa dizer que conceitos como os de estruturas e práticas<sup>26</sup> derivem da “problemática do sujeito”, podemos dizer que tais conceitos integram o discurso sociológico de Poulantzas para atender uma necessidade epistemológica exigida por ela. Nesse sentido, em última análise, a referida problemática acaba influenciando no surgimento de conceitos substantivos no discurso sociológico do autor de *PPCS*.

Poulantzas considera que esses dois conjuntos (“estruturas” e “práticas”) estão vinculados entre si, contudo, internamente, cada um estaria estruturado de modo particular. Com base no que vimos até este momento, é compreensível que o autor considere que seja tarefa das ciências sociais revelar as relações peculiares entre as “estruturas” e as “práticas”, bem como suas respectivas estruturas internas. E essa tarefa se realiza através da construção de conceitos adequados que especificam as articulações entre esses dois conjuntos. (POULANTZAS, 2019, p. 65-69).

De acordo com essas concepções, as explicações sociológicas devem se ocupar das estruturas e das práticas, e não dos indivíduos, ou grupos de indivíduos e suas ações, pois, na

---

<sup>25</sup> Conforme esclarece Poulantzas, esse conceito: “[...] tem tido constante repercussão na história do pensamento marxista. Segundo essa problemática, os agentes de uma formação social, ‘homens’, não são considerados os ‘portadores’ das instâncias objetivas (como são para Marx), mas como o princípio genético dos níveis do todo social. Esta é uma problemática de ‘atores sociais’, indivíduos como a origem da *ação social* [...]. (POULANTZAS, 1982, p. 223, grifo do autor).

<sup>26</sup> Interpretando a questão da prática no althusserianismo, Decio Saes diz o seguinte: “Ora, se a ‘totalidade social’ se configura como um modelo geral de funcionamento das sociedades humanas, as práticas determinadas pelas suas estruturas só podem ser práticas ‘reprodutivas’.” (SAES, 1998a, p. 26).

visão de Poulantzas, os atores sociais desempenham um papel explicativo apenas como “portadores” ou “suportes” das estruturas e das práticas. Na verdade, ele até reconhece que as ações dos atores podem constituir problemas que deverão ser explicados, mas essa explicação deve ser dada nos termos das estruturas e das práticas. (POULANTZAS, 2019, p. 64-70).

Assim, esses dois conceitos são de extrema importância para o desenvolvimento do conceito de Estado presente no texto de *PPCS*. Isso porque, nessa obra, Poulantzas define o Estado como uma estrutura específica, isto é, como parte do conjunto de estruturas, uma estrutura regional do MPC que se articula com outras estruturas regionais para compor o conjunto de estruturas do MPC. (POULANTZAS, 2019, p. 47-48).

Estabelecida essa base conceitual do discurso de Poulantzas, veremos como a seleção de outros conceitos essenciais para sua teorização sobre o Estado capitalista fica mais restrita. De modo que, conceitos como “autonomia relativa” e “poder do Estado”, por exemplo, devem ser definidos dentro dos limites fixados estabelecidos pelas “estruturas” e “práticas”.

### 1.3 Os conceitos de modo de produção e de formação social

Vejam novamente a “problemática” teórica do discurso de Poulantzas. Como vimos, de acordo com o discurso epistemológico adotado pelo autor em *PPCS*, o objeto de conhecimento deve ser primeiramente construído como matéria-prima, para depois se transformar e fornecer o conhecimento científico do Estado capitalista.

De acordo com Poulantzas, a construção do objeto da ciência como matéria-prima implica na especificação do “objeto de conhecimento” existente, que, segundo ele, encontra-se nos textos clássicos do marxismo, nos textos políticos do movimento operário e nas obras contemporâneas das ciências políticas<sup>27</sup>. (POULANTZAS, 2019, p. 21). No entanto, essa especificação não é neutra, pois pressupõe uma concepção específica da realidade. Em *PPCS*,

---

<sup>27</sup> Quanto a estas últimas obras, cabe aqui trazer as seguintes observações feitas por Armando Boito: “Nicos Poulantzas, o cientista político marxista que, partindo das concepções da obra de Althusser, escreveu o clássico ‘Poder político e classes sociais’ [...] produziu essa sua obra retificando e incorporando teses e conceitos provenientes da análise política de Max Weber, que Poulantzas utiliza para analisar a burocracia de Estado, e de autores modernos não marxistas, como o institucionalista Maurice Duverger cujos trabalhos Poulantzas se apropria, após retificação, para analisar os regimes e os partidos políticos. Embora esse procedimento mais aberto não fosse original na história do marxismo, a escola althusseriana recuperava, com ele, uma maneira de praticar o marxismo que tinha sido abandonada pelo dogmatismo que impregnou grande parte do marxismo do século XX.” (BOITO, 2016, p. 154).

essa concepção se expressa basicamente através de dois conceitos: modo de produção e formação social<sup>28</sup>.

Para a corrente althusseriana, o conceito de modo de produção não se restringe ao âmbito econômico, tal conceito é (re)construído de modo a englobar, além da economia, a política e a ideologia. Na perspectiva dessa corrente teórica, portanto, o conceito de modo de produção deve ser ampliado, a fim de abarcar tanto a infraestrutura, como a superestrutura<sup>29</sup>. As consequências de ordem teórica dessa ampliação são muito importantes. Além de fornecer um novo instrumento de análise da totalidade social, agora pensada de maneira articulada com a economia, a política e a ideologia, também fornece um novo instrumento de crítica ao economicismo<sup>30</sup> e ao voluntarismo que, ao lado do historicismo, foram concepções muito presentes nas teorias marxistas do século XX. (BOITO, 2016, p. 160; SAES, 1994, p. 44).

Seguindo essa concepção, Poulantzas também compreende o conceito de modo de produção de maneira ampla. Para ele, tal conceito designa um objeto abstrato-formal, que consiste em “[...] uma combinação específica de estruturas e práticas que aparecem como outras tantas instâncias ou níveis, em suma, como outras tantas estruturas regionais daquele modo.” (POULANTZAS, 2019, p. 17-18). Essas instâncias são a economia, a política e a ideologia<sup>31</sup>. Cada instância corresponde uma estrutura e uma prática. Por exemplo, o nível econômico consiste em relações de produção e relações sociais de produção que, no texto de

<sup>28</sup> De acordo com Tom Bottomore, a expressão “formação social” foi pouco utilizada por Marx, que frequentemente utilizava o termo “sociedade” (pré-histórica, escravista, feudal, etc.). (BOTTOMORE, 2012, p. 235).

<sup>29</sup> Em relação ao uso dessas expressões pela corrente althusseriana, vale trazeremos aqui, a seguinte observação feita por Décio Saes: “É importante notar que a definição do ‘modo de produção’ como pluralidade (articulada) de estruturas deveria, em princípio, induzir ao abandono das expressões marxistas clássicas ‘infra-estrutura’ e ‘superestrutura’. Tais expressões são usadas, nos clássicos do marxismo, para nomear, respectivamente, a base econômica da sociedade (isto é, o ‘modo de produção’ numa acepção restrita) e as demais estruturas da sociedade, relacionadas ao modo ‘externo’ com a primeira. No entanto, ‘infra-estrutura’ e ‘superestrutura’ aparecem abundantemente em textos produzidos por essa corrente, sem que o seu uso seja precedido por qualquer operação de reconceituação.” (SAES, 1998a, p. 24).

<sup>30</sup> Logo no início do texto *O problema do Estado capitalista*, Poulantzas traz a seguinte crítica: “[...] o economicismo considera que outros níveis da realidade social, inclusive o Estado, como simples epifenômenos, reduzíveis a uma ‘base’ econômica. Portanto, um estudo específico do Estado torna-se supérfluo. Além disso, o economicismo considera que toda a alteração no sistema social ocorre em primeiro lugar na economia, e que a ação política deve ter na economia o seu objetivo principal. Mais uma vez, o estudo específico do Estado é redundante. Assim, o economicismo leva ao reformismo ou ao tredeunionismo, ou ainda a formas de ‘esquerdismo’, como o sindicalismo. Pois, como foi demonstrado por Lenin, o principal objetivo da ação revolucionária é o *poder do Estado* e o pré-requisito de qualquer revolução socialista é a destruição do aparelho do Estado burguês.” (POULANTZAS, 1982, p. 220-221, grifo do autor).

<sup>31</sup> Cabe trazeremos aqui a seguinte passagem em que Ernesto Laclau critica o modelo althusseriano que identifica essas três instâncias em todo modo de produção: “Por que somente três? Qual o método de sua dedução? Existe algum vínculo lógico entre as três? O silêncio é a resposta às duas primeiras perguntas, e a negativa, a resposta à terceira – a única relação é sua articulação, que depende do modo de produção em pauta. Ou seja, encontramos diante de três instâncias estabelecidas de modo puramente descritivo.” (LACLAU, 1978, p. 78).

Poulantzas, são tratadas como práticas de classe. Assim, para esse autor, o que caracteriza um modo de produção é a maneira específica em que seus níveis se articulam<sup>32</sup>. (POULANTZAS, 2019, p. 17-18).

Clyde Barrow resume o conceito de modo de produção de Poulantzas da seguinte maneira:

Em *Poder político e classes sociais*, Poulantzas afirma que todo modo de produção pode ser entendido teoricamente nos termos das inter-relações funcionais entre seus aspectos econômicos, políticos e níveis ideológicos. Cada nível em um modo de produção consiste em *estruturas* que contribuem para a reprodução do modo de produção e *práticas de classe*, que geram conflitos e contradições dentro do modo de produção. Uma estrutura consiste em uma ou mais instituições que cumprem funções econômicas, políticas ou ideológicas específicas, necessárias para reproduzir um modo particular de produção<sup>33</sup>. (BARROW, 2006, p. 6-7, grifo do autor, tradução nossa).

De acordo com Poulantzas, como os modos de produção (capitalista, feudal ou escravagista) são objetos abstratos-formais, eles somente existem no pensamento. No mundo real apenas existe “[...] uma *formação social* historicamente determinada, ou seja, um todo social – no sentido mais amplo – num momento de sua existência histórica: a França de Louis Bonaparte, a Inglaterra da revolução industrial.” (POULANTZAS, 2019, p. 19, grifo do autor). Assim, segundo Poulantzas, uma formação social, objeto real-concreto, será sempre original, pois apresenta:

[...] uma combinação particular, **uma sobreposição específica de vários modos de produção “puros”**<sup>34</sup>. É assim que a Alemanha de Bismarck se caracteriza por uma combinação específica dos modos de produção capitalista, feudal e patriarcal, da qual só a combinação existe no sentido rigoroso do termo; existe só uma formação social historicamente determinada como objeto singular. (POULANTZAS, 2019, p. 19, grifo nosso).

---

<sup>32</sup> Poulantzas utiliza o termo “matriz” de um modo de produção para se referir a essa forma de articulação entre níveis. (POULANTZAS, 2019, p. 18).

<sup>33</sup> “In *Political Power and Social Classes*, Poulantzas claims that every mode of production can be understood theoretically in terms of the functional interrelations between its economic, political, and ideological levels. Each level in a mode of production consists of *structures* which contribute to the reproduction of the mode of production and *class practices* which generate conflicts and contradictions within the mode of production. A structure consists of one or more institutions that fulfill specific economic, political, or ideological functions necessary to reproduce a particular mode of production.” (BARROW, 2006, p. 6-7).

<sup>34</sup> Essa afirmação de Poulantzas pode ser sustentada na seguinte passagem do texto de Marx: “Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta.” (MARX, 2011, p. 86).

Em última análise, portanto, podemos dizer que as formações sociais são objetos reais dos quais se busca o conhecimento; enquanto que os modos de produção são objetos abstratos-formais que servem para produzir o objeto que proporcionará o conhecimento do objeto real. Assim, vemos que toda essa discussão está conectada com o problema da relação entre o objeto real e o objeto de conhecimento.

De acordo com León Olive, existem dois problemas nessa relação: um ontológico e outro epistemológico. Em relação ao problema ontológico, este consiste na pressuposição de que entidades existentes apenas no pensamento combinam-se para produzir objetos reais-concretos. No que tange ao problema epistemológico, este advém, principalmente, do fato da distinção entre objetos reais e objetos formais ter sido efetuada por razões epistemológicas. (OLIVÉ, 1985, p. 101). Com a rejeição do ponto de vista do sujeito, e a busca de garantias para o conhecimento, a questão que envolve a relação entre objetos reais e objetos formais também foi negligenciada<sup>35</sup>.

Por conta de sua adesão às concepções epistemológicas althusserianas, Poulantzas também acabou não estabelecendo no texto de *PPCS*, um procedimento capaz de vincular esses dois objetos – formal-abstrato e real-concreto –. Como podemos observar agora, o problema se agrava quando, com fundamento na distinção epistemológica original, isto é, na distinção entre processos reais e processos de pensamento, dois níveis ontológicos diferentes se confundem.

Para confirmarmos que o problema acima destacado exerce forte influência na teoria substantiva do Estado de Poulantzas, trazemos aqui a seguinte passagem em que essa questão pode ser observada mais claramente:

Sabemos que uma formação social historicamente determinada depende da coexistência de vários modos de produção. Nesse sentido, o Estado de semelhante formação resulta de uma combinação de vários tipos de Estado, oriundos dos **diversos modos de produção** que entram em combinação nessa formação. (POULANTZAS, 2019, p. 145, grifo nosso).

Passagens como essa, apenas fazem sentido se considerarmos que o termo “diversos modos de produção”, faz referência a um objeto real-concreto, ou se reconhecermos que as formações sociais também podem ser objetos abstratos-formais. Também é possível

---

<sup>35</sup> Althusser apenas se manifestou qualificando essa relação como uma “relação peculiar do conhecimento”, sem esclarecer, contudo, o que haveria de peculiar nela. (ALTHUSSER, 1980, p. 23-24).

interpretarmos que Poulantzas utilizou o termo “formação social” de duas maneiras distintas em seu texto: primeiro, para designar as sociedades que realmente existem ou existiram; como por exemplo, a França sob o comando de Luis Bonaparte<sup>36</sup>. (POULANTZAS, 2019, p. 19). Segundo, para designar objetos que, resumidamente, são formais-abstratos.

Com a finalidade de esclarecermos melhor o que dissemos nos últimos parágrafos, traremos aqui outro exemplo. Em *PPCS*, quando Poulantzas discute o problema das formas de regime (constitucional, monárquico, república parlamentarista, etc.) que aparecem em formas semelhantes de Estado (liberal, intervencionista, etc.), ele faz a seguinte afirmação:

Pelo fato da coexistência em uma **formação capitalista** de vários modos de produção e de várias formas do M. P. C., pelo fato da articulação complexa de instâncias com temporalidades próprias, a dominância, em uma **formação capitalista**, de uma forma do M. P. C. sobre outra não se traduz em um desenvolvimento simples. Em uma **formação social**, pode-se encontrar um estágio dominado pelo capitalismo monopolista e o Estado intervencionista, antes de um estágio dominado pelo capitalismo privado e o Estado liberal – por exemplo, **depois da Primeira Guerra Mundial, nos países ocidentais**, o período posterior à “economia de guerra”. Esse período é seguido por outro, relativamente breve, correspondente a um estágio dominado pelo capitalismo privado e o Estado liberal. (POULANTZAS, 2019, p. 154, grifo nosso).

Por ora, deixando de lado a questão de ordem substantiva que Poulantzas discute no trecho acima citado, queremos destacar que os termos “formação capitalista” e “formação social”, fazem referência a objetos abstratos-formais. Caso contrário, o discurso de Poulantzas teria de sustentar que os objetos reais-concretos são constituídos por objetos que existem somente no pensamento. No entanto, os exemplos que o autor trouxe na referida passagem (países ocidentais após a Primeira Guerra Mundial) são, indubitavelmente, objetos reais-concretos, ou seja, formações sociais no sentido da primeira acepção (sociedades que realmente existem ou existiram).

Com base nessa interpretação, a dificuldade em relação à possibilidade das formações sociais serem o resultado da combinação de objetos abstratos-formais (modo de produção) parece estar superada. Isso porque, embora o termo “formação social” designe objetos reais-concretos em um dos seus significados, em outra acepção faz referência a objetos abstratos-formais. Assim, os termos “modo de produção” e “formação social” acabam tendo o mesmo

---

<sup>36</sup> Esta é a utilização que Poulantzas confere de maneira expressa em *PPCS*.

*status* ontológico (formal), de maneira que, não há dificuldade em conceber as formações sociais como se fossem constituídas por modos de produção.

Em parte, esse problema decorre do dualismo epistemológico e de sua extensão para um dualismo ontológico no texto de Poulantzas. No artigo intitulado *Sustentação de tese em Amiens*, Althusser não negligencia esse tipo de problema, e reconhece que o grande perigo da distinção entre objeto de conhecimento e objeto real, é que “[...] se esta distinção necessária não é solidamente estabelecida, pode conduzir ao nominalismo, e mesmo ao idealismo.” (ALTHUSSER, 1978, p. 155). Apesar disso, Althusser argumenta que sua teoria pode ser protegida “[...] pelo primado do objeto real sobre o objeto de conhecimento, e pelo primado dessa primeira tese sobre a segunda: a distinção entre objeto real e objeto de conhecimento.” (ALTHUSSER, 1978, p. 155, grifo do autor).

São essas as teses que serviram como ponto de partida para o desenvolvimento das teorias de Poulantzas em sua obra *PPCS*. Na melhor das hipóteses, elas podem até contribuir para que o autor não recaia em um idealismo, mas não chegam ao ponto de esclarecer o caráter da relação entre objeto real e objeto de conhecimento. (ROCHA, 1976, p. 312). Das premissas de Althusser, podemos até depreender que a relação entre objeto do conhecimento e objeto real não é uma relação já inscrita no objeto real. No entanto, a relação em questão é real, uma relação de conhecimento ou, como Althusser mesmo denomina, uma relação de “apropriação cognitiva”, que se produz quando o objeto de conhecimento é produzido. (ALTHUSSER, 1979, p. 64-65).

Seguindo o mesmo caminho de Althusser, o próprio Poulantzas também fez uma autocrítica de maneira semelhante. Em seu artigo intitulado *O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau*<sup>37</sup>, o autor greco-francês reconhece que a forma pela qual as análises concretas eram trabalhadas em sua obra eram marcadas por um certo “teoricismo”. Segundo ele:

Em alguma medida isso se deve a uma posição epistemológica excessivamente rígida, que eu compartilhava com Althusser à época. Ao concentrar o peso principal de nosso ataque sobre o empiricismo e o neopositivismo, que em resumo, na tradição marxista, são o economicismo e o historicismo, nós justificadamente insistimos na especificidade do processo teórico, aquele da produção do conhecimento que, com suas próprias estruturas específicas, ocorre no processo de pensamento. (POULANTZAS, 2008, p. 108)

---

<sup>37</sup> Laclau entrevistou no debate Miliband-Poulantzas através do artigo *A especificidade do político*, publicado na *Economy and Society*, em 1975. Nesta dissertação, utilizamos a versão que está presente na obra *Política e ideologia na teoria marxista: Capitalismo, Fascismo e Populismo*, publicada em 1978 pela editora Paz e Terra.

Contudo, ao desenvolver esse ponto de vista, Poulantzas afirma o seguinte:

O que falhamos em enxergar na época foi que, enquanto sustentávamos firmemente a especificidade do processo teórico em relação ao “real concreto”, nós deveríamos ter percebido o modo particular no qual este “real” intervém, e o modo no qual a relação teoria-prática funciona através de todo o processo teórico. (POULANTZAS, 2008, p. 109).

Após essa autocrítica, ainda naquele mesmo artigo, Poulantzas tenta explicar o procedimento que adotou em suas investigações para a produção do texto de *PPCS*.

Recorrendo à distinção que Marx faz entre método de exposição e método de pesquisa<sup>38</sup>, Poulantzas explicou que ao fazer tal distinção de maneira bem desenvolvida em sua obra, acabou, “[...] no método de exposição, apresentando análises concretas como meros exemplos ou ilustrações de processos teóricos.” (POULANTZAS, 2008, p. 109). Contudo, segundo ele, o fato dessas análises concretas estarem expostas dessa maneira, não deveria conduzir à conclusão que sua investigação “[...] não estava fundada nessas análises real-concretas, mas meramente provinham de conceitos abstratos.” (POULANTZAS, 2008, p. 109).

Em nível epistemológico, essa é uma observação fundamental, pois restabelece a questão empírica no método de pesquisa do autor. Apesar disso, devemos destacar que Poulantzas apenas admite que seu método de pesquisa trabalha com fatos reais, e que seu discurso está fundado na análise de objetos reais-concretos; contudo, não esclarece o modo como esse real intervém no processo de produção do conhecimento. Não nos diz como as análises concretas da realidade se relacionam com as construções abstratas, nem elucida a relação existente entre a questão empírica e sua teoria.

Saindo um pouco do texto de *PPCS*, notamos que em sua última grande obra, *O Estado, o poder, o socialismo (EPS)*, Poulantzas conserva explicitamente a distinção entre modo de produção – objeto abstrato-formal – e formação social – objeto real-concreto –. (POULANTZAS, 2000, p. 24). Apesar disso, essa obra revela seu esforço para se afastar do forte “teoricismo” que marcou sua primeira grande obra. De modo que, agora, Poulantzas nos diz que “[...] a teoria do Estado capitalista não pode ser separada da história de sua

---

<sup>38</sup> Nas palavras de Poulantzas: “[...] considerando a especificidade do processo teórico, precisamos estabelecer uma distinção entre o método de exposição de um texto teórico, que deve levar em conta o modo específico no qual os conceitos se associam, e o método de pesquisa, o qual lidando com fatos reais dá origem à criação desses conceitos.” (POULANTZAS, 2008, p. 109).

*constituição e de sua reprodução*” (POULANTZAS, 2000, p. 23, grifo do autor), e que a referida teoria “[...] só pode ser elaborada ao se relacionar este Estado com a história das lutas políticas dentro do capitalismo.” (POULANTZAS, 2000, p. 24). Em *EPS*, portanto, Poulantzas acaba reconhecendo a importância dos dados empíricos na ordem de investigação<sup>39</sup>.

Nessa última obra de grande repercussão, Poulantzas argumenta que seu ponto de vista não deveria ser interpretado como uma proposta de construção do objeto teórico do Estado capitalista – o objeto de conhecimento – como um tipo ideal. (POULANTZAS, 2000, p. 23). Isso porque, a concepção ontológica que está presente em *PPCS* é reproduzida em *EPS* da seguinte maneira: “As formações sociais são o lugar real de existência e de reprodução, portanto do Estado em suas formas diversas, as quais não podem ser deduzidas do modelo capitalista de Estado que designa um objeto abstrato-formal.” (POULANTZAS, 2000, p. 24). Aqui, contudo, como Poulantzas acaba dando maior ênfase a uma dimensão histórica, as formações sociais não são tidas mais como meras combinações de modos estáticos de produção.

#### 1.4 As classes sociais

Nesta seção examinaremos a concepção de Poulantzas sobre o conjunto de práticas existentes em um modo de produção e em uma formação social. Isso nos leva a analisar o núcleo da teoria das classes sociais de Poulantzas, uma vez que as práticas em um MPC são, necessariamente, práticas de classe para esse autor. Considerando que nosso objetivo se limita a analisar de que maneira as concepções epistemológicas e ontológicas adotadas por Poulantzas delimitam seu discurso sociológico substantivo, faremos apenas um breve esboço de sua teoria das classes sociais. Para isso, além do texto de *PPCS*, utilizaremos também

---

<sup>39</sup> Apesar disso, no texto de *EPS*, ainda persiste um forte interesse de Poulantzas em manter distância do empirismo e do positivismo. (POULANTZAS, 2000, p. 23).

algumas passagens da obra *As classes sociais no capitalismo de hoje* (CSCH), onde o autor confere um tratamento mais sistemático sobre esse assunto.<sup>40</sup>

De início, devemos esclarecer que, apesar das retificações teóricas substantivas realizadas por Poulantzas em textos posteriores ao de *PPCS*, em *CSCH*, três fatores que norteiam seus discursos epistemológicos e ontológicos permanecem inalterados. São eles: a noção de todo complexo estruturado com dominância; a exigência de construção de conceitos científicos especificando a estrutura interna do objeto e sua articulação com outros elementos da totalidade a que ele pertence; e a rejeição da categoria de sujeito. (POULANTZAS, 1975, p. 13-18).

Conforme já examinamos, a introdução dos conceitos de “estruturas” e “práticas” no discurso sociológico desenvolvido em *PPCS*, corresponde a uma necessidade imposta pelo nível extrasociológico; qual seja, a rejeição da categoria de sujeito. Uma vez estabelecido o quadro teórico com base nesses dois conceitos, os conceitos subsequentes que ingressam no discurso sociológico de Poulantzas, como o de classes sociais no MPC, por exemplo, acabam encontrando limitações estruturais. Examinemos agora como esses efeitos se realizam no caso das classes sociais no MPC.

Em *PPCS*, Poulantzas se refere às classes sociais da seguinte forma:

*[...] a classe social é um conceito que indica os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem seus suportes: esse conceito indica, portanto, os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais. Neste sentido, se a classe é um conceito, esse conceito não designa uma realidade que possa ser situada nas estruturas; designa o efeito de um conjunto de estruturas dadas, conjunto que determina as relações sociais como relações de classe. (POULANTZAS, 2019, p 68, grifo do autor).*

Conforme mencionamos, Poulantzas considera que as estruturas têm existência real em uma dada formação social. Segundo esse autor, as estruturas existem apenas na medida em que são “apoiadas” por indivíduos concretos. Contudo, precisamente como efeito das estruturas que apoiam, os indivíduos são distribuídos em uma série de relações que, tomadas em seu conjunto, em uma dada formação social, a totalidade de tais relações constitui o campo das relações sociais.

---

<sup>40</sup> De acordo com Erik Olin Wright, o livro *As classes sociais no capitalismo de hoje* de Nicos Poulantzas “[...] é a mais sistemática e completa tentativa de compreender rigorosamente os critérios marxistas para classes na sociedade capitalista.” (WRIGHT, 1981, p. 30).

Poulantzas argumenta que as relações sociais são o efeito de todas as estruturas presentes em uma formação social: econômica, ideológica e política. Nas formações sociais dominadas pelo MPC, segundo ele, cada uma das estruturas presentes são internamente contraditórias. Por conseguinte, as relações que elas induzem também são contraditórias, isto é, antagônicas. (POULANTZAS, 2019, p. 65-70). Por exemplo, no MPC, no que diz respeito à estrutura econômica, os agentes estão distribuídos em relações sociais das quais, por um lado, alguns aparecem como produtores diretos, separados dos meios de produção, enquanto que outros se apresentam como proprietários dos referidos meios de produção. Contudo, a relação social induzida existe apenas como prática. Assim, os produtores diretos, por representarem a força de trabalho, constituem o fator necessário para movimentar os meios de produção, de modo que a prática econômica atinja sua finalidade. Nesse processo, os produtores diretos produzem a mais-valia, que em razão do efeito da estrutura é apropriada pelos proprietários dos meios de produção. Isso, de acordo com Poulantzas, determina que a relação social induzida pela estrutura econômica é uma relação antagônica. (POULANTZAS, 1975, p. 19-21).

Além disso, a estrutura determina os lugares objetivos no que se refere a posse ou não posse dos meios de produção. Esses lugares, na concepção de Poulantzas, são classes. Assim, a estrutura econômica determina relações de classe antagônicas (POULANTZAS, 2019, p. 67).

É importante ressaltarmos que, do ponto de vista delineado por Poulantzas, as classes sociais são produzidas como efeito de um conjunto de estruturas: econômicas, políticas e ideológicas, logo:

Em primeiro lugar, a constituição das classes não se relaciona unicamente ao nível econômico, mas consiste num efeito do conjunto dos níveis de um modo de produção ou de uma formação social. A organização das instâncias em níveis econômico, político e ideológico reflete-se, nas relações sociais, em prática econômica, política e ideológica de classe e em “luta” das práticas das diversas classes. (POULANTZAS, 2019, p. 69).

Considerando que no MPC as estruturas são internamente contraditórias, as relações de classe, por serem relações de dominação e subordinação que devem ser compreendidas em termos de prática de classe, acabam refletindo a articulação interna dessas estruturas. (POULANTZAS, 2019, p. 83-84).

Por esse motivo, as relações de classe devem ser conceituadas como luta de classes:

As relações sociais consistem em práticas de classe, estando as classes sociais aí situadas em *oposições*: as classes sociais não podem ser concebidas senão como práticas de classe, existindo essas práticas em oposições *que, em sua unidade, constituem o campo da luta de classes*. (POULANTZAS, 2019, p. 83, grifo do autor).

Portanto, o conceito de relação social se reduz ao conceito de práticas de classe e, finalmente, este último vem a ser o conceito de luta de classes. Logo, em *PPCS*, a concepção de realidade social de Poulantzas é tomada por um conjunto de estruturas e relações sociais que, na verdade, são práticas de classe. No MPC, que possui estruturas contraditórias, as práticas de classe existem apenas como oposição e, na maioria das vezes, como relações de dominação e subordinação das classes.

Da ideia de que a determinação de uma classe social é um efeito das três dimensões básicas da estrutura de uma formação social (econômica, política e ideológica), Poulantzas depreende que, quando uma classe específica é localizada teoricamente em uma formação social, isto é, quando o conceito científico dessa classe é teorizado, além da posição que esta classe ocupa nas relações econômicas, também é necessário que se especifique sua posição nas relações políticas e ideológicas. (POULANTZAS, 2019, p. 84-85).

Para resolver o problema que envolve a identificação de uma única classe que mantém certas relações econômicas, políticas e ideológicas com outras classes, em *CSCH*, Poulantzas propôs alguns critérios<sup>41</sup> para se aferir as relações de dominação e subordinação em cada uma das três dimensões: trabalho produtivo e trabalho improdutivo (relação econômica); trabalho de direção e trabalho de supervisão (relação política); e trabalho manual e trabalho intelectual (relação ideológica). (POULANTZAS, 1975, p. 227-271).

Ainda nessa mesma obra, podemos notar que o discurso de Poulantzas descarta qualquer elaboração do conceito de classes sociais que recorra à categoria consciência de classe<sup>42</sup>. Isso pode ser percebido quando o autor trata da dimensão ideológica. Ao conceituar

---

<sup>41</sup> Erik Olin Wright, no livro *Classe, crise e o Estado*, argumentou que os critérios apresentados por Poulantzas são arbitrários. Para chegar a essa conclusão, Wright aplicou os mesmos critérios adotados por Poulantzas aos Estados Unidos, e o resultado obtido foi o de que a classe trabalhadora constitui menos de 20% da população daquele país. Ao aplicar os mesmos critérios, com pequenas modificações, Wright obteve um aumento de mais de 50%, o que demonstra, segundo esse autor, que os critérios de Poulantzas são arbitrários, por isso, acabam sendo de pouca utilidade. (WRIGHT, 1981, p. 50-54).

<sup>42</sup> De acordo com Poulantzas, inclusive: “[...] não é absolutamente necessário uma ‘consciência de classe’ própria e por organização política autônoma das classes em luta *para que a luta de classes tenha lugar em todos os domínios da realidade social*.” (POULANTZAS, 1975, p. 17, grifo do autor).

classes sociais em termos de domínio do trabalho intelectual sobre o manual, e ao excluir este último do conhecimento necessário para se realizar o processo de produção material, o discurso de Poulantzas alude a uma relação ideológica objetiva, cuja elaboração teórica dispensa conceitos como o de consciência de classe. (POULANTZAS, 1975, p. 16-18). Por exemplo, Poulantzas afirma que se em um determinado momento histórico a classe trabalhadora carecer de consciência de classe, ou de organização política autônoma, isso não significa que esta classe tenha que negar sua existência histórica. Isso porque, ainda que ela esteja contagiada pela ideologia burguesa, “[...] sua existência econômica traduz-se por práticas *político-ideológicas materiais específicas* que se manifestam sob seu ‘discurso’ burguês: é o que Lenin designava, aliás descritivamente, por *instinto de classe*.” (POULANTZAS, 1975, p. 17, grifo do autor). Portanto, Poulantzas considera que os agentes simplesmente ocupam posições objetivas de domínio e de subordinação.

Essa ideia de que é possível conceituar as relações de classe ideológicas, sem fazer qualquer referência à consciência que os agentes possuem (de classes exploradoras ou exploradas) é muito importante para compreendermos o pensamento de Poulantzas. Isso porque, por trás dessa concepção, podemos encontrar a rejeição às categorias de sujeito e ao voluntarismo, consideradas por Poulantzas como inadequadas para a explicação sociológica.

Esclarecemos, no entanto, que isso não implica na rejeição da “consciência de classe” como um conceito sociológico por parte de Poulantzas, porém, leva a exclusão dessa categoria como um dos principais aspectos que determinam a classe em sua teoria. Sobre isso, Poulantzas foi explícito ao dizer que:

Se é verdade que os próprios agentes devam ser *reproduzidos* – “qualificados-submetidos” – para ocupar certos lugares, isso não significa que tal distribuição dos agentes não somente não se prenda a suas escolhas ou aspirações, mas, além disso, que seja regulamentada pela própria reprodução desses lugares. Isso se prenda ao fato de que o aspecto principal da determinação das classes é aquele de seus lugares, e não o dos agentes que ocupam esses lugares. (POULANTZAS, 1975, p. 31, grifo do autor).

Assim, na visão de Poulantzas, as classes sociais devem ser conceituadas como lugares objetivos e materiais dentro de relações sociais estruturalmente determinadas que, na sociabilidade capitalista, são relações antagônicas, pois resultam de estruturas contraditórias. São essas, portanto, as restrições impostas pela concepção althusseriana da “problemática do sujeito” ao discurso sociológico substantivo, que pretende construir um conceito de classes sociais.

## 1.5 O conceito de poder

Nesta seção, faremos um breve exame do conceito de poder presente no texto de *PPCS*. Aqui veremos que a concepção extrasociológica mais significativa, no que tange a função de estabelecer quais conceitos podem ou não integrar o discurso sociológico de Poulantzas, mais uma vez, é a concepção que rejeita a categoria de “sujeito”.

Em *PPCS*, Poulantzas define poder como “[...] *a capacidade de uma classe social de realizar seus interesses objetivos específicos*” (POULANTZAS, 2019, p. 106, grifo do autor). Como vimos, no *MPC*, as classes sociais foram concebidas como classes em luta, isto é, em oposição e em conflito permanente uma com as outras. (POULANTZAS, 2019, p. 83-84). Assim, podemos deduzir que uma classe é capaz de realizar seus “interesses objetivos” apenas em oposição à realização dos interesses de outras classes.

Como vimos, o discurso sociológico de Poulantzas não permite explicações que levem em conta os interesses e necessidades dos agentes concretos, pois, em sua concepção, as classes são definidas como localizações objetivas dentro de um campo de relações sociais estruturalmente determinadas, onde os “homens” (agentes) são como “suportes” ou “portadores” dos referidos locais. (POULANTZAS, 2019, p. 63-66). Já mencionamos também, que mesmo a relação ideológica de subordinação e dominação é interpretada como uma relação objetiva, independentemente do que os “homens” podem sentir, pensar, querer, desejar ou preferir<sup>43</sup>. Para continuarmos com esse exemplo, podemos sugerir que um dos “interesses objetivos” da classe trabalhadora é o de romper o domínio ideológico que, de acordo com Poulantzas, é representado pela oposição entre trabalho intelectual e trabalho manual (conhecimento-ignorância). No entanto, a menos que se pretenda reduzir todos os conceitos da teoria de Poulantzas ao que seu discurso em relação ao comportamento e as necessidades dos homens acarreta, ainda persiste a distinção entre classes como lugares objetivos em uma totalidade estruturada de relações sociais, onde os “homens” são os “portadores” dessas relações. De modo que o conceito de “interesses objetivos” de uma classe

---

<sup>43</sup> Na seção 1.4, ao analisarmos o conceito de classe social, vimos que Poulantzas não deixou dúvidas a esse respeito. Em *CSCH* ele chega a afirmar o seguinte: “A determinação das classes, abrangendo práticas – lutas – das classes e se estendendo às relações políticas e ideológicas, designa os *lugares objetivos ocupados* pelos agentes na divisão social do trabalho: lugares que são independentes da vontade desses agentes.” (POULANTZAS, 1975, p. 14, grifo do autor).

não pode ser elucidado em termos de necessidades e preferências (reais ou potenciais) dos “homens”.

De fato, o texto de Poulantzas é bastante obscuro no que diz respeito à elaboração do conceito de “interesses objetivos”. Primeiramente ele enfatiza que os interesses de classe estão localizados no campo das práticas, ou seja, no campo da luta de classes, e não no campo das estruturas. (POULANTZAS, 2019, p. 110).

Se o conceito de classe indica os efeitos da estrutura sobre os suportes, se ainda o conceito de prática não recobre comportamentos, mas um trabalho exercido dentro dos limites impostos pela estrutura, os interesses indicam bem esses limites, mas como a *extensão do campo*, num nível particular, da prática de uma classe em relação às das outras classes, em suma, a extensão da “ação” das classes nas relações de poder. (POULANTZAS, 2019, p. 112, grifo do autor).

Essa concepção é uma das mais difíceis dentre as que estão presentes no texto de *PPCS*. Parte do problema está em sua ambiguidade, que surge a partir das dificuldades conceituais que aparecem no discurso por conta da posição de Poulantzas em relação à “problemática do sujeito”. Examinemos melhor esse problema.

Em um primeiro momento, somos levados a acreditar que os interesses de classe denotam a possível extensão da prática de classe. Tais interesses delimitam o “campo” que uma classe pode potencialmente abarcar sua prática; e a extensão desse “campo” é “limitada” pelos efeitos das estruturas, bem como pela intervenção das práticas das diferentes classes. Cabe esclarecer aqui que, apesar de Poulantzas parecer adotar uma terminologia metafórica, o próprio autor afirma o contrário nos dizendo o seguinte: “Isso, aliás, não constitui absolutamente um jogo metafórico com os termos ‘limites’ e ‘campo’, mas um resultado da complexidade das relações que esses termos recobrem.” (POULANTZAS, 2019, p. 112).

Poulantzas distingue os critérios de existência de uma classe como entidade em uma formação social específica, isto é, como uma “força social”, e os “interesses objetivos” dessa classe. Segundo ele: “Esses dois termos – forças sociais e interesses –, ainda que se situem no campo das práticas de classe, *não são no entanto tautológicos*”. (POULANTZAS, 2019, p. 112-113, grifo do autor). O primeiro termo – força social – diz respeito à presença de “efeitos pertinentes”<sup>44</sup> ao nível da prática política de outras classes. De modo que uma classe pode ser

---

<sup>44</sup> De acordo com Poulantzas: “Designaremos por ‘efeitos pertinentes’ o fato de que a reflexão do lugar no processo de produção sobre os outros níveis constitui um *elemento novo*, que não pode ser inserido no quadro típico que esses níveis apresentariam sem esses elementos. Esse elemento transforma assim os *limites* dos níveis

reconhecida como uma força social real, isto é, como uma classe realmente existente com “efeitos pertinentes” no campo da luta de classes, mesmo que careça de organização política. No entanto, embora não suficiente, considera-se que a organização é uma condição necessária do poder da classe. (POULANTZAS, 2019, p. 113). Em suas próprias palavras:

As forças sociais dizem respeito à presença específica de uma classe, por “efeitos pertinentes”, no plano da prática política das classes. Dito de outro modo, os efeitos das estruturas sobre o campo da luta de classes refletem-se aqui como um *limiar de existência* de uma classe como classe distinta, como força social. Esses efeitos se refletem, porém, *também* como *extensão do terreno* que essa classe pode cobrir segundo os graus de organização específica que pode alcançar – organização de poder; esse terreno se estende até os seus interesses objetivos. (POULANTZAS, 2019, p. 113, grifo do autor).

Assim, de acordo com Poulantzas, os “interesses objetivos” de uma classe se apresentam “[...] não diretamente como o limiar de sua existência enquanto classe distinta [...], mas como o *horizonte* de sua ação como força social”. (POULANTZAS, 2019, p. 113, grifo do autor). Percebemos, então, que os interesses de classe e a extensão da prática de classe não são idênticos, mesmo quando os primeiros constituem os “limites externos” desta última.

## 1.6 A assim chamada autonomia relativa do Estado

A questão envolvendo a autonomia relativa do Estado foi muito debatida durante os anos de 1970 e 1980. Essencialmente, esse assunto diz respeito à relativa liberdade do Estado empreender políticas conflitantes com os interesses imediatos das classes economicamente dominantes, sem se tornar, contudo, tão autônomo a ponto de interferir nos interesses económicos e políticos de longo prazo desta classe. Esse foi, inclusive, um dos principais temas discutidos no debate entre Miliband e Poulantzas. (JESSOP, 2008, p.149).

---

(de estruturas ou de luta de classes) nos quais ele se reflete por ‘efeitos pertinentes’, e não pode ser inserido numa simples variação desses limites.” (POULANTZAS, 2019, p. 77).

Na obra de Poulantzas, a questão da autonomia do Estado capitalista<sup>45</sup> desempenha um papel fundamental, pois é a autonomia em relação ao nível econômico que permite a constituição do Estado capitalista como objeto de ciência. Ou seja, na concepção de Poulantzas, a autonomia relativa do Estado é a pré-condição para o desenvolvimento de uma teoria científica do Estado capitalista como teoria regional do modo de produção capitalista. (POULANTZAS, 2019, p. 32).

Nesse sentido, a tese da autonomia relativa do Estado capitalista é pressuposta pela análise sociológica substantiva desse tipo de Estado. Contudo, há aqui uma interessante peculiaridade, qual seja: a estrutura lógica da teoria de Poulantzas impõe à análise sociológica o dever de dar uma explicação sobre o fato do Estado ser autônomo no MPC. (POULANTZAS, 2019, p. 39-56). Assim, essa tese que é pressuposta, e que serve de base para a possibilidade epistemológica de uma teoria científica do Estado capitalista, passa a integrar a teoria sociológica substantiva do Estado, devendo, por conseguinte, ser explicada dentro dessa teoria.

De acordo com concepção de Poulantzas, a questão epistemológica se expressa esquematicamente da seguinte forma: o problema da autonomia do Estado capitalista, como tese que deve ser explicada através de uma teoria, deve ser considerada no contexto do processo de produção de conhecimento científico do Estado capitalista. A princípio, a noção de autonomia relativa do Estado capitalista é uma mera representação, herdada de um passado científico e ideológico. (POULANTZAS, 2019, p. 24-26). A tese sobre a autonomia relativa do Estado surgiu no marxismo clássico, portanto, sob uma perspectiva althusseriana, “[...] constitui a matéria-prima que a prática teórica da ciência transformará em ‘conceitos’ especificados [...]” (ALTHUSSER, 2015, p. 149), ou seja, precisa ser transformada para produzir conhecimento científico. Mediante a utilização de ferramentas teóricas, sobretudo da teoria do MPC, a noção de autonomia relativa do Estado é transformada. Então, quando se especifica a articulação do Estado com outros níveis do MPC, é que o conceito científico do

---

<sup>45</sup> Sobre este assunto, cabe trazermos os seguintes questionamentos feitos por Décio Saes em seu artigo *A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas*: “Mas em quê consistiria exatamente, para Poulantzas, a autonomia relativa de todas as instâncias, enquanto característica essencial do modo de produção em geral? Na verdade, o Poulantzas de Poder político e classes sociais colhe essa formulação nos textos da subcorrente teórica marxista que mais o influencia nessa fase, a corrente althusseriana. Mas qual é o significado exato da autonomia relativa das instâncias do modo de produção no pensamento althusseriano? Desde os primeiros textos produzidos por essa corrente teórica, a atribuição de autonomia às estruturas do modo de produção é basicamente encarada como uma exigência de ordem epistemológica. Ou seja, caso não se atribua formalmente autonomia às partes da totalidade social, não será possível fixá-las como objetos teóricos diferenciados nem construir os conceitos referentes às mesmas.” (SAES, 1998b p. 54).

Estado é produzido. (POULANTZAS, 2019, p. 21-32). Portanto, poderíamos conceber que esse processo, em sua totalidade, desenvolve-se em forma de espiral, pois, ao final, retorna ao mesmo ponto; qual seja, à autonomia do Estado capitalista. Porém, a diferença agora é que o conteúdo do ponto de partida não é mais uma mera representação, mas sim um conceito científico.

Embora se possa admitir que para se desenvolver uma teoria do Estado é necessário supor que este seja autônomo, e que esta tese seja tomada como uma proposição dentro da própria teoria, estabelecer a relação lógica entre esta proposição sociológica substantiva e aquela suposição pode gerar algumas dificuldades. Como é possível notarmos até aqui, *PPCS* é um texto constituído por dois discursos dominantes: um epistemológico e outro sociológico. Tendo isso em mente, podemos pensar que a tese da autonomia do Estado se apresenta de duas maneiras no texto, uma dentro do discurso epistemológico e outra dentro do discurso sociológico.

De acordo com León Olive, um discurso epistemológico tem por objetivo estabelecer o caráter científico de um determinado discurso sociológico; como parte dessa tarefa, o referido discurso deve demonstrar as condições que possibilitam a cientificidade do discurso sociológico. (OLIVÉ, 1985, p. 125). No que tange a autonomia do Estado, tais condições são estabelecidas pelo objeto real do conhecimento, ou seja, o que possibilita a construção de uma teoria científica do Estado é o fato dele ser verdadeiramente autônomo no MPC. (POULANTZAS, 2019, p. 32).

O que o discurso epistemológico de Poulantzas afirma é que seu discurso sociológico pode se ocupar do problema da autonomia do Estado e, ao mesmo tempo, também pode existir como discurso científico autônomo sobre o Estado, porque este é autônomo no MPC. Nesse sentido, essa é uma afirmação em relação ao discurso sociológico substantivo construída fora dele, mas que o relaciona com as condições de existência do objeto real. O discurso epistemológico não se propõe nem a mostrar que o Estado é na verdade autônomo, nem explicar tal autonomia. Isso porque a tese é transmitida ao discurso epistemológico como parte da matéria-prima que deverá ser transformada no processo de produção do conhecimento científico, que resultará em um discurso sociológico científico. De modo que não é certo que o discurso epistemológico afirme como tese científica uma proposição que ainda não foi estabelecida como tal no discurso sociológico (científico).

O que pode ser apontado como problemático nessa discussão, entretanto, é que o discurso epistemológico, supostamente, estabelece a cientificidade do discurso sociológico ao

se referir às condições de existência do objeto real. Essa é uma clara alusão a uma relação entre o discurso sociológico – que, em última análise, é um veículo para o conhecimento – e o objeto real. Assim, o discurso epistemológico, em suma, alude a uma relação entre o objeto do conhecimento e o objeto real quando ele tenta justificar a cientificidade do discurso sociológico.

Até o momento examinamos como os pressupostos se relacionam com a questão da autonomia do Estado, destacando seu impacto sobre a teorização do Estado. A partir daqui examinaremos os efeitos sobre o conceito substantivo.

As limitações para o desenvolvimento da tese da autonomia relativa do Estado são aquelas que impõem a ideia de que uma formação social é uma unidade contraditória com dominância, formada por conjuntos de estruturas e práticas, e que cada conjunto, por sua vez, é uma estrutura com dominância integrado por várias instâncias. Tal hipótese se coaduna com a opinião de que o conhecimento científico de uma estrutura dominante contraditória só pode ser produzido especificando a articulação de suas contradições. Além da suposição que envolve a “problemática do sujeito”. (POULANTZAS, 2019, p. 261-269).

Os efeitos das duas primeiras hipóteses podem ser percebidos pelo fato da autonomia do Estado ter de ser explicada em termos da articulação do Estado, enquanto nível político do conjunto das estruturas, com as demais estruturas presente em uma formação social; bem como em termos de suas conexões com o campo das relações sociais, isto é, de luta de classes.

Em relação à “problemática do sujeito”, esta se faz presente através de um efeito duplo. Já mencionamos que a introdução dos conceitos de estruturas e práticas foi uma resposta ao que os althusserianos denominam de historicismo e humanismo. Portanto, o fato do discurso sociológico de Poulantzas iniciar com os conceitos de estruturas e práticas está diretamente relacionado com a discussão que envolve o sujeito. Esclarecido esse ponto, podemos notar que o fato do Estado ter de ser explicado, por uma parte, em termos de suas articulações com o campo das estruturas e, por outra, no campo da luta de classes, já é fixar limites e estabelecer orientações sobre o caminho para construir um conceito científico de autonomia do Estado, que se vê afetado pela suposição em relação à “problemática do sujeito”. (POULANTZAS, 2019, p. 63-70). Essa é a primeira faceta do duplo efeito que mencionamos acima.

O segundo efeito tem a ver com a maneira específica de conceber a relação entre Estado e o campo das lutas de classe (práticas). Do ponto de vista dessa abordagem, a relação

em questão não pode ser interpretada como uma questão que envolve relações interpessoais entre o pessoal do Estado e indivíduos específicos, como por exemplo, membros da classe dominante. Esse efeito já está mediado pela concepção de classes sociais. Quando estas são interpretadas como lugares objetivos em um campo de relações sociais, o que importa é analisar as relações objetivas entre o Estado, enquanto estrutura, e as classes como lugares objetivos no campo das relações sociais determinadas pelas estruturas. (POULANTZAS, 2019, p. 63-70)

Sob esse segundo efeito, podemos notar que existe um contraste entre as obras *PPCS* e *EPS*.

Em *PPCS*, Poulantzas argumenta que, em última análise, a autonomia do Estado no MPC, tem que ser explicada através de sua relação complexa com as relações de produção. Nesse texto, Poulantzas refere-se especificamente à separação dos produtores diretos de seus meios de produção, o que é uma característica da estrutura econômica. (POULANTZAS, 2019, p. 127-129). No entanto, o funcionamento dos mecanismos através dos quais a referida separação produz a autonomia do Estado acaba não sendo explicada de maneira muito clara pelo autor.

Um dos principais problemas envolvidos no desenvolvimento dessa linha de raciocínio, é a afirmação de que as estruturas constituem um domínio distinto das práticas (relacionamentos), tendo o próprio Poulantzas reconhecido essa dificuldade. (POULANTZAS, 2008, p. 126-127). Já em *EPS*, a concepção do modo de produção como um conjunto de estruturas e um conjunto de práticas é deixada de lado. Consequentemente, o Estado não é mais concebido como a estrutura política dentro de um campo de estruturas sociais. Nesse texto, o ponto de partida teórico, que ainda tem por objetivo enfrentar a explicação voluntarista e a “problemática do sujeito”, agora se expressa em termos de “[...] relações capitalistas de produção e sua divisão social do trabalho.” (POULANTZAS, 2000, p. 125).

O discurso de Poulantzas em *EPS*, portanto, não faz referência às estruturas como se essas fossem externas ao campo das relações sociais. Agora, a ênfase está nas próprias relações sociais que, tal como no texto de *PPCS*, são estruturadas. Para o Poulantzas de *EPS*, “[...] o Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe.” (POULANTZAS, 2000, p. 131).

Apesar disso, o discurso de Poulantzas em *EPS* ainda opera dentro dos limites impostos pelos mesmos pressupostos que estão presentes em *PPCS*. A conceituação do Estado como condensação das relações de classe, também revela a presença do conceito de unidade estruturada contraditória, uma vez que: “As contradições de classe constituem o Estado, presentes na ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado.” (POULANTZAS, 2000, p. 134).

Também notamos a presença desse conceito (unidade estruturada contraditória) na análise que Poulantzas faz sobre o Estado frente às classes dominantes. Segundo ele, tais classes são divididas em várias frações de classe, constituindo o que Poulantzas denominou de “bloco no poder”<sup>46</sup>, para o qual o Estado funciona como um fator organizacional. O “bloco no poder” se concebe como um todo estruturado com dominância, pois existe uma fração hegemônica que domina as alianças estruturadas contraditórias das classes dominantes. Os critérios para determinar como o Estado organiza os interesses de longo prazo do “bloco no poder” e, finalmente, os da fração hegemônica, devem ser estabelecidos através da análise dos mecanismos de seleção estrutural. (POULANTZAS, 2000, p. 133).

Assim, apesar dos contrastes existentes entre essas duas obras, sobretudo pelas retificações teóricas empreendidas em *EPS* em relação a *PPCS*, tais mudanças foram produzidas tão somente em nível sociológico, e não afetaram os pressupostos adotados por Poulantzas em seu primeiro texto. Desse modo, podemos dizer que em seu último grande trabalho, o discurso de Poulantzas ainda opera dentro dos limites impostos pelos pressupostos estabelecidos no texto de *PPCS*, obra da primeira fase de seu pensamento sobre o Estado.

### 1.7 Ideologia e legitimação

Nesta última seção, veremos como a distinção epistemológica entre ciência e ideologia influenciou o tratamento sociológico da questão da ideologia e da legitimação em *PPCS*. Veremos como a referida distinção, em termos de falsidade e verdade, conduziu à concepção de ideologia como uma “relação imaginária”, o que se choca com a ideia de prática material. Começamos pela concepção de ideologia.

---

<sup>46</sup> No capítulo IV da parte III de *PPCS*, Poulantzas explicou o fenômeno do “bloco no poder”. Segundo ele, tal fenômeno seria uma particularidade das formações capitalistas. (POULANTZAS, 2019, p. 236).

Em *PPCS*, a concepção de ideologia é pouco desenvolvida por Poulantzas. Segundo ele:

A ideologia consiste, de fato, em um nível objetivo específico, em um conjunto de *coerência relativa* de representações, valores, crenças; da mesma maneira que os “homens”, os agentes em uma formação, participam de uma atividade econômica e política; participam também em atividades religiosas, morais, estéticas, filosóficas. A ideologia refere-se ao mundo no qual os homens vivem, a suas relações com a natureza, com a sociedade, com os outros homens, com sua própria atividade, inclusive sua atividade econômica e política. O estatuto do ideológico decorre do fato de que ele reflete a maneira pela qual os agentes de uma formação, portadores de suas estruturas, vivem suas condições de existência, a relação “vívda” dos agentes com essas condições. A ideologia está a tal ponto presente em todas as atividades dos agentes, que é indiscernível da sua *experiência vivida*. Nessa medida, as ideologias fixam em um universo relativamente coerente não simplesmente uma relação real, mas também uma *relação imaginária*, uma relação real dos homens com suas condições de existência investida em uma *relação imaginária*. (POULANTZAS, 2019, p. 210, grifo do autor).

Nessa passagem podemos perceber a seguinte incoerência: por um lado, Poulantzas diz que a ideologia reflete a relação dos agentes com suas condições de existência, de acordo com suas próprias experiências; porém, por outro lado, também diz que a ideologia e a “experiência vivida” não podem mais ser distinguidas uma da outra. Além disso, afirma que a ideologia é um conjunto relativamente coerente de representações, valores e crenças, de modo a sugerir que ela seja algo diferente da “experiência vivida”; de fato, o texto de Poulantzas assevera de maneira reiterada que a ideologia é uma instância autônoma de qualquer modo de produção e de qualquer formação social. No entanto, seu texto não esclarece a distinção entre “experiência vivida” e “ideologia”.

Outra dificuldade que a passagem acima citada nos apresenta diz respeito a falta de esclarecimento em relação a força que possui o “imaginário”, quando menciona que a ideologia fixa uma “relação imaginária”. Nesse sentido, o discurso de Poulantzas opera com o simples contraste entre verdade e falsidade – norte do projeto althusseriano em *Por Marx e Ler O Capital* – para distinguir a ciência da ideologia através de um fundamento epistemológico. De modo que Poulantzas continua sustentando que a ideologia:

[...] constitutivamente imbricada no funcionamento desse imaginário social, é *necessariamente falseada*. Sua função social não é oferecer aos agentes um *conhecimento verdadeiro* da estrutura social, mas simplesmente os inserir de alguma forma em suas atividades práticas que suportam essa estrutura.” (POULANTZAS, 2019, p. 210, grifo do autor).

Poulantzas ainda diz que a ideologia estabelece, no nível da experiência dos agentes, “[...] relações evidentes-falsas, que permitem o funcionamento de suas atividades práticas – divisão do trabalho etc. – na unidade de uma formação”. (POULANTZAS, 2019, p. 211).

De fato, esses problemas decorrem da tensão não resolvida que o texto de *PPCS* herda de *Por Marx e Ler O Capital*, onde a ideologia é concebida por Althusser, por um lado, como um nível objetivo de qualquer formação social e, por outro, como o oposto da ciência (verdade). Essa visão dualista conduz à afirmação de que a principal função da ideologia é fornecer aos agentes um “conhecimento prático”, conhecimento este que os permita exercer suas atividades diárias. (POULANTZAS, 2019, p. 211). Tal concepção implica na rejeição da ideologia como um mero sistema de ideias, dando lugar a uma concepção de ideologia como conjunto de estruturas e práticas. Porém, ao lado dessas concepções, o esforço para distinguir a ciência da ideologia deixa sua marca através da insistência em conceber como “falsas” ou “imaginárias” as relações sociais induzidas ideologicamente. Isso acaba sendo um tanto quanto problemático, pois: como é que essas relações poderiam ser “imaginárias” e, ao mesmo tempo, serem reais?

Com efeito, o que Poulantzas chama de “relações imaginárias” são relações tão reais como quaisquer outras relações sociais, pois são claras em sua eficácia para inserir agentes na estrutura social. (POULANTZAS, 2019, p. 211). Portanto, o termo “imaginário” pode conduzir a um equívoco. É certo que esse termo se refere ao fato de que as relações sociais, contempladas do ponto de vista dos próprios agentes, e através do conhecimento prático induzido pelas ideologias, não podem ser compreendidas como relações de domínio e exploração, sob pena de interferir na coesão da formação social; contudo, em nenhum momento, o discurso sociológico precisa adotar o ponto de vista do agente, de modo que não há justificativa para a discussão da dicotomia “imaginário” *versus* “real” no nível da análise sociológica. É aqui onde presenciamos um efeito da distinção entre ciência e ideologia (verdade e falsidade), mantida pelo discurso sociológico de Poulantzas através dicotomia “relações reais” e “relações imaginárias”.

Além da confusão induzida pelo ambíguo *status* da ideologia nos primeiros textos de Althusser, também podemos encontrar em *PPCS*, a ação do maior pressuposto que informa o discurso de Poulantzas: “a problemática do sujeito”. Certamente, o foco do seu discurso, desde que o autor rejeitou a problemática historicista e sua concepção que associa a ideologia a uma falsa consciência de classe, é o de elaborar um conceito de ideologia baseado nas estruturas e práticas. Insistimos em dizer que esse pressuposto é uma resposta explícita às

concepções historicistas e humanistas da história e da sociedade, que, do ponto de vista de Althusser e Poulantzas, caracterizam-se pela adoção de uma noção de sujeito (agente) da história, e de uma essência do homem, que conduzem a explicações sociológicas voluntaristas. De tal modo, a noção de ação, como consciência de classe, não pode fazer parte do discurso de Poulantzas para atuar como fundamento do conceito de ideologia, sob pena de tornar seu discurso inconsistente com seus próprios pressupostos. Nesse sentido, podemos dizer que os últimos (pressupostos) estabelecem “limitações estruturais” para os primeiros (discurso substantivo). (WRIGHT, 1981, p. 16).

Para além dessa maneira de determinar o discurso de Poulantzas por seus próprios pressupostos, é possível identificarmos outras dificuldades que se apresentam como efeito dos conceitos utilizados pelo autor. Vimos anteriormente que a concepção de modo de produção como “todo estruturado com dominância”, composto por várias instâncias, no fundo, é um pressuposto ontológico que leva Poulantzas analisar a ideologia como um nível do MPC. No entanto, devemos ressaltar que isso acaba impedindo que sejam analisadas as especificidades das ideologias no MPC, especialmente como ideologias de classe. Expliquemos melhor essa afirmação.

Em *PPCS*, a ideologia é entendida como um nível do MPC, além de ser analisada em termos funcionais. Certamente, ao fornecer aos agentes “conhecimentos práticos”, porém falsos, a ideologia é vista como a responsável pela manutenção da coesão em seu modo correspondente de produção ou formação social. (POULANTZAS, 2019, p. 211). Tal função não se distingue da atribuída ao Estado, isso porque, de acordo com Poulantzas: “[...] no interior da estrutura de vários níveis defasados de desenvolvimento desigual, o *Estado possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social.*” (POULANTZAS, 2019, p. 46, grifo do autor).

De modo que, com seu discurso, Poulantzas parece tentar criar uma espécie de confusão entre Estado e ideologia. De fato, como veremos mais adiante, essa confusão acabou se agravando por causa da mudança efetuada por Althusser em seu texto *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, destacada por Poulantzas ao conceber o Estado como entidade constituída por aparatos “repressivos” e “ideológicos”<sup>47</sup>. (POULANTZAS, 1982, p. 230-232). Porém, antes de examinarmos essa questão, vamos nos ater ao que Poulantzas

---

<sup>47</sup> Em *EPS*, Poulantzas já não considera o Estado como consituído apenas por aparatos repressivos. (POULANTZAS, 2000, 26-36).

apresentou em *PPCS*, e visualizar como é concebida a relação entre o domínio político e ideológico.

Como efeito da concepção estrutural de um modo de produção, a relação entre domínio político e domínio ideológico é concebida em termos puramente funcionais. A correspondência entre a ideologia dominante e a classe politicamente dominante se deve ao fato de que o ideológico se constitui como instância regional dentro da unidade da estrutura, cujo efeito, no campo da luta de classes, é precisamente o domínio dessa classe. De modo que a ideologia dominante não é, necessariamente, aquela produzida por, ou para a classe politicamente dominante, então, a explicação que Poulantzas dá sobre a ideologia dominante é praticamente tautológica: em uma dada formação social, a classe politicamente dominante e a ideologia dominante estão relacionadas na medida em que esta última mantém a coesão da referida formação. Essa ideologia serve aos interesses da classe dominante porque insere agentes na estrutura social e, dessa forma, mantém a estrutura e as relações sociais onde exerce seu domínio. (POULANTZAS, 2019, p. 212-213).

Podemos perceber que essa concepção funcional confere pouco interesse à relação entre o domínio político de classe e o domínio ideológico. Além disso, tal concepção também adota a ideia de que os modos de produção é um todo estruturados complexo de níveis autônomos, porém, não traz maiores esclarecimentos sobre a maneira como os níveis realmente se relacionam, isto é, sobre o que exatamente significa essa “autonomia”.

A autonomia do nível ideológico também está relacionada, em última análise, à separação dos respectivos produtores diretos dos seus meios de produção. Essa separação, no nível da estrutura econômica, exige como requisito funcional o “efeito de isolamento”, isto é, a institucionalização dos indivíduos, sujeitos em nível jurídico-político, sendo precisamente essa a contribuição do Estado para a constituição e reprodução das relações de produção (POULANTZAS, 2019, p. 130-131). Por esse motivo, de acordo com Poulantzas, a região jurídico-política da ideologia é a dominante<sup>48</sup> no MPC.

A linha de raciocínio mencionada no parágrafo anterior leva Poulantzas a formular sua noção de legitimidade das estruturas políticas presentes no MPC. A legitimidade refere-se ao impacto político da ideologia dominante. No MPC, isso é alcançado através do domínio da região jurídico-política e com o “efeito de isolamento”, cujo resultado é a constituição de sujeitos individuais, que se consideram cidadãos livres e iguais do Estado, e para quem o

---

<sup>48</sup> De acordo com Poulantzas, a ideologia, como nível do MPC, também é um todo contraditório com dominância. (POULANTZAS, 2019, p. 216-217).

caráter de classe de seus relacionamentos foi ocultado. Como consequência disso, surge a possibilidade da concepção ideológica do mercado como local de reuniões comerciais em que são trocadas quantidades iguais entre agentes individuais de produção iguais. (POULANTZAS, 2019, p. 130-131). No nível político, o Estado adota uma função de representação da “[...] *unidade* de relações isoladas instituídas nesse corpo político que é o povo-nação” (POULANTZAS, 2019, p. 134, grifo do autor). Assim, o Estado oculta seu caráter de classe política, e se apresenta como o verdadeiro detentor das “[...] chaves do universal, ante ‘indivíduos privados’.” (POULANTZAS, 2019, p. 217).

Mencionamos anteriormente que Althusser efetuou uma mudança teórica importante em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Nesse texto, o autor franco-argelino destacou o problema da reprodução das relações de produção e concebeu o Estado como ente diretamente envolvido nesse processo. Esse ponto de vista levou Althusser a formular uma concepção de Estado constituída por aparelhos repressivos e ideológicos. Em *CSCH*, além de adotar essa formulação althusseriana, Poulantzas especificou quais eram esses aparelhos ideológicos do Estado.

o aparelho escolar, o aparelho religioso – as Igrejas –, o aparelho de informação – rádio, televisão, imprensa –, o aparelho cultural – cinema, teatro, edição – o aparelho sindical de colaboração de classe e os partidos políticos burgueses e pequeno-burgueses etc., e enfim, sob certo aspecto, e pelo menos no modo de produção capitalista, a *família*. (POULANTZAS, 1975, p. 26, grifo do autor).

Posteriormente, no entanto, Poulantzas sustentou em *EPS*, que a distinção entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos era meramente descritiva e indicativa. Seu texto mais recente destacou o papel desempenhado pelo Estado na constituição das relações de produção, não como algo externo a elas. Para esse fim, Poulantzas abandona a concepção de Estado que funciona apenas através da repressão e da ideologia, e defende que além dessas funções o Estado também cumpre tarefas materiais positivas. (POULANTZAS, 2000, p. 28-29)

Dessa maneira, Poulantzas revela uma inconsistência presente em seu texto anterior. Se o Estado cumpre uma função organizacional em relação às classes dominantes, ao mesmo tempo em que desorganiza as classes dominadas<sup>49</sup>, então o Estado deve apresentar

---

<sup>49</sup> Tanto em *PPCS* quanto em *EPS* podemos encontrar esta concepção. (POULANTZAS, 2000, p. 128-156; POULANTZAS, 2019 p. 190-191).

abertamente suas táticas de reprodução de poder às classes dominantes, e oculta-las das classes dominadas. Portanto, segundo Poulantzas, não pode haver um discurso unificado do Estado, já que este se fragmenta de acordo com a classe para qual é dirigido. (POULANTZAS, 2000, p. 41-42).

Não há dúvida de que o problema apresentado por essa concepção está em considerar a ideologia como um aparato do Estado. Em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Althusser levanta o problema de por que ele considera como “[...] Aparelhos ideológicos do Estado instituições que, em sua maioria, não possuem estatuto público, e que são simplesmente instituições privadas.” (ALTHUSSER, 1992, p. 69, grifo do autor). Althusser responde a pergunta indicando que a distinção entre público e privado é interna à estrutura jurídica do MPC, ou seja, é interna ao Estado. Por esse motivo, de acordo com seu ponto de vista, o Estado “[...] não é nem público nem privado, ele é ao contrário a condição de toda distinção entre o público e o privado”. (ALTHUSSER, 1992, p. 69). Apesar dessa justificativa, não podemos considerar, por definição, todos os aparatos ideológicos como aparatos do Estado.

Poulantzas também não traz uma justificativa suficiente para o uso dessa terminologia. O motivo dele incluir os aparatos ideológicos entre os aparelhos do Estado, deriva de sua própria definição. Segundo ele:

Se o Estado é definido como a instância que mantém a coesão de uma formação social, e que reproduz as condições de produção de um sistema social, através da manutenção da dominação de classe, objetivamente as instituições em questão – os aparelhos ideológicos do Estado – executam exatamente as mesmas funções. (POULANTZAS, 1982, p. 231).

A teoria de Poulantzas deveria distinguir as funções do Estado das funções da ideologia, fato que conduziria a uma revisão de sua concepção de aparelho ideológico do Estado. Do contrário, sua teoria terá de renunciar a diferenciação entre instâncias autônomas (política e ideologia) em um modo de produção, o que levaria a uma grande reformulação de sua teoria. Outra possibilidade seria Poulantzas fazer uma distinção mais detalhada entre as estruturas (ou funções) repressivas e ideológicas, por um lado; das estruturas e instituições (como o Estado, a família, a igreja), por outro<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Apesar de explicar essa na nota de rodapé de nº 22, do capítulo III, da primeira parte de *PPCS*, Poulantzas não explica de forma satisfatória a relação existente entre “estrutura” e “instituição”. (POULANTZAS, 2019, p. 115-116).

## 2 A TEORIA DO ESTADO CAPITALISTA DE MILIBAND

A importância que Miliband atribuiu ao desenvolvimento de uma compreensão marxista sobre o Estado capitalista tem início com seu artigo *Marx e o Estado*, publicado no ano de 1965. Nesse artigo, o autor parte do pressuposto de que apesar de Marx não ter formulado uma teoria sistematizada a respeito do Estado, em seus textos podemos encontrar um conjunto de ideias sobre essa temática. (MILIBAND, 1991, p. 43). Dessa maneira, seu objetivo principal limitava-se a elucidar o que Marx disse sobre o Estado, permanecendo de fora o exame da veracidade de suas ideias, uma vez que, para isso “[...] seria necessário não mais confrontar um texto com outro, mas sim confrontar o texto com a realidade histórica ou contemporânea.<sup>51</sup>” (MILIBAND, 1991, p. 43, tradução nossa).

De fato, Miliband considerava que o problema do Estado capitalista já estava resolvido em termos teóricos e, portanto, a única coisa que a análise política marxista necessitava para se renovar era confrontar a teoria, agora na forma de hipóteses, com a realidade<sup>52</sup>. (BARROW, 2008, p. 87). Foi precisamente essa a tarefa que Miliband procurou empreender em *ESC*.

As principais linhas de investigação do trabalho de Miliband foram definidas ainda no ano de 1962. Ele pretendia analisar questões como o poder, a ditadura, o comunismo, a democracia, a representação e a burocracia, comparando o Estado em países capitalistas e em socialistas. Almejava combinar contribuições de diversas áreas do conhecimento, como a história, a sociologia e a ciência política. Porém, teve que restringir seu plano inicial e se concentrar em uma de suas maiores prioridades: enfrentar o pluralismo democrático dominante na academia anglo-saxônica. (NEWMAN, 2002, p. 185 *apud* BARROW; WETHERLY; BURNHAM, 2008, p. 4-5).

Miliband confronta teóricos democrático-pluralista como David Easton, Robert Dahl, John Galbraith e Seymour Lipset. Em *ESC*, ele opõe a esses autores fatos relativos às formações sociais, aos vínculos pessoais e aos valores compartilhados pelas elites econômicas

---

<sup>51</sup> “[...] sería necesario no ya confrontar un texto com outro, sino confrontar el texto com la realidad histórica o contemporánea misma.” (MILIBAND, 1991, p. 43).

<sup>52</sup> Em *ESC*, Miliband é fortemente influenciado pelo empirismo britânico, tradição que defende que a observação é o momento crucial de acesso à realidade. Como bem salientado por Duhalde, tal concepção epistemológica foi muito questionada ao longo do século XX, por autores como Karl Popper, Thomas Kuhn, Imre Lakatos e, mais radicalmente, Paul Feyerabend. (DUHALDE, 2009, p. 83).

e políticas, bem como os fatos relacionados ao impacto da política do governo em questões como distribuição de renda e riqueza. (GOLD; LO; WRIGHT, 1999, p. 29-31).

Considerando que Miliband desenvolveu seu trabalho em um contexto marcado pelo otimismo da ciência política anglo-saxônica, e, como vimos na introdução desta dissertação, pelo consenso político proclamando o “fim das ideologias”, é bastante justificável seu interesse em dar uma resposta aos teóricos liberais democrático-pluralistas. Partindo de uma investigação empírica, fundamentada pelas teses marxistas, foi justamente esse um dos objetivos centrais de Miliband em *ESC*.

Após essa breve contextualização, passaremos a entrar de forma mais detalhada nas questões que dizem respeito ao desenvolvimento da teoria de Miliband. Na primeira parte, faremos uma exposição da argumentação utilizada pelo autor no texto de *ESC*<sup>53</sup>, passando pelos seguintes assuntos: a natureza e o papel do Estado capitalista; a existência de uma classe economicamente dominante nas sociedades capitalistas avançadas; a elite estatal e o sistema do Estado; a autonomia relativa do Estado e suas funções; as classes sociais; e o processo de legitimação da sociedade capitalista.

Na segunda parte, momento em que apresentaremos nosso exame dos pressupostos epistemológicos e ontológicos adotados por Miliband, destacaremos as principais consequências desses pressupostos em suas análises sociológicas substantivas. Essa segunda parte está dividida em três subseções, a saber: a abordagem dos fatos concretos; decisões metodológicas; e a “problemática do sujeito”.

## 2.1 A natureza e o papel do Estado capitalista

A característica fundamental sobre a natureza do Estado capitalista, na concepção de Miliband, pode ser encontrada na seguinte passagem do livro *ESC*: “[...] o «Estado» significa um número de determinadas instituições que em seu conjunto constituem a sua realidade e que interagem como partes daquilo que pode ser denominado o sistema estatal.” (MILIBAND, 1972, p. 67).

---

<sup>53</sup> Esclarecemos desde já que, apesar de nossa análise estar focada, preponderantemente, nas concepções de Miliband apresentadas nesta obra, sempre que necessário, também utilizaremos os textos que integram seu debate com Poulantzas. Além dessas publicações, também faremos algumas referências a aspectos importantes desenvolvidos no livro *Marxismo e política*, publicado em 1977, após o término do referido debate.

De acordo com Miliband, o sistema que chamamos de Estado não deve ser confundido com governo, tampouco deve ser reduzido a este último. Os governos, frequentemente, falam em nome do Estado, e estão formalmente investidos com o poder do Estado, contudo, apenas fazem parte do que se denomina sistema estatal. Para Miliband, inclusive, é até possível que os governos não controlem o Estado, ou que apenas o controlem de forma parcial. (MILIBAND, 1972, p. 67-68). Além do governo, Miliband também confere especial atenção aos seguintes elementos que compõem o sistema estatal: o elemento administrativo, o ramo que trata da repressão física (forças militares, paramilitares e policiais), o aparato judicial, a série de unidades do governo subcentral e, as assembleias representativas. (MILIBAND, 1972, p. 68-72).

O Estado em si, como afirma de forma categórica Miliband, “[...] não existe como tal.” (MILIBAND, 1972, p. 67). Para ele, o que existe, na verdade, é tão somente um sistema constituído por instituições relacionadas entre si:

É nessas instituições que se apoia o «poder estatal» e é através delas que esse poder é dirigido em suas diferentes manifestações, pelas pessoas que ocupam as posições dirigentes em cada uma dessas instituições – presidentes, primeiros-ministros e seus colégios ministeriais; altos funcionários públicos e outros administradores do Estado; a alta cúpula militar; juízes de cortes supremas; alguns dos membros dirigentes das assembleias parlamentares, embora estejam muitas vezes os mesmos homens que ocupam postos dirigentes no executivo político, e finalmente, muito abaixo desses, principalmente nos Estados Unitários, os líderes políticos e administrativos das unidades subcentrais do Estado. São essas as pessoas que constituem aquilo que pode ser descrito como a elite estatal. (MILIBAND, 1972, p. 72-73).

Além de apontar as instituições em que o poder do Estado está apoiado, Miliband também faz uma distinção entre o sistema estatal e o sistema político. Para o autor, este último abrange muitas instituições, como por exemplo, os partidos político e os grupos de pressão (conhecidos pelo termo “lobistas”). Os membros dessas instituições possuem muito poder, por isso acabam afetando o sistema estatal; apesar disso, na visão de Miliband, tais membros não são os verdadeiros detentores do poder do Estado. (MILIBAND, 1972, p. 73).

Em relação ao papel do Estado nas sociedades capitalistas avançadas, Miliband procura defender a seguinte tese: “O Estado, naquelas sociedades de classe, é [...] o guardião e protetor dos interesses econômicos que nela estão dominando. Seu objetivo e missão «real» é assegurar o seu predomínio continuado, e não impedi-lo.” (MILIBAND, 1972, p. 322).

Apesar de tal assertiva, Miliband acredita que nem a tese que argumenta pela existência de uma classe economicamente dominante, nem a que defende que esta classe, caso ela exista de fato, seja uma classe governante<sup>54</sup>, podem ser tidas como incontroversas. (MILIBAND, 1972, p. 38). Muito pelo contrário, tais concepções devem ser efetivamente demonstradas se quisermos adota-las em uma teoria do Estado capitalista. Por isso, em *ESC*, Miliband decidiu confrontar “[...] a questão do Estado à luz da realidade concreta sócio-econômica e política e cultural das sociedades capitalistas reais.” (MILIBAND, 1972, p. 17, grifo do autor).

Clyde Barrow, sociólogo norte-americano responsável pela publicação de diversos trabalhos sobre a questão do Estado, explica da seguinte forma o modo como Miliband procura identificar as classes economicamente dominantes nas sociedades capitalistas avançadas:

Em termos empíricos, Miliband identifica a corporação como o ponto de referência inicial para definir a classe capitalista. [...] Portanto, os membros da classe capitalista são identificados como aquelas pessoas que ocupam funções de gestão e propriedade de corporações. Neste sentido, a classe capitalista é uma rede imbricada (isto é, estrutura) econômica de autoridade que se baseia na posição institucional (isto é, gerência) e nas relações de propriedade (isto é, propriedade). Com isso, Miliband identifica empiricamente as classes dominantes das sociedades capitalistas avançadas com as famílias ricas que possuem grande parte das ações de corporações, e com os gerentes de alto escalão dessas mesmas empresas [...].<sup>55</sup> (BARROW, 2008, p. 87-88, tradução nossa).

Assim, podemos dizer que, na concepção de Miliband, a forma adequada para demonstrar a veracidade dessas teses é a análise empírica dos dados extraídos da própria realidade social. Nessa etapa, começamos a presenciar como os pressupostos epistemológicos operam no processo de produção de sua teorização sobre o Estado.

Devemos esclarecer, contudo, que para empreender a referida análise empírica dos dados extraídos da realidade e formular suas teses, Miliband adotou como base uma teoria

---

<sup>54</sup> No sentido de assegurar, além do seu domínio econômico, seu domínio político e ideológico na sociedade.

<sup>55</sup> “In empirical terms, Miliband identifies the corporation as the initial reference point for defining the capitalist class. [...] Thus, members of the capitalist class are identified as those persons who occupy the managerial and ownership functions of corporations. In this respect, the capitalist class is an overlapping economic network (i.e., structure) of authority based on institutional position (i.e., management) and property relations (i.e., ownership). Consequently, Miliband empirically identified the ruling classes of the advanced capitalist societies with wealthy families who owned large blocks of corporate stock and with the high-ranking managers of those same corporations [...]” (BARROW, 2008, p. 87-88).

política abstrata. Além disso, devemos esclarecer que essas teses articulam conceitos, também definidos por essa teoria abstrata. Assim, por exemplo, a concepção que Miliband tem de Estado, está intimamente ligada aos conceitos de classe social, de classe economicamente dominante e de classe dominante. Porém, enquanto não for demonstrado que tais conceitos fazem referência a objetos que existem concretamente na realidade social, e que essas teses expressam relações que de fato ocorrem entre esses objetos, a referida teoria permanece abstrata. Isso porque, Miliband concebe que sua tarefa é fornecer “evidências empíricas” que comprovem a sua teoria. (MILIBAND, 1972, p. 17-18 ).

Está implícito no procedimento de Miliband o argumento de que, tanto as teorias científicas quanto o próprio conhecimento científico, são produzidos através do processo de análise de dados concretos relativos aos aspectos da realidade que se pretende conhecer. De acordo com Miliband, além da produção de uma teoria abstrata, é necessário produzir “evidências empíricas” como condição *sine qua non* para que essa teoria seja aceita como expressão de um conhecimento científico. (MILIBAND, 1982, p. 235).

Essa distinção que Miliband faz entre produção de teoria abstrata e produção de “evidências empíricas”, pode ser comparada com a distinção positivista entre linguagem teórica e linguagem observacional<sup>56</sup>. Partindo dessa perspectiva, podemos interpretar essa situação da seguinte forma: por um lado, existe uma série de teorias abstratas; por outro, há uma linguagem observacional neutra; evidências empíricas, extraídas da realidade social, são cotejadas com uma determinada teoria abstrata que, de acordo com a referida linguagem, será considerada verdadeira ou falsa.

De modo que Miliband está comprometido com uma linguagem observacional neutra, pelo menos no que diz respeito às teorias democrático-pluralistas e seu ponto de vista em relação à teoria política marxista<sup>57</sup>. Argumentaremos mais adiante que, embora ele tenha partido desse pressuposto, a prática de Miliband depende de seu quadro teórico para a produção das evidências com as quais ele confronta as teses pluralistas.

---

<sup>56</sup> Sobre este tipo de linguagem, cabe trazermos aqui a seguinte explicação de Rudolf Carnap: “Nas discussões sobre a metodologia da ciência, é costumeiro e proveitoso dividir a linguagem da ciência em duas partes, a linguagem observacional e a linguagem teórica. A linguagem observacional usa os termos que designam propriedades e relações observáveis para a descrição de coisas ou eventos observáveis. A linguagem teórica, por outro lado, contém termos que se podem referir a eventos inobserváveis, a aspectos ou características inobserváveis dos eventos [...]”. (CARNAP, 1975, p. 227).

Em relação à adoção de um tipo de linguagem observacional neutra em *ESC*, destacamos que o próprio Miliband menciona tal procedimento de maneira mais explícita em sua resposta à resenha crítica de Poulantzas. (cf. MILIBAND, 1982, p. 234-235).

<sup>57</sup> Miliband tenta demonstrar, empiricamente, a falsidade da teorias democrático-pluralistas e a veracidade da teoria política marxista.

Por fim, retomemos a tese de Miliband sobre o papel do Estado capitalista. Como já mencionamos, essa tese pressupõe o estabelecimento do conceito de classe dominante, que Miliband extrai de seu quadro teórico da seguinte maneira:

No esquema marxista, a «classe dominante» da sociedade capitalista é a classe que possui e controla os meios de produção e que é capaz, em virtude do poder econômico que em decorrência disso lhe é conferido, de usar o Estado como instrumento de dominação da sociedade. (MILIBAND, 1972, p. 36).

Portanto, de acordo com as regras estabelecidas pelo próprio Miliband, para que seja demonstrada a veracidade de sua tese sobre o papel desempenhado pelo Estado capitalista, deve ser comprovada a existência de uma classe dominante real nas sociedades capitalistas avançadas. Assim, podemos começar a compreender os motivos que levaram esse autor a considerar que a primeira coisa a ser feita para estabelecer sua tese seria demonstrar a existência de uma classe econômica dominante<sup>58</sup>.

## **2.2 Uma classe economicamente dominante nas sociedades capitalistas avançadas**

Como vimos na seção anterior, em parte, a necessidade de Miliband comprovar a existência de uma classe economicamente dominante nas sociedades capitalistas avançadas, surge do seu interesse de refutar a concepção dos teóricos democrático-pluralistas que apregoa que o poder econômico, nesse tipo de sociedade, é fragmentado e competitivo. (MILIBAND, 1972, p. 36).

De um modo geral, a argumentação de Miliband pode ser resumida da seguinte forma: primeiro ele tenta demonstrar a existência de uma concentração desproporcional de riqueza e de propriedades nas sociedades capitalistas avançadas. Feito isso, por não serem substanciais, Miliband descarta as justificativas que apontam para as mudanças ocorridas nos padrões de consumo nos países de capitalismo avançado. (MILIBAND, 1972, p. 38-42).

---

<sup>58</sup> De acordo com o próprio Miliband: “Só depois de decidido isso é que se torna possível discutir o seu peso político.” (MILIBAND, 1972, p. 36).

Miliband descarta esse tipo de explicação porque, segundo ele, tal justificativa é “duplamente enganadora”:

[...] em primeiro lugar, porque sistematicamente subestima as enormes diferenças que continuam a existir, tanto quantitativamente como qualitativamente, de consumo das classes trabalhadoras. Em segundo lugar, porque o acesso a mais bens e serviços, por mais desejável que seja, não afeta basicamente o lugar da classe operária na sociedade e as relações entre o **mundo do trabalho** e o **mundo do capital**. (MILIBAND, 1972, p. 41-42, grifo nosso).

São as relações entre “trabalho” e “capital” que ganham maior destaque nessa argumentação de Miliband. Tais categorias, retiradas de seu quadro teórico, desempenham um importante papel em sua obra, pois servem tanto ao processo de comprovação da tese que defende a existência de uma classe economicamente dominante, quanto ao processo de refutação das teses democrático-pluralistas. Aqui, podemos notar que Miliband não se atém a apenas uma suposta linguagem observacional neutra, uma vez que as categorias “trabalho” e “capital”, assim como suas relações, são elementos retirados de seu próprio quadro teórico.

A afirmação de que as teses defendidas pelo autores democrático-pluralistas negligenciam a relação entre “capital” e “trabalho” não pode ser conclusiva, a não ser que se construa teoricamente essa relação. E essa construção deve ser desenvolvida dentro de um quadro teórico próprio. Ademais, o próprio fato da relação entre “capital” e “trabalho” ser considerada relevante, depende de uma teoria. Por fim, cabe destacarmos que a referência a um lugar objetivo do trabalho e do capital na sociedade capitalista, bem como a relação entre essas duas categorias, apontam para a maneira objetiva em que sociabilidade capitalista está estruturada (o que acaba sendo um argumento de tipo estruturalista). No entanto, apesar de Miliband fazer referência a essas duas categorias, ele acaba não elaborando de maneira suficiente a relação existente entre elas em sua obra<sup>59</sup>.

Passemos agora para a análises das classes dominantes na perspectiva de Miliband. Como o autor geralmente faz, esse assunto também é desenvolvido por meio de um contraste com as teses defendidas pelos teóricos democrático-pluralistas. Para esses teóricos, devido principalmente à crescente separação entre propriedade privada e meios de produção, não haveria mais sentido em se falar de uma classe dominante. Para eles, tal separação conduziria

---

<sup>59</sup> Um motivo para isso é a suposição de que a relação entre “capital” e “trabalho” foi desenvolvida de maneira satisfatória por Marx. Cabe lembrarmos aqui que, para Miliband, a teoria de Marx, como teoria científica abstrata, é válida até mesmo para analisar as sociedades capitalistas avançadas.

à constituição de grupos que desempenham papéis diferentes, com diferentes funções e interesses sociais: administradores e gerentes, de um lado, e proprietários dos meios de produção, de outro. (MILIBAND, 1972, p. 43-45).

Miliband ingressa aqui em uma discussão em torno dos interesses e motivações desses grupos, demonstrando, de uma forma resumida, que os administradores e os acionistas possuem interesses em comum; e que, de fato, não existe uma separação tão rígida entre os dois grupos, uma vez que, em grande medida, os administradores também são acionistas, além de perceberem salários bastante elevados. Por fim, Miliband também demonstra que a origem social do pessoal que integra a mais alta gerência é a mesma dos proprietários dos meios de produção. (MILIBAND, 1972, p. 50-55).

Apesar disso, Miliband insiste que toda sua ênfase nesses fatores se deve ao seu interesse de demonstrar que os teóricos democrático-pluralistas, na verdade, não são contrários à tese que defende a existência de uma classe economicamente dominante. Isso significa, por sua vez, que as teses democrático-pluralistas baseadas nesses fatores são falsas. (MILIBAND, 1982, p. 235). De modo que, em relação a esse aspecto, Miliband acaba aceitando os pressupostos epistemológicos do adversário.<sup>60</sup>

Porém, a mera refutação das teses democrático-pluralistas através da demonstração de sua não correspondência com a realidade social, abre a possibilidade de questionamentos sobre os fatos apontados por Miliband. Isso porque, é possível que se alegue que tais fatos constituem apenas uma ordem fortuita de eventos, e não uma consequência necessária da estrutura da sociedade capitalista. O que está em jogo aqui é a concepção da sociedade capitalista como um sistema específico de relações, e as consequências teóricas dessa concepção. Dessa forma, como bem esclarecido por Horácio Tarcus:

Do ponto de vista dos pluralistas, é discutível que os fatos apresentados por Miliband apóiam a tese que ele quer provar. O problema não pode ser resolvido permanecendo no terreno dos pluralistas – como argumentou Poulantzas – porque eles podem alegar que os depoimentos são imprecisos, de modo que o problema será reduzido à necessidade de procurar mais e melhores 'depoimentos' para corroborar ou rejeitar a tese em questão<sup>61</sup>. (TARCUS, 1991, p. 23, tradução nossa)

---

<sup>60</sup> De acordo com Poulantzas, esse procedimento pode contaminar a utilização dos próprios conceitos marxistas. (POULANTZAS, 1982, p. 223).

<sup>61</sup> “Desde el punto de vista de los pluralistas, es discutible que los testimonios aducidos por Miliband sustenten las tesis que quiere probar. El problema no puede resolverse manteniéndose dentro del terreno de los pluralistas – como argumentó Poulantzas – pues ellos pueden alegar que los testimonios son inexactos, con lo que el

A limitação de uma concepção estritamente empirista está no seguinte fato: mesmo que seja demonstrado, com base em dados empíricos, que os administradores, os acionistas e o pessoal que integra o aparato estatal, estejam intimamente relacionados entre si, isso não esclarece, por si só, a natureza das classes sociais como elemento constitutivo das formações sociais capitalistas. Além disso, é bastante difícil de conceber como seria possível identificar, sem recorrer a qualquer tipo de teoria, o aparato do Estado e a classe dominante. (POULANTZAS, 1982, p. 226-227).

O cerne dessa questão está no fato do conhecimento científico das sociedades capitalistas não poder ser reduzido a uma simples identificação de regularidades ou conexões sociais. Isso porque, depois de identificarmos algumas conexões, como faz Miliband, deveríamos explicá-las com base na estrutura da própria sociabilidade capitalista. Ou seja, dar conta e razão para o fato de que, dada a estrutura específica desse tipo de sociedade, as regularidades identificadas, necessariamente, devem aparecer; o que somente pode ser realizado através da intermediação de uma teoria. (POULANTZAS, 1982, p. 223).

Assim, podemos dizer que o texto de Miliband enfrenta a necessidade de tratar os fatos descobertos não apenas como uma ordem fortuita de eventos. É aqui que seu discurso recorre à explicação de tipo estrutural<sup>62</sup>. Ao proceder dessa forma, Miliband constitui os fatos valendo-se de um quadro conceitual subjacente, do qual, até esse ponto, não pode mais ser considerado simplesmente como uma teoria hipotética abstrata<sup>63</sup>. Além disso, o recurso à explicação estrutural, neste contexto, nada tem a ver com a explicação de natureza positivista dos padrões de conexão como exemplos de regularidades universais, que constituem, por sua vez, as teses abstratas a serem testadas através da observação de casos concretos de tais regularidades.

---

problema se reducirá a una necesidad de buscar más y 'mejores' testimonios para corroborar o rechazar las tesis en cuestión.” (TARCUS, 1991, p. 23).

<sup>62</sup> Como bem ressaltado por Clyde Barrow, apesar de muitos dos seus críticos estarem cientes desse componente “estruturalista” na teoria de Miliband, escolheram, por razões não esclarecidas, subestimar, ou mesmo ignorar tal fato. (BARROW, 2008, p. 99). Dentre esses críticos, destacam-se Gold, Lo e Wright, que afirmam que Miliband buscava analisar as conexões pessoais dentro de um contexto estruturalista. De acordo com esses autores, Miliband tinha ciência de que “[...] las políticas del Estado continuarían **seriamente limitadas por la estructura económica em la que éste opera**. Aún más, este autor se aleja de una versión voluntarista del instrumentalismo al poner de relieve los procesos sociales que moldean los compromisos ideológicos de la ‘elite estatal’.” (GOLD; LO; WRIGHT, 1999, p. 27-28, grifo nosso).

<sup>63</sup> Pelo contrário, a ordem dos eventos descobertos no texto de *ESC* só faz sentido se analisadas através de sua estrutura conceitual. É até duvidoso que a abordagem de Miliband tenha chegado a esses fatos se não fosse por sua estrutura teórica específica.

A teoria de Miliband aponta para a estrutura da sociedade capitalista, por exemplo, através da referência à relação entre capital e trabalho e seus respectivos lugares nessa sociedade. Assim, a diferença entre a abordagem de Miliband e as teorias democrático-pluralistas, é que estas últimas, na medida em que assumem uma epistemologia puramente empirista, não podem deixar de enxergar a ordenação de eventos descritas por Miliband como fortuito, ao passo que o quadro teórico de Miliband os considera como um resultado necessário da estrutura da sociedade capitalista. É justamente isso que constitui a força de sua refutação às teorias democráticos-pluralistas.

Podemos observar isso com mais clareza quando Miliband enfrenta as teses a respeito da separação entre proprietários e aqueles que controlam os meios de produção. Quanto a esse ponto Miliband afirma que:

[...] o administrador moderno por mais brilhante e resplandecente deve submeter-se também às necessidades imperativas inerentes ao sistema do qual é simultaneamente dono e servo. A primeira e mais importante de tais necessidades é a de que ele obtenha os lucros «máximos possíveis». Quaisquer que sejam suas motivações e seus objetivos, eles só poderão ser atingidos à base de seu sucesso no que se refere àquele aspecto. (MILIBAND, 1972, p. 49).

Exposta dessa forma, essa argumentação refere-se principalmente a restrições estruturais objetivas do sistema, derivadas da lógica da acumulação e da realização do capital, às quais os atores sociais têm de se submeter.<sup>64</sup> Não obstante, a questão é menos clara no que diz respeito a outros fatores relacionados às relações interpessoais, como por exemplo, a relação existente entre o corpo burocrático do Estado e a classe dominante. Mais adiante veremos como essas relações desempenham um importante papel explicativo na teoria de Miliband.

Está claro, no entanto, que o ponto crucial do argumento em relação ao problema da administração é um recurso para as restrições e demandas impostas pelo sistema aos administradores devido ao lugar que ocupam no processo de produção. É certo, então, que Miliband discute o argumento da motivação do indivíduo, porém o faz apenas para deslocar a

---

<sup>64</sup> Aqui podemos notar a falta de precisão na acusação que Poulantzas faz contra Miliband quando diz que este último dá tratamento indevido às “*motivações de conduta* do indivíduo”. (POULANTZAS, 1982, p. 223, grifo do autor). Miliband respondeu a essa crítica dizendo que fazia referência às motivações do indivíduo, não porque as considerava “essenciais por si mesmas [...] mas exatamente para mostrar porque não são” (MILIBAND, 1982, p. 236); e que se interessava em demonstrar isso por causa de seu objetivo explícito em refutar as concepções democrático-pluralistas. (MILIBAND, 1982, p. 235-238).

importância dos motivos e interesses, e trazer para o primeiro plano as relações fundamentais entre os elementos do sistema. É importante observarmos que dentre os elementos constitutivos do sistema, Miliband elenca os próprios administradores como indivíduos concretos, e que seu argumento enfatiza que o sistema impõe a esses homens de negócio, enquanto indivíduos, que busquem o máximo de lucro possível. Isso sugere que o termo “interesses” é utilizado por Miliband para vincular estrutura e agente, no sentido de que são os sujeitos concretos que possuem interesses, mesmo quando sejam induzidos objetivamente por estruturas sociais<sup>65</sup>.

Seja como for, devemos reconhecer que esse é um exemplo da primazia da estrutura sobre o agente existente na teoria de Miliband. Porém, como esse tipo de explicação não é suficientemente elaborada por ele, seu discurso acaba sendo bastante vulnerável a esse respeito. Especialmente porque, como veremos, a força de sua argumentação para a refutação das teses democrático-pluralistas depende desse recurso para uma explicação não voluntarista. Isto é, depende de uma argumentação que faça referência às restrições estruturais do sistema.

Miliband negou que seu quadro teórico não esteja suficientemente desenvolvido, e afirmou que, como pano de fundo de suas análises, existe uma teoria bem desenvolvida. (MILIBAND, 1982, p. 233-234). Ele havia exposto essa teoria em seu artigo *Marx e o Estado*, publicado em 1965<sup>66</sup>, bem como em seu livro *Marxismo e política*<sup>67</sup>, publicado em 1977. Nesses dois trabalhos teóricos, fica claro que Miliband considera que as teses e conceitos fundamentais, necessários para compreender as sociedades capitalistas, já foram elaborados por Marx, mesmo que este não tenha exposto uma teoria política unificada e bem articulada sobre o assunto. (MILIBAND, 1991, p. 43-44; 1979, p. 10).

Por isso, podemos considerar esses trabalhos teóricos como uma tentativa de Miliband expor a teoria política marxista da sociedade capitalista de maneira articulada, com exceção, talvez, de algumas pequenas mudanças, exigidas pelas diferenças existentes entre o capitalismo em estágio avançado e o capitalismo em estágio inicial. (BARROW, 2008, p. 88). Nesse contexto, devemos considerar suas análises elaboradas em *ESC*, como uma tentativa de

---

<sup>65</sup> Como vimos no primeiro capítulo, essa noção que inclui uma dimensão subjetiva, contrasta nitidamente com a tentativa de Poulantzas de construir um conceito puramente estrutural de interesses.

<sup>66</sup> Aqui utilizaremos a versão em espanhol desse texto, presente na compilação intitulada *Debates sobre el Estado Capitalista/I Estado y Clase dominante*, organizada por Horacio Tarcus (1991). Nessa compilação podemos encontrar todos os textos que fizeram parte do diálogo entre Miliband e Poulantzas.

<sup>67</sup> O livro *Marxismo e política*, publicado após o debate de Miliband com Poulantzas, é uma tentativa do autor de expor as ideias presentes no artigo *Marx e o Estado* de uma maneira mais desenvolvida.

demonstrar que a teoria política marxista consegue atender a realidade política presente nos países capitalistas avançados.

É importante ressaltarmos aqui, no entanto, que as teses de Miliband foram melhores desenvolvidas a partir da publicação de *ESC*. Apesar disso, algumas referências às restrições estruturais impostas pelo sistema foram feitas de maneira explícita em seu livro *Marxismo e política*<sup>68</sup>. Nessa obra, ao discutir a relação entre o aparato estatal e a classe dominante, por exemplo, Miliband afirma que essa questão é determinada “[...] pela natureza e exigências do modo de produção.” (MILIBAND, 1979, p. 71).

E continua dizendo: “Há muita força nessa perspectiva ‘estrutural’, e deve de fato constituir parte integral do enfoque marxista do Estado, muito embora ela também não tenha sido adequadamente teorizada.” (MILIBAND, 1979, p. 71). Porém, segundo ele:

A fragilidade do argumento é que ele torna muito fácil estabelecer limites ao possível. Há “coerções estruturais” – mas até que ponto são coercitivas é uma questão difícil: e a tentação é cair no que chamei de armadilha “hiperestruturalista”, que priva os “agentes” de qualquer liberdade de escolha e manobra, transformando-os em “portadores” de forças objetivas que eles são incapazes de alterar. Essa perspectiva nada mais é que outra forma de determinismo [...]. (MILIBAND, 1979, p. 71).

Para Miliband, a fuga dessa armadilha consiste em rejeitar a ideia de que essa questão não depende da natureza do pessoal do Estado. Por isso ele afirma que a análise do Estado capitalista deve repousar tanto nas condições “estruturais”, quanto naquilo que poderíamos qualificar como um problema referente às relações pessoais, como por exemplo, fatores que dizem respeito a origem comum do pessoal da burocracia estatal, dos administradores e dos acionistas, e a conseqüente semelhança de suas disposições ideológicas. (MILIBAND, 1979, p. 70-72). Isso tudo sugere, como tentaremos demonstrar mais adiante, que a análise de Miliband realmente recorre aos dois tipos de argumentação: uma de traço estruturalista, e outra que se concentra nos agentes concretos. Veremos, no entanto, que a argumentação dominante em *ESC* é a do último tipo.

Como vimos, Miliband considera que a tese que defende a existência de uma classe economicamente dominante foi estabelecida com propriedade. Para ele, não é possível negar que essa classe tenha uma grande quantidade de poder e influência política; no entanto, o que Miliband deseja estabelecer imediatamente após essa constatação é “[...] se ela o exerce como

---

<sup>68</sup> O texto de *Marxismo e política* foi publicado em 1977, após o término de seu debate com Poulantzas.

grau *decisivo* de poder político.” (MILIBAND, 1972, p. 66, grifo do autor). Segundo ele, para compreendermos melhor o tamanho da influência política de uma classe economicamente dominante, temos que saber “[...] se a sua propriedade e o seu controle de áreas vitalmente importantes da vida econômica lhe asseguram também o controle dos meios de decisão política, meio político particular do capitalismo avançado.” (MILIBAND, 1972, p. 66).

Podemos resumir o que mencionamos no parágrafo acima através da seguinte indagação: a entidade já identificada como classe economicamente dominante é a classe que de fato governa? Esse questionamento é importante para introduzirmos o assunto que será tratado a seguir.

### 2.3 A elite e o sistema estatal

Sustentar a tese que defende que a classe economicamente dominante é a classe que de fato governa, implica dizer que essa classe pode exercer poder através do Estado. Ao examinar a relação entre a classe economicamente dominante e a elite do Estado, Miliband procura distinguir uma da outra. Nesta seção, veremos como o autor explica esse tipo de relação.

Em *ESC*, Miliband ressalta a diferença formal existente entre a classe economicamente dominante e a elite do Estado. Diz que a proporção de empresários que participam diretamente das instituições do Estado é relativamente pequena, e chega à conclusão de que, de uma maneira restrita, a elite econômica dos países capitalistas avançados não é uma classe governante. (MILIBAND, 1972, p. 74-79).

No entanto, a importância do desligamento relativo dos empresários em relação ao sistema estatal é consideravelmente reduzida em virtude da composição social da elite estatal própria. Isso porque os empresários pertencem, em termos econômicos e sociais, às classes médias e altas – e é justamente nessas classes que são recrutados predominantemente, para não dizer em sua maioria esmagadora, os membros da elite estatal. (MILIBAND, 1972, p. 79).

Procedendo dessa forma, podemos observar que o discurso de Miliband desloca a análise da relação entre a classe dominante e o Estado, para uma análise da relação entre os membros da classe dominante e a elite estatal.

Esse é um exemplo de como o discurso de Miliband acaba não se aprofundando o suficiente na explicação dos mecanismos da sociedade capitalista. Em última análise, tais mecanismos produzem, entre outras coisas, as relações sociais que Miliband pretende explicar.

Apesar disso, em *ESC*, Miliband fornece algumas explicações para esses fatos. Como mecanismo explicativo para a manutenção desse padrão, ele menciona a desigualdade de oportunidades existente para a obtenção de educação; os filhos de pais que pertencem às classes média e alta, por exemplo, possuem maior chance de obter o tipo de educação necessária para ocupar posições de elite no sistema estatal. Além dessa questão, há também o problema que envolve as relações pessoais entre os membros da classe economicamente dominante e os servidores que pertencem a elite do Estado. (MILIBAND, 1972, p. 83). Por fim, Miliband menciona a existência de um mecanismo ideológico que opera para reproduzir a composição dessa elite estatal: o procedimento realizado para a seleção e promoção do pessoal do Estado. Segundo Miliband, os responsáveis pelo controle e seleção dos funcionários do Estado, geralmente, pertencem às classes mais altas, fato que acaba gerando preconceitos em relação ao comportamento e ao modo de pensar dos futuros servidores públicos. Segundo Miliband, a imagem projetada desses servidores obedece às características de classe da qual os responsáveis pelo certame público pertencem, o que acaba favorecendo os membros das classes média e alta. (MILIBAND, 1972, p. 84)

Aqui conseguimos notar que mesmo quando Miliband tenta explicar um mecanismo ideológico, ele acaba dando ênfase ao comportamento dos atores sociais concretos, que ocupam posições de comando ou que possuem poderes decisórios. Podemos perceber isso mais claramente em sua conclusão:

O que os fatos sugerem de maneira conclusiva é que, em termos de origem social, educação e situação de classe, os homens que equiparam *todos* os postos de comando dentro do sistema estatal provêm, em grande medida e em muitos casos em sua maioria esmagadora, do mundo de negócio e da propriedade, ou das classes médias profissionais. (MILIBAND, 1972, p. 87, grifo do autor).

Por conseguinte, o que Miliband quer dizer é que as elites empresariais não controlam diretamente o sistema do Estado, que é regido por uma elite estatal. Porém, considerando que os membros dessa elite estatal, e que as pessoas que fazem parte de uma elite empresarial são extraídos das mesmas classes sociais (média e alta), Miliband conclui que a elite do Estado atua em benefício das elites empresariais.

Apesar dessa conclusão, é bastante difícil explicar as reais predisposições do sistema estatal. De fato, argumentando dessa maneira, Miliband acaba não considerando as conexões entre o sistema econômico e o Estado, que existem em virtude da estrutura do próprio sistema capitalista. Com base nesse tipo de conexão – ao contrário das conexões interpessoais –, acreditamos que Miliband poderia justificar melhor suas afirmações relacionadas às limitações impostas pelo sistema.

Depois de apresentarmos o que Miliband diz sobre a elite estatal, analisaremos o que esse autor pensa sobre o sistema que abriga essa elite. Para isso, iniciaremos com a seguinte conclusão exposta em *ESC*:

[...] os interesses empresariais e de proprietários dos países capitalistas avançados têm podido em geral confiar na boa vontade positiva e ativa de seus governos e ainda que ali, onde ocasionalmente surgiram governos cujos membros, ou alguns de cujos membros, não podiam em virtude do objetivo final e da retórica oficial de seus partidos ser tão confiáveis e a sua posição *de facto* em face dos problemas reduziu, enormemente ou até mesmo anulou, os perigos que tais interesses tiveram que enfrentar. (MILIBAND, 1972, p 146, grifo do autor).

Com essa afirmação, Miliband não quer dizer que tenha sido mera coincidência a ascensão ao poder de governos que estiveram dispostos a agir em defesa dos interesses econômicos das classes dominantes. Na verdade, o que Miliband quer desvelar é a existência de uma associação sistemática entre os resultados das políticas governamentais e esses interesses econômicos. Para isso, ele examina vários problemas que devem ser enfrentados pelo Estado, como por exemplo: a sua intervenção na economia, as questões fiscais, o confronto com organizações políticas que apontam para uma transformação da sociedade capitalista em socialista, problemas que dizem respeito às relações internacionais, dentre outros. (MILIBAND, 1972, p. 98-106).

Após a identificação desses problemas, Miliband chega à conclusão de que os governos, nos países de capitalismo avançado, estão comprometidos com a mentalidade econômica do sistema das empresas privadas. (MILIBAND, 1972, p. 98). Ou seja, segundo o

autor, há uma relação sistemática entre os detentores do poder do Estado e os detentores do poder econômico, contudo, é preciso que essa relação seja explicada de forma detalhada.

Para explicar essa relação, mais uma vez Miliband recorre às predisposições ideológicas dos indivíduos:

Semelhante consenso entre governantes políticos é evidentemente crucial. As predisposições ideológicas, que tornam o consenso possível, não poderão, em última análise, em virtude das várias contrapressões, determinar de que maneira os governos irão agir em cada situação particular. Mas o fato de que os governos aceitam sem questionar o contexto capitalista dentro do qual eles operam é de importância fundamental na modelagem de suas atitudes, políticas e ações, a respeito de fatos e problemas específicos com que eles se defrontam e em relação às necessidades e aos conflitos da sociedade civil. (MILIBAND, 1972, p. 72-73).

Com base nessa argumentação, se quiséssemos questionar o significado desse comprometimento dos governos com o sistema de livre mercado, uma resposta compatível com as concepções de Miliband sobre o assunto, seria afirmar que isso ocorre porque os agentes do Estado (sujeitos concretos) estão comprometidos com tal sistema; o que implica dizer que os mecanismos de reprodução das relações capitalistas devem ser explicados com base nas ações dos atores sociais concretos.

O mesmo tipo de argumento é dado por Miliband quando de sua análise do papel desempenhado pelos funcionários públicos (civis e militares); e dos membros do Poder Judiciário. Ele reconhece que, nas sociedades capitalistas avançadas, a ideologia e a função desses agentes públicos não servem apenas para a defesa de uma ordem social genérica, mas sim para a defesa e manutenção de uma ordem social bem particular. (MILIBAND, 1972, p. 148). De acordo com Miliband, tais agentes “[...] não são simplesmente conservadores de modo geral: são conservadores no sentido de que são, dentro da esfera que lhes compete, os aliados conscientes ou inconscientes das elites econômicas e sociais existentes.” (MILIBAND, 1972, p. 151-152).

Nesse ponto, Miliband novamente dá ênfase à classe social de origem e à educação dos membros dessas instituições, de maneira que são parte de um “[...] meio específico, cujas idéias e cujos preconceitos e concepções provavelmente irão compartilhar e os quais estão destinados a influir, na realidade a definir, a sua imagem de «interesse nacional».” (MILIBAND, 1972, p. 152, grifo do autor).

Cabe destacarmos aqui que, apesar do compromisso do sistema estatal com a classe capitalista ser assegurado pelos mecanismos já mencionados (classe social de origem, educação, consenso ideológico, etc...), Miliband está ciente que essa relação também é resultado do poder econômico. Nas palavras do autor, esse tipo de pressão:

[...] é mais importante e eficaz do que qualquer outra e que somente o empresariado pode exercer, sem necessitar de organização, campanhas ou «lobbies». Trata-se da pressão difusa e permanente sobre os governos e o Estado, decorrente do controle privado dos recursos concentrados, industriais, comerciais e financeiros. (MILIBAND, 1972, p. 180, grifo do autor).

Devemos alertar, contudo, que as ideias de Miliband que expomos até aqui foram melhores desenvolvidas em seus trabalhos posteriores, e até mesmo alteradas em alguns pontos. Em *Marxismo e política*, por exemplo, Miliband faz a seguinte afirmação: “[...] a tendência classista do Estado não é determinada, nem mesmo decisiva ou conclusivamente determinada, pelas origens sociais de seu pessoal de proa.” (MILIBAND, 1979, p. 70).

Nessa obra, Miliband diz que para explicarmos a predisposição de classe do Estado, não podemos considerar apenas o poder econômico que a classe dominante é “[...] capaz de exibir em virtude de sua propriedade e controle de recursos econômicos e outros, e de sua força e influência como grupo de pressão, num sentido amplo do termo.” (MILIBAND, 1979, p. 70). Segundo o autor, esses fatores são importantes, contudo, também seria necessário que fosse levado em conta “[...] uma dimensão ‘estrutural’, de uma espécie objetiva e impessoal.” (MILIBAND, 1979, p. 70).

De modo que, mesmo que fazendo algumas ressalvas, Miliband acaba concordando com uma explicação de tipo estruturalista:

[...] a natureza do Estado é no caso determinada pela natureza e exigências do modo de produção. Há “coerções estruturais” que nenhum governo, seja qual for seu porte, desejos e promessa, pode desdenhar ou a elas esquivar-se. Uma economia capitalista tem sua própria “racionalidade” a que qualquer governo e Estado devem cedo ou tarde submeter-se, e em geral cedo. (MILIBAND, 1979, p. 71).

Como podemos depreender das passagens do livro *Marxismo e política*, Miliband reconhece a necessidade de uma teoria do MPC que descreva sua estrutura interna e desvele os mecanismos de articulação do Estado e das diversas classes sociais existentes nesse modo de produção. Em *ESC*, Miliband apenas tangenciou esse tipo de argumentação quando fez

referência a algumas restrições impostas pelo sistema econômico. Em *Marxismo e política*, mais uma vez, o autor apenas sugere essa linha de raciocínio de desenvolvimento teórico, sem se comprometer, contudo, com a realização dessa tarefa.

#### 2.4 A autonomia relativa do Estado e suas funções

Com base no que já expomos até aqui, podemos afirmar, resumidamente, que Miliband acredita que forneceu bases empíricas suficientes para comprovar a tese que defende que o Estado é um instrumento essencial de domínio de classe. Segundo ele, essa tese tem como pressuposto uma concepção de sociedade capitalista dividida em classes, cujos interesses são contrapostos. (MILIBAND, 1979, p. 65).<sup>69</sup> De acordo com sua teoria, nos países capitalistas em estágio avançado, existe uma classe dominante real, uma classe “[...] assim designada em virtude do fato de possuir e controlar parte predominante dos meios de produção material e ‘mental’; e que por isso ela controla, dirige, impõe ou é também predominante no Estado.” (MILIBAND, 1979, p. 66). Apesar dessa afirmação, não devemos entender que Miliband esteja dizendo que o Estado atue como um mero instrumento de dominação de classe.

Para compreendermos melhor o que dissemos no parágrafo anterior, temos que examinar a questão da autonomia do Estado.

Para Miliband, a chave para essa questão é entender que, “[...] embora o Estado de fato aja, nos termos marxistas, *em favor* da ‘classe dominante’, na maioria dos casos não age *a mando dela*”. (MILIBAND, 1979, p. 72, grifo do autor). Segundo ele, uma das razões para que isso ocorra, deve-se ao fato de a burguesia ser:

[...] uma totalidade constituída de elementos diferente, e portanto potencial ou realmente conflitante [...]. Assim sendo, há uma função absolutamente essencial de mediação e conciliação a ser desempenhada pelo Estado; ou antes, é o Estado que desempenha um papel principal no desempenho dessa função, sendo necessária a qualificação porque há outras instituições que contribuem para esse desempenho, como por exemplo os partidos da burguesia. (MILIBAND, 1979, p. 66-67).

---

<sup>69</sup> Aqui utilizaremos mais o livro *Marxismo e política*, já que a tendência de conceder um *status* privilegiado ao agente sobre a estrutura surge de uma forma mais clara nesse livro.

Segundo Miliband, outras instituições, que não fazem parte do Estado, também contribuem para o cumprimento dessa função.

Nesse contexto, em relação a relativa autonomia que o Estado possui, Miliband faz a seguinte afirmação:

[...] consiste apenas no grau de liberdade que o Estado (em geral significando neste contexto o poder executivo) tem ao determinar como melhor servir o que os detentores do poder concebem como o “interesse nacional”, e que de fato implica o serviço do interesse da classe dominante. (MILIBAND, 1979, p. 81).

Não podemos entender que essa concepção de Miliband sobre autonomia do Estado seja obra do acaso. Isso porque, ao compreendê-la como uma “liberdade” que deva ser exercida por quem detenha o poder do Estado, isto é, pelos agentes concretos, ele acaba convertendo o conceito de autonomia do Estado em relação ao poder econômico, em autonomia da elite estatal em relação às classes dominantes. O que, por sua vez, dentro da abordagem conferida pelo autor, deve ser interpretado como liberdade em relação ao controle exercido pelos membros da classe dominante. Assim pois, vemos que uma explicação voluntarista é dada para essa questão.

Como forma de introduzir a questão referente às classes sociais, faremos uma breve exposição sobre as funções do Estado nas sociedades capitalistas avançadas.

De acordo com Miliband, nas sociedades capitalistas avançadas, o Estado é responsável por cumprir quatro funções principais: a função repressiva, a função ideológico-cultural, a função econômica e a função internacional. Segundo ele:

Os principais tópicos referentes às formas do Estado capitalista e sua autonomia relativa podem ser ilustrados mediante referências às funções que ele desempenha. Em suma, quatro dessas funções podem ser distinguidas, muito embora haja muita sobreposição, na prática, entre elas: a) a manutenção da ‘lei e da ordem’ na área territorial em que o Estado formalmente está investido de soberania: a função repressiva; b) o fomento do consenso quanto à ordem social existente, o que também implica o desincentivo à dissensão: função ideológico-cultural; c) a função econômica no sentido amplo do termo; e d) o avanço, tanto quanto possível, do que se afirma ser o ‘interesse nacional’ em relação aos negócios externos: a função internacional. (MILIBAND, 1979, p. 87).

Aqui examinaremos apenas a função ideológico-cultural, função intimamente ligada ao processo de legitimação do sistema capitalista. No entanto, é importante esclarecermos

desde já que, para Miliband, o processo de legitimação não é empreendido somente pelo Estado, ainda que este intervenha profundamente em relação a legitimação da ordem existente, e desestime qualquer possibilidade de ruptura da mesma. (MILIBAND, 1979, p. 94)

Ao estimular o consenso, no que diz respeito a ordem social existente, Miliband interpreta a função ideológico-cultural do Estado e o processo de legitimação da sociedade capitalista, como uma forma de moldar as consciências. Aqui, estamos particularmente interessados em examinar como o autor trabalha a questão da consciência, uma vez que esta questão acaba influenciado seu compromisso com a denominada “problemática do sujeito”.

O tratamento que Miliband confere a questão da consciência é evidenciado em sua concepção de classe social em termos de consciência de classe. Veremos que sua concepção de classe é bastante distinta da concepção de Poulantzas, e que isso constitui uma grande diferença em termos de teoria substantiva, que podemos atribuir aos distintos pontos de vista que os autores possuem em relação as estruturas sociais e os atores sociais<sup>70</sup>.

## 2.5 As classes sociais

Ao examinar as classes sociais, Miliband aponta para uma ambiguidade presente na concepção de classes de Marx, que incluía uma dimensão subjetiva e uma determinação objetiva de classe. De acordo com Miliband:

[...] para Marx, a classe trabalhadora não é verdadeiramente uma classe, a menos que adquira a capacidade de organizar-se politicamente. Na medida em que isso implique vontade e consciência, como obviamente implica, pode-se dizer que há em Marx uma dimensão “subjetiva” para a noção de classe trabalhadora como classe, bem como uma determinação “objetiva” dela. (MILIBAND, 1979, p. 27).

---

<sup>70</sup> Mais adiante veremos que as distintas concepções que Miliband e Poulantzas possuem em relação às classes sociais, acabam produzindo análises diferentes sobre o problema da legitimação do sistema capitalista em cada abordagem.

O próprio Miliband acaba não esclarecendo a referida ambiguidade, e propõe uma definição de classe trabalhadora nos seguintes termos:

A “classe trabalhadora” é pois aquela parte do “trabalhador coletivo” que produz mais-valia, de uma posição de subordinação, nas extremidades inferiores da escala da renda, e também na extremidade inferior do que poderia ser chamado de “escala da consideração”. (MILIBAND, 1979, p. 29).

Não há dúvida de que a definição dada por Miliband seja bastante controversa. O próprio autor se deu conta disso ao reconhecer que ela não teria a capacidade de solucionar todos os problemas apresentados. De qualquer forma, para Miliband é bastante claro que o “[...] elemento de consciência é de fundamental importância em termos políticos; e ‘consciência de classe’ é certamente esse elemento na política marxista.” De acordo com a sua explicação: “Na linguagem marxista, a expressão consciência de classe pode ser tomada como significando a consciência que os membros de classe têm de seus **‘verdadeiros’ interesses – sendo que a noção de ‘verdadeiros’ interesses, por sua vez, exige elucidação.**” (MILIBAND, 1979, p. 35, grifo nosso).

Miliband tenta elucidar o teor da expressão “verdadeiros” interesses, e para isso faz referência específica tanto à classe burguesa quanto à classe trabalhadora. Em relação à classe burguesa, ele argumenta que o seu “verdadeiro interesse” repousa na manutenção e na defesa da sociabilidade capitalista; e que sua consciência de classe é, no que tange a esse interesse, muito mais fácil de se alcançar. (MILIBAND, 1979, p. 35).

Como argumenta Miliband, historicamente, as classes privilegiadas sempre agiram em defesa da ordem social que conservava sua posição dominante. No entanto, ao mesmo tempo em que a burguesia defendia esses “verdadeiros” interesses, esta classe também possui uma falsa consciência, pois acreditava e declarava que esses interesses eram universais. Esse é um efeito da ideologia, que, de acordo com Miliband, Marx e Engels entenderam como sendo o esforço de “universalizar” e dar “forma ideal” às ideias e interesses de classe. (MILIBAND, 1979, p. 36).

No que diz respeito à classe trabalhadora, Miliband faz a seguinte afirmação:

Na perspectiva marxista, consciência de classe proletária pode ser tomada como significando a obtenção de um entendimento de que a emancipação do proletariado e a libertação da sociedade exigem a derrubada do capitalismo; e esse entendimento pode ser tomado também como ensejando a vontade de derrubá-lo. É nesse sentido que a consciência de classe proletária é também consciência revolucionária. (MILIBAND, 1979, p. 37).

Todas essas passagens, retiradas da obra *Marxismo e política*, servem para demonstrar que as concepções que Miliband possui sobre as classes (burguesa e trabalhadora), e sobre os seus respectivos interesses, são dominadas por uma perspectiva voluntarista.

A primazia do sujeito sobre a estrutura, nesse aspecto da teoria de Miliband, também é evidente em sua concepção de luta de classes. O autor chega a afirmar que a análise do conceito de “luta de classes” deve ter por base as características específicas e concretas do modo de produção. (MILIBAND, 1979, p. 23). No entanto, examinando de uma forma mais detalhada o texto de Miliband, descobrimos que para ele:

Falar de **conflito de classes** é falar de uma realidade fundamental por meio de **metáfora**. Porque classes, como entidades, não entram em conflito – **só elementos delas** o fazem, embora aconteça que amplos segmentos das classes contendoras sejam em raras ocasiões arrastados à batalha. Contudo, na maioria das vezes, o conflito se trava entre **grupos de pessoas** que são parte de determinada classe, e possivelmente, embora não com certeza, representativas dela. (MILIBAND, 1979, p. 32, grifo nosso).

No trecho acima transcrito, podemos notar que o termo “elementos” está relacionado ao termo “grupos de pessoas”. De modo que, nessa passagem, Miliband também confere prioridade aos atores sociais concretos e, conseqüentemente, em um nível meramente conceitual, revela, novamente, a primazia do sujeito sobre a estrutura em sua explicação sociológica.

Para finalizar esta seção, destacamos aqui a referência que Miliband faz ao conflito de classes. Valendo-se de uma metáfora para tanto, o autor sugere um uso instrumentalista do conceito de “luta de classes”. Isso seria a mesma coisa do que dizer que a “luta de classes” não corresponde a uma realidade concreta, mas apenas uma denominação para designar a reciprocidade de conflitos existentes entre vários grupos de pessoas, que podem ser identificados como membros de uma sociedade ou de várias classes sociais.

## 2.6 O processo de legitimação do sistema capitalista

Dando continuidade ao que expomos em relação ao elemento consciência, introduzido na seção anterior, analisaremos agora algumas questões que envolvem o processo de legitimação do sistema capitalista.

De acordo com a concepção de consciência de classe do proletariado de Miliband, a questão que se impõe é: “[...] por que se deve pensar a classe trabalhadora e declará-la ‘universal’, cujos interesses são indistinguíveis de toda a sociedade, como o declararam Marx e Engels [...].”(MILIBAND, 1979, p. 36). A resposta a essa questão se aproxima da sugestão de que a sociedade capitalista, por sua própria natureza, impõe seu papel revolucionário ao proletariado. (MILIBAND, 1979, p. 37). De modo que, nesse sentido, podemos notar que o argumento de Miliband, novamente, aponta para uma explicação com característica estruturalista.

Essa mesma tendência também está presente quando Miliband enfrenta a seguinte objeção: por que a classe trabalhadora não desenvolveu a consciência revolucionária esperada pela teoria marxista? Miliband sugere que, antes de responder tal indagação, devemos fazer uma distinção entre a “consciência revolucionária” e a “disposição à insurreição”. Para ele, a ausência de uma vontade de insurreição não deve ser confundida com a falta de consciência de classe. O cerne de seu argumento, no entanto, está no fato das sociedades capitalistas possuírem mecanismos que obstruem e retardam a aquisição da consciência de classe proletária. (MILIBAND, 1979, p. 37-43). É justamente a partir dessa argumentação que chegamos ao problema da legitimação do sistema capitalista.

Em *ESC*, Miliband empreendeu um amplo exame dos fatores que operam para obstruir o desenvolvimento da consciência de classe revolucionária nas sociedades de capitalismo avançado. O autor examinou, dentre outras coisas, a mídia de massa, os partidos políticos, a igreja, o mundo dos negócios e o sistema educacional. (MILIBAND, 1972, p. 219-319). Aqui examinaremos apenas alguns dos argumentos sobre como esses fatores operam para fomentar o consenso que legitima as relações sociais capitalistas.

Em relação aos partidos políticos conservadores, por exemplo, Miliband afirma que, apesar de seus integrantes poderem pertencer a qualquer parcela da população, suas principais figuras são originárias, em sua grande maioria, das classes média e alta. (MILIBAND, 1972,

p. 229). Por isso, é provável que sejam impostas concepções que visem a manutenção do sistema vigente, pois “[...] os mais importantes políticos conservadores [...], estão intimamente associados ao mundo de negócios por laços de parentesco, amizade, concepções comuns e interesses mútuos.” (MILIBAND, 1972, p. 229). Além disso, ainda segundo Miliband:

[...] o empresariado tem assegurada uma audiência muito mais atenta por parte dos dirigentes dos partidos conservadores, pois constitui uma fonte importante e até mesmo essencial de apoio financeiro, tanto para objetivos eleitorais como de propaganda geral. (MILIBAND, 1972, p. 229-230).

No que diz respeito a mídia de massa, Miliband sustenta que, nos países capitalistas avançados, existe uma predominância da propriedade privada dos meios de produção mental; a imprensa, o rádio, a televisão, o teatro, e o cinema são, na maioria das vezes, controlados pela iniciativa privada. De acordo com Miliband:

E’ (sic) evidente que aqueles que possuem e controlam os meios de comunicação de massa capitalista serão provavelmente pessoas cujas tendências ideológicas variam entre solidamente conservadoras até agudamente reacionárias. E em muitos casos, notadamente no caso dos periódicos, o impacto de seus pontos de vista e de seus preconceitos é imediato e direto, no sentido de que os proprietários de jornais frequentemente não só possuem seus jornais mas controlam intimamente também a sua linha editorial e política [...]. (MILIBAND, 1972, p. 277).

É importante ressaltar que Miliband leva em consideração as pressões exercidas sobre os meios de comunicação tanto pelos interesses privados, como pelos próprios interesses do Estado, e afirma que:

[...] uma explicação sobre o caráter e o papel pretendido pelos meios de comunicação de massa em termos das pressões públicas e privadas, tal como foi feito até aqui, é inadequada. Isso porque ela sugere que aqueles que são realmente responsáveis pelo conteúdo dos meios de comunicação de massa – produtores, editores, jornalistas, escritores, comentaristas, diretores, teatrólogos etc. – constituem instrumentos involuntários das forças conservadoras e comerciais, que eles são rebeldes reprimidos, radicais encolhidos e esquerdistas, produtores e difusores relutantes de idéias e opiniões que detestam, dissidentes raivosos retorcendo-se na trela capitalista. (MILIBAND, 1972, p. 285).

Por outro lado, Miliband também propõe uma visão realista das predisposições ideológicas dos agentes que trabalham para os meios de comunicação de massa. Tal perspectiva inclui, além dos grupos compromissados com a esquerda ou com a direita, uma ampla maioria, cuja posição política não é muito bem definida e que apenas deseja evitar o caos. (MILIBAND, 1972, p. 286).

Com os exemplos que trouxemos até o momento, chegamos ao tipo de argumentação que Miliband utiliza. Ele sempre desenvolve suas análises tomando por base as noções de classe, luta de classes e classe dominante. No entanto, utiliza essas noções para conferir cientificidade a suas explicações sobre o processo de legitimação das sociedades capitalistas avançadas. Percebemos também, que Miliband não desenvolve a tendência estruturalista que algumas vezes ele adota. Pelo contrário, enfatiza as relações interpessoais e as disposições ideológicas dos agentes. Isso demonstra que, de fato, Miliband está comprometido com a “problemática do sujeito”, no sentido de que as referências às estruturas sociais são superadas pela análise dos atores sociais concretos, seus comportamentos e suas relações interpessoais; ou seja, mais uma vez o autor prioriza o sujeito em sua explicação sociológica.

Isso que acabamos de mencionar, em conjunto com a concepção que defende que as teses abstratas devem ser comprovadas empiricamente, tem como efeito que, a mera descrição de um padrão de eventos – por exemplo, as relações pessoais recíprocas entre líderes partidários e empresários – tome-se pela explicação desejada. Assim, por exemplo, baseado em argumentos como os mencionados acima, Miliband conclui que “[...] o capitalismo, como sistema econômico e social, tende a produzir dentro de si mesmo, por sua simples existência, as condições de sua legitimação nas classes subordinadas e também em outras classes.” (MILIBAND, 1972, p. 317).

Essa proposição de Miliband pode ser aceita como verdadeira. Entretanto, podemos questionar como, exatamente, os “termos empíricos” que ele examina ao longo de sua obra se relacionam com essa afirmação. Não se pode negar que os dados apresentados por ele são compatíveis com esse resultado; no entanto, surge o problema de saber se esses dados ajudam a explicar, de maneira científica, como o capitalismo produz em si as condições de sua legitimidade.

Além de tentar demonstrar como as sociedades capitalistas se legitimam, Miliband também descreve uma série de padrões de eventos que mostram como várias condições de legitimação são mantidas. Porém, na medida em que adere à ideia de apenas descrever os fatos – que podem corroborar ou refutar teses abstratas, baseadas em regularidades observadas

– Miliband acaba impedindo a si mesmo de produzir o tipo de explicação que ele necessita para confrontar, conclusivamente, as teorias democrático-pluralistas, e para elaborar com propriedade suas teses relativas às limitações estruturais impostas pelo sistema e pela própria natureza do capitalismo.

## 2.7 Questões metateóricas

### 2.7.1 A abordagem dos fatos concretos

Em sua resenha crítica ao livro *ESC*, Poulantzas afirmou que ao tentar refutar as teses democrático-pluralistas valendo-se do exame de fatos concretos, Miliband acabou adotando uma concepção empirista de conhecimento<sup>71</sup>. Isso significa dizer que Miliband acredita que os fatos concretos podem ser observados de maneira imediata, ou seja, sem a intermediação de qualquer tipo de arcabouço teórico<sup>72</sup> (POULANTZAS, 1982, p. 221-222).

Partindo dessa crítica feita por Poulantzas, tentaremos demonstrar que o texto de *ESC* é permeado por um conflito entre duas abordagens: uma que aceita a possibilidade de se comparar duas teorias (em termos de adequação) com uma dada realidade que é descrita através de uma linguagem observacional neutra; e outra que organiza e constitui os fatos que serão utilizados para refutar as teorias democrático-pluralistas através de um quadro teórico específico, responsável por moldar as análises empreendidas por Miliband.

Além disso, veremos também que Poulantzas acaba causando certa confusão em relação ao empirismo de Miliband, uma vez que existem muitas posições a respeito dessa concepção de conhecimento que necessitam ser distinguidas conceitualmente<sup>73</sup>.

Por exemplo, a crença na possibilidade de uma linguagem observacional neutra, e na produção de um conhecimento teórico científico mediante a abstração de características que

---

<sup>71</sup> Cabe lembrarmos que Poulantzas se refere a concepção althusseriana de empirismo. Vimos essa questão na subseção 1.1.1 desta dissertação.

<sup>72</sup> Essa acusação explícita de empirismo foi repetida por Poulantzas em seu artigo *O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau*. Publicado em 1976, esse é o último texto que integra o debate Miliband-Poulantzas.

<sup>73</sup> Como vimos no primeiro capítulo, isso se deve a excessiva generalidade e alcance que Althusser atribui a concepção empirista.

podem ser observadas na realidade, são concepções de natureza positivista que estão presentes na primeira abordagem metodológica de Miliband. (LACLAU, 1978, p. 65-68). Contudo, segundo Leon Olivé, conforme a argumentação de *ESC* se desenvolve, essas concepções são superadas pela segunda abordagem. (OLIVÉ, 1985, p. 50).

Outro aspecto que Poulantzas qualifica como empirista, é a análise do processo de produção e de validação do conhecimento através do ponto de vista do sujeito cognoscente. Isso conduz ao que os althusserianos denominam de a “problemática do sujeito”. Ao iniciar a análise epistemológica partindo dessa perspectiva, diz o argumento, reconhece-se, ontologicamente, os sujeitos como “atores sociais”, de modo que, para a análise sociológica, isso tem como consequência destacar a importância do agente sobre a estrutura. (POULANTZAS, 1982, p. 223). Como veremos, nesse sentido, o texto de Miliband adota em parte essa linha de análise, porém, essa característica faz parte apenas de sua primeira abordagem.

Em sua resposta ao artigo de Poulantzas, Miliband nega a acusação de empirismo, mas concorda com a necessidade de elaboração de uma teoria geral do Estado capitalista para que se possa empreender análises concretas. No entanto, afirma que já teria trabalhado em uma teoria marxista do Estado anteriormente<sup>74</sup>, e que por isso, no texto de *ESC*, fez apenas uma breve apresentação do assunto. (MILIBAND, 1982, p. 234-235).

Tanto a crítica de Poulantzas, quanto a resposta de Miliband merecem maiores esclarecimentos. Enquanto Poulantzas entende que Miliband deveria sustentar suas argumentações em uma teoria do Estado (POULANTZAS, 2008, p. 107), Miliband acreditava que o que estava produzindo em *ESC* era a sua própria teoria do Estado. Quanto a essa questão, o próprio Miliband acabou não contribuindo para um melhor esclarecimento, pois, ao responder essa crítica, se limitou a afirmar que a teoria exigida por Poulantzas estava implícita em suas análises. (MILIBAND, 1982, p. 234).

A confusão mencionada no parágrafo anterior é esclarecida quando percebemos que ambos os autores estão pensando em uma teoria abstrata que dê conta de suas análises sociológicas. Uma teoria abstrata fornece conceitos e teses fundamentais que orientam e dão forma às análises concretas do Estado nas sociedades capitalistas. No caso de Miliband, suas

---

<sup>74</sup> Aqui, Miliband se refere ao artigo *Marx e o Estado*, publicado em 1965, ou seja, antes da publicação de sua obra *O Estado na sociedade capitalista*. Segundo Alvaro Bianchi: “Miliband respondeu um tanto incomodado que já havia feito a exposição de sua ‘problemática’ em outra ocasião (Miliband, 1965) e que não necessitava repeti-la. O incômodo era maior porque na correspondência pessoal Poulantzas havia dito ter lido ‘Marx and the State’ e ter feito uso dele.” (MENDEZ, 2007, p. 9).

análises concretas, bem como a teoria do Estado que pretende desenvolver, pressupõem uma teoria política mais abstrata, a partir da qual podem derivar conceitos como os de classe social e classe dominante, por exemplo.

Apesar de ambos estarem pensando em uma teoria abstrata, Miliband e Poulantzas trabalham seus objetos de forma distinta em suas obras, sendo essa a principal causa de seus desacordos teóricos sobre a natureza e o papel do Estado. Nas palavras do teórico marxista Bob Jessop: “Poulantzas estava essencialmente preocupado com a adequação formal do tipo de Estado capitalista, e Miliband com a adequação funcional do Estado em uma sociedade capitalista<sup>75</sup>.” (JESSOP, 2008, p. 150, tradução nossa).

Logo no prefácio de *ESC*, Miliband diz que ele vai tratar “[...] da natureza e do papel do Estado naquelas sociedades frequentemente denominadas «capitalistas avançadas»” (MILIBAND, 1972, p. 9); e que para isso pretende utilizar a teoria política marxista como referencial teórico de suas análises.

Além disso, Miliband também tem por objetivo oferecer novos conhecimentos relacionados ao Estado, uma vez que, segundo ele: “[...] a análise política marxista, particularmente no que se refere à natureza e ao papel do Estado, parece estar encantada com a sua própria trilha e demonstrou pouca capacidade de renovação<sup>76</sup>.” (MILIBAND, 1972, p. 15). Assim, Miliband acredita que seu trabalho pode ser uma contribuição para remediar essa deficiência. (MILIBAND, 1972, p.18).

Entretanto, Miliband não especifica qual será o teor de sua contribuição. Não diz se simplesmente apresentará novas evidências, retiradas da experiência de países capitalistas em estágio avançado para corroborar teses marxistas já conhecidas<sup>77</sup>; ou se tentará elaborar essas teses e fornecer novos fundamentos para novas interpretações. Como veremos, o que é revelado em *ESC* é que Miliband considera que a teoria (abstrata) do Estado de Marx ainda é válida para analisar o sistema de poder no capitalismo avançado<sup>78</sup>. (MILIBAND, 1972, p. 34-35).

---

<sup>75</sup> “Poulantzas was essentially concerned with the formal adequacy of the capitalist type of state and Miliband with the functional adequacy of the state in a capitalist society.” (JESSOP, 2008, p. 150).

<sup>76</sup> Essa “pouca capacidade de renovação” da teoria política marxista foi notada por Miliband, tanto que, logo na introdução de *O Estado na sociedade capitalista*, ele declarou que “[...] o próprio Estado como objeto de estudo político há muito tempo está fora de moda.” (MILIBAND, 1972, p. 11).

<sup>77</sup> Como as que foram expostas por Miliband em seu artigo *Marx e o Estado*, publicado em 1965.

<sup>78</sup> Diferente de Poulantzas, que acredita que primeiramente deve ser construída uma teoria marxista do Estado. (POULANTZAS, 1982, p. 222).

Quanto a isso, cabe aqui trazeremos a explicação da cientista política argentina Mabel Thwaites:

[...] Miliband estava convencido de que a tese central e a estrutura conceitual da teoria política marxista estavam efetivamente estabelecidas, e que o que os marxistas precisavam era fazer um trabalho mais empírico e uma análise histórica dos Estados nas sociedades capitalistas, para dar conteúdo concreto às teses e aos conceitos teóricos já delimitados<sup>79</sup>. (THWAITES, 2007, p. 227, tradução nossa).

Miliband lembra que o próprio Poulantzas reconhece que havia uma “problemática” que estava implícita em *ESC*. Apesar disso, ele insiste que a refutação das teses dos autores democrático-pluralistas deveria ser realizada “[...] do único modo possível, ou seja, em **termos empíricos.**” (MILIBAND, 1982, p. 234, grifo nosso).

Como já mencionado, a discussão dos discursos sociológicos substantivos terá que desvelar o modo como Miliband analisa a realidade, e o papel desempenhado por seu quadro teórico nessa empreitada. Portanto, examinaremos até que ponto o texto de Miliband é capaz de desenvolver suas concepções empiristas. Veremos como que em alguns pontos fundamentais essas concepções são postas de lado, e como, em função das exigências impostas pelo quadro teórico, seu discurso avança em um sentido contrário.

Como Poulantzas argumentou que esse procedimento é incompatível com a epistemologia empirista das teorias pluralistas que Miliband pretende refutar, surge um problema, qual seja: esclarecer o que se entende por “termos empíricos”. Miliband identificou essa questão e argumentou da seguinte forma:

[...] o assunto geral trazido à baila por Poulantzas vai muito além do uso deste ou daquele conceito. Na verdade, refere-se ao *status* da pesquisa empírica e à sua relação com a teoria. A esse respeito, não tenho dúvida em afirmar que *The State in Capitalist Society* pode ser pouco teórico, no sentido referido por Poulantzas; porém, acho que a sua abordagem, sugerida na sua crítica e em seu livro, *Politique et Classes Sociales*, que precisa ser urgentemente traduzido para o inglês, é falha no sentido oposto. (MILIBAND, 1982, p. 235, grifo do autor).

---

<sup>79</sup> “[...] Miliband estaba convencido de que la tesis central y la estructura conceptual de la teoría política marxista estaba efectivamente establecida y que lo que los marxistas necesitaban era hacer más trabajo empírico y análisis histórico de los Estados en las sociedades capitalistas, para darles contenido concreto a las tesis y conceptos teóricos ya delimitados.” (THWAITES, 2007, p. 227).

Dessa forma, enfrentamos o problema em relação a posição de Miliband sobre o que é, ou do que devemos considerar como sendo teoria, bem como a maneira como esta deveria ser construída, e qual seria a influência do empírico sobre ela.

Diferentemente de Poulantzas, Miliband não desenvolveu questões de ordem metateóricas, por isso é difícil encontrarmos afirmações precisas sobre essas questões em sua obra. Apesar disso, podemos notar que nela Miliband vale-se de uma teoria abstrata para trabalhar os dados concretos. Tal teoria é elaborada na forma de hipótese, a qual será testada por meio de seu cotejo com uma dada realidade. (LACLAU, 1978, p. 65-68).

De acordo com o que é defendido pela filosofia positivista da ciência, essa é a exposição de um modelo das características mais gerais do método científico. (POULANTZAS, 1982, p. 222). No entanto, como veremos, é dessa maneira que Miliband tenta demonstrar, “[...] à luz da realidade concreta sócio-econômica e política e cultural das sociedades capitalistas reais” (MILIBAND, 1972, p. 17, grifo do autor), que as teorias democrático-pluralistas são falsas, enquanto a teoria marxista é verdadeira.

Apesar dessa tentativa de Miliband, podemos afirmar que por meio do cotejo de uma realidade empírica descrita através de uma linguagem isenta de teoria, não é possível demonstrar, de forma conclusiva, a veracidade ou a falsidade das teorias democrático-pluralistas ou da teoria marxista. (TARCUS, 1991, p. 23). O texto de Miliband, na verdade, até consegue demonstrar uma insuficiência da primeira (teorias democrático-pluralistas), e uma melhor compreensão da realidade da segunda (teoria marxista). Porém, isso ocorre apenas porque ele acaba superando a epistemologia empirista, isto é, interpreta a realidade à luz de uma estrutura conceitual que já incorpora conceitos que aparecem novamente na teoria a ser testada (LACLAU, 1978, p. 65-68). Isso não quer dizer, porém, que o argumento de Miliband seja circular. Tampouco quer dizer que a epistemologia que assume esse aspecto do seu projeto não permita testar ou avaliar teorias e afirmações específicas sobre o que ocorre em sociedades concretas (por exemplo, nas sociedades capitalistas avançadas). A única coisa que pretendemos afirmar aqui é que, em alguns aspectos, o texto de Miliband assume uma epistemologia empirista, enquanto que em outros aspectos, abandona tal concepção.

Isso é importante não apenas por razões teóricas, até mesmo porque Miliband reconhece que sua teoria não está suficientemente elaborada, e que seria conveniente apresentá-la de maneira mais desenvolvida. Para justificar essa elaboração insuficiente, Miliband argumenta que seu principal interesse se concentrava na refutação das teses democrático-pluralistas dominantes na época. (MILIBAND, 1982, p. 235). Implicitamente,

podemo dizer que ele entende que essa é uma importante tarefa política e ideológica, ao mesmo tempo em que constitui uma plataforma metodológica conveniente para a elaboração de sua própria análise. Como bem destacado por Poulantzas, não se nega a importância política de refutar as teorias democrático-pluralistas. Contudo, é importante saber como essa tarefa será realizada, pois, ao demonstrar que as teses dos teóricos pluralistas são falsas através de suas próprias suposições, Miliband acabou legitimando os pressupostos epistemológicos desses teóricos. (POULANTZAS, 1982, p. 221-223).

Em relação a esse problema apontado por Poulantzas, vale trazeremos aqui um breve esclarecimento de Horacio Tarcus:

Ao crer que as **teorias** políticas burguesas poderiam ser combatidas com um apelo direto aos  **fatos** em vez de deslocar, através de uma ruptura, o campo epistemológico, e responder à teoria (ideologia) com uma Teoria (Ciência), Miliband teria caído na ilusão ideológica empirista, fundamento epistemológico das teorias que pretende combater<sup>80</sup>. (TARCUS, 1991, p. 11, tradução nossa, grifo do autor).

Portanto, podemos ver que essa estratégia anula a possibilidade de Miliband denunciar as teses dos teóricos pluralistas como produto ideológico da mesma realidade que está se analisando (a realidade da sociedade capitalista). Além disso, como essa estratégia respalda, ainda que implicitamente, as concepções epistemológicas do adversário, não seria mais permitido denunciar tais concepções como sendo parte do aparato ideológico do sistema capitalista. A argumentação de Miliband consegue desfazer com sucesso as análises dos teóricos pluralistas, porém, conforme afirmado por Poulantzas, não leva a crítica tanto quanto seria conveniente do ponto de vista marxista.

---

<sup>80</sup> “Al creer que se podían combatir las **teorias** políticas burguesas con una apelación directa a los  **hechos**, em lugar de desplazar, mediante uma ruptura, el campo epistemológico, y responder a la teoría (ideología) con Teoría (Ciencia), Miliband habría caído em el espejismo ideológico empirista, fundamento epistemológico de las teorias que pretende combatir.” (TARCUS, 1991, p. 11, grifo do autor).

### 2.7.2 Decisões metodológicas

Agora faremos uma distinção entre o que poderíamos qualificar como uma opção metodológica de Miliband, do que seria um pressuposto epistemológico básico de sua teoria. Com essa distinção, queremos fazer uma separação das questões de fundo que refletem na produção das teorias substantivas, e que devem ter um efeito sobre essas, das questões que, apesar de serem de fundo, não necessariamente causam impacto sobre essas teorias.

Nesta seção nos concentraremos nos procedimentos metodológicos envolvidos na produção de discursos sociológicos substantivos que não exercem, aparentemente, o tipo de influência exercido pelos pressupostos epistemológicos. Nesses casos, segundo Leon Olivé, um conjunto específico de procedimentos metodológicos pode ser substituído por outros procedimentos distintos, sem que se altere a teoria ou a análise substantiva. (OLIVÉ, 1985, p. 55).

O significado desse esclarecimento inicial, e alguns exemplos do que desejamos obter com ele, podem ser notados quando examinamos a estratégia que Miliband coloca em prática ao desenvolver sua argumentação apresentada no texto de *ESC*.

Nessa obra, frequentemente, Miliband inicia seu argumento expondo uma tese democrático-pluralista. Após isso, recorre à sua estrutura conceitual básica (pressupostos teóricos), valendo-se de um ou mais conceitos para estabelecer novos pontos de vista teóricos (novos no que diz respeito aos que são estabelecidos pelas teorias democrático-pluralista). Por meio desses conceitos, Miliband identifica entidades, processos, mecanismos e sistemas de relações que, até então, não foram observados na realidade social concreta pelos teóricos democrático-pluralistas. É através desse novo quadro da realidade, que Miliband busca demonstrar a falsidade das teses dos teóricos pluralistas. (cf. MILIBAND, 1972).

Poderíamos sugerir que essa escolha, qual seja, confrontar as concepções democrático-pluralistas sobre o Estado capitalista, tomando uma importante tese de cada vez e demonstrando que sua fundamentação é insuficiente, pertence ao campo das decisões metodológicas, e não ao campo dos pressupostos epistemológicos. O ponto central, no entanto, é que Miliband está envolvido com o que é, de fato, um problema epistemológico básico, a saber: a crença na capacidade de demonstrar que as teses pluralistas são falsas contrastando-as com os dados empíricos. (MILIBAND, 1982, p. 234). Como bem enfatizado por Álvaro Bianchi: “[...] todo o empenho do autor em *The State in Capitalist Society* parece

ter um viés popperiano e estar voltado para falsear a teoria democrático-pluralista por meio de dados empíricos.” (MENDEZ, 2007, p. 09).

Outra possibilidade, alternativa a essa decisão metodológica de Miliband, seria ele tentar desenvolver uma teoria completa e confrontá-la com outras teorias rivais<sup>81</sup>. O que está em jogo na escolha dos procedimentos é a possibilidade de demonstrar a insuficiência das concepções democrático-pluralistas e, portanto, seu caráter ideológico. (LACLAU, 1978, p. 68). Tal fim pode ser logicamente alcançado através de qualquer um dos procedimentos. Nesse sentido, ambos são igualmente eficazes, pois, no final, teremos uma teoria do Estado que pode substituir a dos teóricos pluralistas. Com base nisso, podemos dizer que as decisões metodológicas são de importância secundária para uma análise epistemológica.

Essa discussão é relevante, pois Poulantzas introduziu no debate algumas questões relacionadas aos procedimentos adotados em *ESC*, sem esclarecer, contudo, de que maneira elas derivaram do empirismo de Miliband, ou como produziram os efeitos apontados por Poulantzas. Isso é ainda mais perceptível na crítica que Poulantzas faz sobre a falta de discussão explícita dos princípios epistemológicos em *ESC*<sup>82</sup>. O problema, segundo o autor de *PPCS*, é que a falta de uma exposição explícita dos princípios epistemológicos, especialmente quando se confronta uma teoria adversária, conduz, muito facilmente, à contaminação por essas concepções rivais. (POULANTZAS, 1982, p. 221-222).

Contudo, o ponto que devemos observar aqui é o seguinte: ao proceder a crítica dessa forma, Poulantzas interpreta essa questão como sendo uma consequência das concepções epistemológicas de Miliband. O marxista greco-francês chega a afirmar que ao responder o adversário como faz Miliband, “[...] estamos nos colocando no seu campo e, portanto, correndo o risco de afundar no pântano da sua imaginação ideológica, perdendo assim a oportunidade de uma explicação científica dos ‘fatos’.” (POULANTZAS, 1982, p. 222). Ou seja, o procedimento adotado por Miliband acabou levando este último a adotar os princípios epistemológicos de seus adversários.

Dessa afirmação podemos extrair que Poulantzas tratou da mesma maneira dois diferentes tipos de problema. A presença ou ausência de uma discussão epistemológica explícita na exposição de uma teoria sociológica substantiva, de uma teoria do Estado

---

<sup>81</sup> Como diz Tarcus, citado na seção anterior: “[...] responder à teoria (ideologia) com uma Teoria (Ciência)[...]” (TARCUS, 1991, p. 11, tradução nossa).

<sup>82</sup> Em seu artigo crítico ao livro de Miliband, Poulantzas afirma que “[...] um dos pré-requisitos de qualquer estudo do ‘concreto’ é tornar explícitos os princípios epistemológicos da abordagem do assunto.” (POULANTZAS, 1982, p. 221).

capitalista, por exemplo, pode ser considerada uma decisão metodológica. Portanto, podemos pensar que aqui Poulantzas confunde o que seriam apenas escolhas metodológicas, que não trazem consequências relevantes para os discursos sociológicos substantivos, com os chamados pressupostos epistemológicos, que influenciam de forma significativa esse tipo de discurso (OLIVÉ, 1985, p. 57).

De fato, a acusação de Poulantzas é dupla. Ele sugere que Miliband cometeu um erro ao não explicitar seus pressupostos epistemológicos, mas também afirmou que os pressupostos epistemológicos adotados de maneira implícita por Miliband estavam equivocados. (POULANTZAS, 1982, p. 221-222). Como neste capítulo nosso principal foco é a teoria de Miliband, gostaríamos de trazer aqui somente uma observação em relação a essa crítica de Poulantzas.

O ponto que devemos discutir aqui é o de quão problemático é afirmar, como fez Poulantzas em relação a Miliband, que alguém se coloca no campo do adversário pelo simples fato de fazer uma opção metodológica, como a de examinar tese por tese rival; ou de não explicitar, na exposição de sua própria teoria, os pressupostos epistemológicos que foram adotados para o desenvolvimento desta. Problema bem distinto é a questão, epistemologicamente significativa, de tentar demonstrar a falsidade das teses de seu adversário, nos termos do que este entende por falsidade ou verdade, e de acordo com os métodos que ele próprio utiliza para demonstrar a validade de suas teses.

A importância de fazermos essa distinção deve-se ao fato de Poulantzas atribuir as falhas da análise de Miliband a sua suposta epistemologia empirista. Porém, considerando a abrangência desse termo no discurso de Poulantzas, isso acaba sendo muito problemático. Como acabamos de ver, Poulantzas inclui até mesmo características que não podem ser entendidas como epistemologicamente significativas, que devem ser interpretadas como parte das escolhas metodológicas feitas por Miliband. Além disso, como já dissemos, a força da refutação do marxista britânico às teses democrático-pluralistas surge, precisamente, do aspecto de seu argumento que não apenas se afasta das premissas empiristas, mas que também supera essa concepção do conhecimento.

Dessa forma, é importante que seja esclarecido o que realmente compõe os pressupostos epistemológicos da análise sociológica de Miliband, antes de distinguir as diferentes teses que existem no texto desse autor.

### 2.7.3 A “problemática do sujeito”

O rótulo de empirista conferido a Miliband deve-se muito a ênfase que Poulantzas deu a esse ponto em sua resenha crítica ao livro *ESC*. Esse rótulo, inclusive, deve ser atenuado, pois é um tanto quanto impreciso considerar, como faz Poulantzas, que sua diferença com Miliband seria a absoluta necessidade de manipular teoricamente os fatos concretos. (POULANTZAS, 2008, p. 110). Nesta seção, queremos insistir que a ênfase dada por Poulantzas a esse ponto repousa em outra questão que deve ser melhor esclarecida.

Conforme podemos observar do trecho a seguir, o autor de *PPCS* afirmou que o empirismo de Miliband conferia uma influência indevida aos princípios do adversários:

[...] Miliband às vezes deixa-se influenciar pelos princípios metodológicos do adversário. Como se manifesta essa influência? Com poucas palavras, diria que é visível nas dificuldades que encontra em compreender as classes sociais e o Estado como *estruturas objetivas*, e suas relações como um *sistema objetivo de conexões regulares*, uma estrutura e um sistema cujos agentes, “homens”, são segundo as palavras de Marx, “portadores” dele – “*träger*”. (POULANTZAS, 1982, p. 223, grifo do autor).

Essa pretensão é derivada da noção althusseriana de empirismo<sup>83</sup> herdada por Poulantzas. Aqui, é conveniente fazermos uma distinção entre as questões que foram discutidas até agora, especialmente sobre aquelas que estão incluídas no debate entre teoria e realidade, e as que Poulantzas trata como pertencentes a “problemática do sujeito”.

Essas duas questões estão relacionadas, precisamente, através do compromisso ontológico com o que se qualifica o “sujeito”, bem como com a maneira de enxergar o que concede primazia, epistemológica e ontológica, a tal entidade. No entanto, esse compromisso não traz consigo a posição que Poulantzas atribui a Miliband sobre a negligência deste último em tratar teoricamente os “fatos concretos”. (POULANTZAS, 1982, p. 222).

O que está em discussão não é nenhuma consequência lógica, nem implica a posição epistemológica empirista em relação ao enfoque de Miliband do concreto, mas sim uma pressuposição fundamental sobre a natureza da realidade social, relativamente independente dos demais problemas epistemológicos que vimos até o momento.

---

<sup>83</sup> A noção althusseriana de empirismo foi exposta de maneira mais detalhada logo no início do primeiro capítulo, na parte dedicada aos textos de Althusser que influenciaram *PPCS*.

É importante enfatizarmos que, por conta da independência relativa entre essas duas questões, devemos entender que nenhuma delas pode ser deduzida da outra. No entanto, como vimos, o uso que Miliband faz de alguns aspectos da metodologia empirista, como por exemplo, a observação de conexões sociais empíricas e a atribuição de uma capacidade explicativa a elas, colide com o tipo de explicação estruturalista que o próprio Miliband emprega em outros aspectos de sua argumentação<sup>84</sup>. (cf. BARROW, 2008, p. 96-99; GOLD; LO; WRIGHT, 1999, p. 27-28).

Indubitavelmente, o problema não está na referência que Miliband faz às conexões sociais, mas no fato delas receberem um poder explicativo indevido. Portanto, não estamos negando que Miliband conceda influência indevida a alguns dos princípios do adversário, como diz Poulantzas (POULANTZAS, 1982, p. 222). A questão é que, em relação a “problemática do sujeito”, a posição de Miliband não é apenas uma consequência lógica de suas concessões ao empirismo no debate entre teoria e realidade, como sugere Poulantzas na passagem acima citada. (LACLAU, 1978, p. 67-68).

É possível perceber como a teoria substantiva de Miliband é atingida através das afirmações de Poulantzas sobre a “problemática do sujeito”. Poulantzas enfatiza a preocupação de Miliband em questões como as motivações comportamentais, a origem social do pessoal e dos gestores do Estado, as predisposições ideológicas dos indivíduos e assim por diante. De acordo com Poulantzas, o fato de Miliband dedicar muita atenção a esses fatores, acaba deixando a impressão de que:

[...] para ele, as classes sociais ou “grupos” são de algum modo reduzíveis a *relação inter-pessoais*, que o Estado é reduzível a relações interpessoais dos membros dos diversos “grupos” que constituem o aparelho do Estado, e finalmente, que a relação entre classes sociais e o Estado pode, por sua vez, ser reduzida a relações inter-pessoais dos “indivíduos” que compõem os grupos sociais e os “indivíduos” que compõem o aparelho do Estado. (POULANTZAS, 1982, p. 223, grifo do autor).

De uma forma resumida, dissemos na discussão anterior que ao enfrentar as teses democrático-pluralistas tentando demonstrar que essas são falsas com base em “evidências empíricas”, a abordagem de Miliband se comprometeu com uma linguagem observacional neutra a respeito das teorias rivais, e com fatos isentos de teoria. Isso também pressupõe que a teoria política marxista é abstrata, no sentido de ser hipotética.

---

<sup>84</sup> Explicação esta que, como mencionamos na nota de rodapé de nº 62 desta dissertação, foi subestimada por diversos críticos de Miliband. (cf. BARROW, 2008, p. 99).

Outro aspecto empirista dessa abordagem, é que ela se baseia na observação de relações sociais empíricas, como por exemplo, as relações existentes entre os membros da elite burocrática e os membros de uma classe economicamente dominante, das quais é atribuído um importante poder explicativo. No entanto, na prática, em *ESC*, Miliband recorre, na maioria das vezes, ao seu próprio quadro teórico para constituir os fatos que demonstram que as teses democrático-pluralistas não se conformam com a realidade. (cf. MILIBAND, 1972).

Por outro lado, encontramos o problema relativamente independente da relação entre agente e estrutura. O texto de Miliband recorre a ambos tipos de explicações, porém, como vimos, em última análise, acaba dando primazia a noção de agente sobre a estrutura, e às explicações de um tipo voluntarista. Essa é a posição da qual os althusserianos se referem quando falam sobre a “problemática do sujeito”.

### 3 EMPIRISMO E ESTRUTURALISMO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS TEORIAS DE MILIBAND E POULANTZAS

Até o momento, examinamos o jogo recíproco entre cada uma das duas teorias sociológicas do Estado capitalista e suas respectivas concepções ontológicas e epistemológicas. Uma das hipóteses que temos adotado nesta dissertação é a de que os desacordos em nível substantivo das teorias de Miliband e Poulantzas, foram ocasionados pelas discrepâncias existentes no nível dos pressupostos. Neste capítulo esclarecemos melhor essa afirmação, destacando algumas das principais questões que demonstram as discrepâncias nas abordagens sobre o Estado capitalista, tanto em nível ontológico e epistemológico, quanto no que diz respeito à própria análise sociológica dos autores.

#### 3.1 Pressupostos ontológicos

Como começaremos nossa análise pelos pressupostos ontológicos adotados por Miliband e Poulantzas no desenvolvimento de suas teorias sociológicas sobre o Estado, destacaremos aqui três categorias que são fundamentais para a compreensão desse nível, quais sejam: “sujeito”, “totalidade” e “contradição”. De acordo com León Olivé, essas três categorias concebem características da sociedade que são universais em relação ao seu modo fundamental de existência, por isso são consideradas ontológicas. (OLIVÉ, 1985 p. 196).

Cada discurso sociológico desenvolvido pelos autores que examinamos nos dois primeiros capítulos adota uma posição a respeito dessas categorias. Isso não significa, contudo, que elas sejam utilizadas de maneira explícita por eles, tampouco que os referidos discursos adotem um ponto de vista positivo em relação a essas categorias.<sup>85</sup> Mais adiante, veremos que elas podem nem estar entre suas pressuposições, porém, nesse caso, tal ausência deve ser considerada significativa, pois acaba refletindo em seus discursos sociológicos. Começemos pelos pressupostos do discurso de Poulantzas.

---

<sup>85</sup> No primeiro capítulo, por exemplo, vimos que o discurso sociológico de Poulantzas é caracterizado por uma posição negativa em relação a “problemática do sujeito”, uma vez que ele rechaça qualquer tipo de concepção voluntarista em suas explicações sociológicas.

De uma forma resumida, podemos dizer que, em nível ontológico, o discurso sociológico de *PPCS* pressupõem os conceitos de “todo estruturado complexo com dominância”, “contradição estrutural” e; de forma derivada, conceitos como “causalidade estrutural”, “determinação em última instância” e “sobredeterminação”. (TARCUS, 1991, p. 24-25). A esse nível também podemos acrescentar o dualismo ontológico estabelecido pela distinção entre os objetos reais-concretos – aqueles que existem na realidade – e os objetos abstratos-formais, “[...] que não existem no sentido rigoroso do termo, mas que são a condição do conhecimento dos objetos reais-concretos [...]”. (POULANTZAS, 2019, p. 17). Contudo, para que Poulantzas pudesse constituir seus próprios conceitos de modo de produção e formação social<sup>86</sup>, vimos que os conceitos marxianos de modo de produção e de formação social foram transformados à luz de todos os conceitos que mencionamos no início deste parágrafo.

Diferentemente de Poulantzas, vimos no segundo capítulo que Miliband não desenvolveu de maneira explícita os pressupostos que foram adotados em seu discurso sociológico presente em *ESC*. Aqui, contudo, é importante fazermos duas observações em relação a essa afirmação, pois poderíamos simplesmente dizer que Miliband toma tais pressupostos de Marx. Em primeiro lugar, devemos notar que, quando o discurso sociológico de Miliband adota a teoria marxista como estrutura conceitual, indubitavelmente, as concepções marxianas são tomadas como pressupostos. Porém, como já mencionamos, em alguns aspectos de sua argumentação, ele acaba adotando pressuposições empiristas<sup>87</sup>. A segunda observação diz respeito à leitura que Miliband faz de Marx. Considerando que as concepções marxianas estão longe de serem claras, haja vista a existência de diversas correntes e linhas interpretativas do pensamento marxista, os próprios pressupostos de Miliband acabam não sendo estabelecidos de forma clara e livre de ambiguidades.

O que acabamos de dizer nos leva a esclarecer uma das questões mais discutidas no debate Miliband-Poulantzas<sup>88</sup>, qual seja: o problema que envolve a crítica que Poulantzas faz em relação à ausência de um quadro teórico que sirva de suporte para as teses de Miliband expostas em *ESC*. Vejamos essa questão.

---

<sup>86</sup> Para uma melhor compreensão dos conceitos poulantzianos de “modo de produção” e “formação social”, remetemos o leitor à seção 1.3 desta dissertação.

<sup>87</sup> Como vimos no segundo capítulo, essas concepções empiristas, muitas das vezes, são epistemologicamente incompatíveis com as concepções de Marx.

<sup>88</sup> Apesar de já termos mencionado essa questão no segundo capítulo, para uma melhor compreensão, repetiremos aqui de uma forma mais detalhada.

No segundo capítulo, vimos que Poulantzas afirma que uma das principais diferenças entre sua abordagem e a de Miliband era a maneira de lidar com os “fatos concretos”. Segundo Poulantzas: “[...] esses fatos somente podem ser rigorosamente – ou seja, demonstravelmente – compreendidos se forem explicitamente analisados com a ajuda de um aparato teórico constantemente empregado ao longo do texto.” (POULANTZAS, 2008, p. 108). Posteriormente, vimos que essa afirmação não estava bem fundamentada, já que Miliband trabalha os “fatos concretos” através de um quadro teórico em *ESC*. Ou seja, ao contrário do que Poulantzas acreditava, Miliband trata teoricamente os fatos. (TARCUS, 1991, p. 22-23). Apesar disso, podemos entender que a crítica de Poulantzas pode estar correta ao menos em um aspecto, qual seja: em relação aos pressupostos ontológicos.

O que acabamos de afirmar apresenta o seguinte problema: se é verdade que o discurso de Miliband não é claro em relação aos pressupostos ontológicos, isso não sugere que, afinal, tais concepções não sejam, necessariamente, pressupostas por discursos sociológicos? Ou, se de fato forem pressupostas por esses discursos, não poderia sugerir que tais pressupostos podem ser desprezados nesse aspecto?

Para respondermos essas questões, podemos utilizar a tese althusseriana que sustenta que a falta de elaboração teórica de conceitos é sempre significativa, pois sua ausência, ou sua má definição, abre caminho para que sejam adotadas concepções ideológicas da vida cotidiana<sup>89</sup>. (ALTHUSSER, 1979, p. 64-67). Com base nessa tese althusseriana, então, podemos afirmar que, de uma maneira ou de outra, os pressupostos ontológicos sempre são significativos, portanto, não podem ser desprezados.

Acreditamos que esse ponto de vista possa oferecer uma chave para resolvermos o problema que acabamos de ser levantar. Esclareceremos melhor essa questão através de uma referência específica à abordagem de Miliband.

Sustentar que a abordagem de Miliband carece de uma elaboração em nível ontológico, ou, nas palavras de Poulantzas, dizer que o texto de *ESC* não apresenta “[...] qualquer problemática teórica” (POULANTZAS, 2008, p. 110) a esse respeito, é o mesmo que afirmar que seu discurso sociológico pressupõe uma categoria de “sujeito” que não é historicamente concebida. É dizer que, em alguns pontos, o discurso de Miliband pressupõe uma categoria ambígua de “totalidade” (e que praticamente o mesmo pode ser dito em relação

---

<sup>89</sup> Como vimos no primeiro capítulo, Poulantzas adota essa concepção althusseriana. Em sua resenha crítica ao livro de Miliband, Poulantzas chega a afirmar que quando essa tarefa é negligenciada (a elaboração teórica de conceitos), a ideologia toma o lugar do problema científico ausente e, assim, o objeto da experiência (diferente do objeto real) acaba sendo dado pela ideologia, e não pela ciência. (POULANTZAS, 1982, p. 222-223).

à categoria “contradição”). Isso significa que, em alguns momentos, essas categorias estão presentes no discurso de Miliband com um significado que não é definido de forma clara, e que em outros momentos elas sequer aparecem no discurso sociológico do autor.

Para entendermos melhor esse ponto devemos nos lembrar de uma importante questão epistemológica examinada quando tratamos da teoria de Miliband.

No segundo capítulo, vimos que Miliband inicia sua linha de argumentação valendo-se das concepções estabelecidas pelas teses apresentadas pelos teóricos democrático-pluralistas. Admitindo que os conceitos manejados por esses teóricos são verdadeiros, Miliband tenta refutar as teses dos teóricos pluralistas comparando-as com os fatos. Contra essa concepção epistemológica, poderíamos dizer que a mesma está comprometida com uma compreensão atomística da realidade social, no sentido de ser constituída por uma série de acontecimentos únicos e isolados, conectados apenas por sua aparição em séries temporais sucessivas, ou em correlações mais ou menos claras observadas pelo sujeito cognoscente. Enquanto o discurso de Miliband se sujeitar a essas diretrizes, estará comprometido com uma concepção a-histórica de sujeito, cuja perspectiva não reconhece as categorias “totalidade” e “contradição”. (TARCUS, 1991, p. 22). Esse ponto de vista epistemológico, fundado nas pressuposições ontológicas que acabamos de mencionar, abre caminho para as análises sociológica de Miliband. Por exemplo, constitui o fundamento para se considerar que a tese que afirma que uma classe dominante economicamente também é a dominante em seu aspecto político, e que isso é possível de ser demonstrado quando se comprova que os membros dessa classe estão conectados com a elite do Estado.

Porém, também vimos no segundo capítulo que, em alguns pontos, o discurso de Miliband apresenta um deslocamento dessa sua perspectiva epistemológica, permitindo que a teoria marxista atue como quadro teórico responsável por fornecer conceitos. Como dissemos, ao contrário do que Poulantzas acredita, Miliband trata teoricamente os fatos em *ESC*. Além disso, esse quadro teórico introduz uma noção de “totalidade”, que pode ser observada quando Miliband faz alusão aos “imperativos” e as “restrições do sistema”<sup>90</sup>. Nesse sentido, podemos dizer que o discurso pressupõe uma categoria de “totalidade” que conduz a um tipo de explicação estrutural em nível sociológico<sup>91</sup>. (TARCUS, 1991, p. 23)

---

<sup>90</sup> Na seção 2.2 vimos como Miliband utiliza em seus argumentos explicações estruturalistas quando se refere aos limites impostos pelo sistema capitalista.

<sup>91</sup> Isso pode ser notado de forma mais clara na posição adotada por Miliband em sua obra *Marxismo e Política*.

Como vimos, essa linha de explicação estruturalista é diametralmente oposta ao tipo de explicação baseada nas correlações entre os agentes. Com isso não queremos dizer que essas correlações não são úteis do ponto de vista estruturalista, mas sim afirmar que o discurso de Miliband pode validar suas pretensões em relação aos “imperativos do sistema” ao supor a existência de um sistema como tal; o que, em um nível mais fundamental, demanda uma categoria de “totalidade”.

Esse tipo de explicação não é admitida pelos teóricos democrático-pluralistas. De acordo com os pressupostos adotados por esses teóricos, é perfeitamente legítimo estabelecer a existência de um certo número de correlações entre os agentes, contudo, afirmar se essas correlações são significativas ou não, e, especialmente, se elas podem ser consideradas como demonstrativos da existência de uma classe dominante – em oposição a um número de elites dominantes competindo entre si – é algo que depende de uma teoria (POULANTZAS, 1982, p. 222-223). Além disso, conforme bem esclarecido por Tarcus em uma passagem que já citamos nesta dissertação, mas que pela relevância repetiremos aqui:

Do ponto de vista dos pluralistas, é discutível que os fatos apresentados por Miliband apóiam a tese que ele quer provar. O problema não pode ser resolvido permanecendo no terreno dos pluralistas – como argumentou Poulantzas – porque eles podem alegar que os depoimentos são imprecisos, de modo que o problema será reduzido à necessidade de procurar mais e melhores 'depoimentos' para corroborar ou rejeitar a tese em questão<sup>92</sup>. (TARCUS, 1991, p. 23, tradução nossa)

Acreditamos que essa é a origem da necessidade de Miliband modificar sua abordagem – da epistemologia empirista à teoria marxista como quadro teórico –. Por isso, podemos dizer que os dois tipos de explicação (por correlação e estrutural) estão em níveis distintos, e, nesse sentido, são opostas.

Desse modo, conseguimos perceber o motivo pelo qual as categorias “totalidade” e “contradição”, algumas vezes, aparecem no discurso sociológico de Miliband, e outras vezes não. Assim, por exemplo, em sua linha empirista, não há uma noção pressuposta de uma realidade social contraditória. Porém, através da mudança do papel epistemológico exercido pela adoção da teoria marxista como quadro teórico responsável por fornecer conceitos,

---

<sup>92</sup> “Desde el punto de vista de los pluralistas, es discutible que los testimonios aducidos por Miliband sustenten las tesis que quiere probar. El problema no puede resolverse manteniéndose dentro del terreno de los pluralistas – como argumentó Poulantzas – pues ellos pueden alegar que los testimonios son inexactos, con lo que el problema se reducirá a una necesidad de buscar más y 'mejores' testimonios para corroborar o rechazar las tesis en cuestión.” (TARCUS, 1991, p. 23).

Miliband assume a noção marxista de “contradição”. Isso pode ser percebido mais facilmente na análise substantiva através da ênfase na luta de classes e na contradição entre “capital” e “trabalho”.

Podemos observar aqui, mais uma vez, a tensão entre os dois tipos de explicação (por correlação e estrutural), em que o antagonismo entre “capital” e “trabalho”, por conceber uma realidade social contraditória, não pode ser explicado através do primeiro tipo (por correlação).

Quanto a essa questão, vimos no primeiro capítulo que Poulantzas assume de maneira explícita a suposição de que a realidade social é inerentemente contraditória. Por outro lado, Miliband faz isso somente algumas vezes. Ademais, é interessante observarmos que, como visto no segundo capítulo, quando a teoria marxista tem a característica de teoria hipotética abstrata que deve ser testada empiricamente, a posição assumida pela abordagem de Miliband é a de que o caráter contraditório da realidade social tem que ser comprovado empiricamente (MILIBAND, 1972, p. 38).

O que está em jogo aqui é o *status* ontológico das contradições sociais. Algumas delas podem ser observadas empiricamente. Por exemplo, é possível provar que diferentes grupos de atores sociais entram em conflito por causa de suas distintas, e até mesmo antagônicas reivindicações; porém, que isso reflete ou deixa de refletir uma contradição dialética da sociedade, não pode ser decidido apenas em “termos empíricos”. De modo que, se as reivindicações em questão representam os interesses da classe burguesa e dos trabalhadores, respectivamente, então, o reconhecimento de que seu antagonismo reflita a contradição dialética entre o “capital” e o “trabalho”, acaba dependendo de uma teoria. A abordagem de Miliband não realiza o projeto de demonstrar empiricamente que a realidade social é contraditória em um sentido dialético. Pelo contrário, assume essa concepção ao recorrer à teoria marxista como quadro teórico para embasar suas teses.

Nesse ponto devemos lembrar como Miliband trabalhou seus pressupostos.

No segundo capítulo, vimos que existem duas linhas argumentativas distintas em relação aos pressupostos adotados em *ESC*, que correspondem a duas linhas argumentativas opostas no discurso sociológico substantivo de Miliband: (I) a linha empirista, que corresponde aos argumentos substantivos que se baseiam nas relações sociais entre os agentes (correlações entre agentes); e (II) a linha não empirista, que assume as categorias de “totalidade” e “contradição” para analisar a sociedade, o que conduz a argumentos que se apoiam nas “restrições estruturais” do sistema, como por exemplo a contradição entre

“trabalho” e “capital”. Isso mostra que, embora os discursos ontológicos e epistemológicos pressupostos pelo discurso sociológico sejam incoerentes, eles não deixam de afetá-lo.

A discussão anterior também sugere que, quando o discurso de Miliband acrescenta um ponto de vista empirista, categorias como “totalidade” e “contradição” não aparecem no seu discurso. Porém, mesmo quando essas duas categorias estão presentes através da adoção da teoria marxista como estrutura conceitual, não podemos dizer que elas são estabelecidas de maneira clara, pois, como é cediço, Marx não deixou nenhum texto suficientemente elaborado sobre dialética<sup>93</sup>. Por esse motivo que perguntamos se havia sentido sustentar que categorias inexistentes, ou mal elaboradas, poderiam afetar um texto sociológico substantivo<sup>94</sup>.

É nesse contexto que devemos refletir sobre a afirmação de que os pressupostos de Miliband não são elaborados de maneira suficiente em nível ontológico. Vimos que, como consequência dessa elaboração insuficiente, algumas vezes Miliband recorre às concepções empiristas, enquanto que em outros momentos adota categorias marxistas. Presumimos que isso não seria necessário se o autor tivesse desenvolvido de forma explícita essas categorias, ou se explicitamente tivesse se aproveitado de um conjunto de categorias melhor articuladas<sup>95</sup>.

Porém, devemos avançar mais nesse assunto, pois ainda temos que enfrentar a acusação de Poulantzas em relação à ausência de categorias na obra de Miliband. Naturalmente, pode-se fazer a objeção de que a ideia exposta no parágrafo anterior, se bem-sucedida, na melhor das hipóteses, demonstra a importância de se adotar categorias bem desenvolvidas que sirvam de pressupostos para um determinado discurso sociológico. Isso porque, ainda é possível que se faça a seguinte objeção: se um discurso não assume uma categoria específica, então, não faz sentido sugerir que uma categoria ausente seja importante para o discurso sociológico que se está produzindo.

Para lidarmos com essa objeção, devemos mencionar que pressupostos afetam discursos sociológicos impondo-lhes “limitações estruturais”, bem como “selecionando” e “mediando” (isto é, transformando) os conceitos que são incorporados a esses discursos,

---

<sup>93</sup> Como bem destacado por Décio Saes: “Althusser relembra que o projeto, anunciado por Marx em sua correspondência, de redigir um livro sobre a dialética jamais se concretizou. E o que restou a esse respeito, na obra de Marx, foi basicamente a tirada constante do Posfácio da segunda edição de *O Capital*: ‘A dialética, em Hegel, está de cabeça para baixo. É preciso invertê-la para descobrir, dentro do seu invólucro místico, o núcleo racional.’” (SAES, 2016, p. 119).

<sup>94</sup> Por fazerem referência à sociedade, os discursos sociológicos necessitam de categorias muito específicas. (“totalidade” e “contradição, por exemplo). Por isso, se essas categorias não forem trabalhadas de forma clara e específica, como vimos, o discurso sociológico acaba sendo ocupado por noções ideológicas. (ALTHUSSER, 1979, p. 64-67).

<sup>95</sup> Como fez Poulantzas com as teses trabalhadas por Althusser em *Por Marx e Ler O Capital*, por exemplo.

estabelecendo, assim, sua estrutura lógica. (WRIGHT, 1981, 16-18). Assim, quando afirmamos que em alguns momentos o discurso de Miliband não pressupõe a categoria “totalidade”, o que queremos dizer é que, ao longo da linha empirista de sua argumentação feita em *ESC*, não encontramos um conceito bem elaborado que explique a sociedade em sua totalidade. Ao invés de tal conceito, Miliband acaba se valendo de uma concepção ideológica<sup>96</sup>. De modo que o aspecto teórico que deveria ser ocupado pelo conceito que elabora a categoria de “totalidade”, é ocupado por uma vaga e ambígua noção de sociedade.

Presente também nas teorias democrático-pluralistas, essa noção é extraída das abstrações realizadas no decorrer da vida cotidiana, em que os sujeitos adquirem, de uma forma ou de outra, noções vagas a respeito da sociedade. Diferente de Poulantzas, que começa sua exposição esclarecendo aqueles conceitos que englobam a sociedade como um todo<sup>97</sup>, Miliband parte de uma concepção que entende o Estado como um conjunto de instituições. Em suas próprias palavras: “[...] o «Estado» significa um número de determinadas instituições que em seu conjunto constituem a sua realidade [...]. (MILIBAND, 1972, p. 67). Sendo essa uma concepção da vida cotidiana.

Em relação a ausência da categoria “contradição” como pressuposto da linha empirista do discurso de Miliband, vimos que isso tem consequências sobre os tipos de explicações que podem aparecer ou não em seu discurso. Ao não permitir explicações desse tipo, a inexistência de uma categoria como “contradição”, acaba por estabelecer “limitações estruturais” ao discurso sociológico; por isso é importante o processo de produção desse discurso.

Em suma, a discussão anterior explicou que os pressupostos ontológicos de Miliband foram elaborados de forma insuficiente. Nesse sentido, como vimos, até certo ponto Poulantzas está correto quando afirma que a “problemática” de Miliband está insuficientemente elaborada<sup>98</sup>. Contudo, ainda que seja incoerente, e apresente conceitos pouco elaborados, o discurso ontológico pressuposto pelo discurso sociológico de Miliband acaba sendo importante para a produção deste último.

---

<sup>96</sup> Ideológico porque, na concepção althusseriana, um autocompreensão positivista das ciências sociais é ideológica. Nesse caso, o que está implícito é uma concepção empirista de um corte positivista.

<sup>97</sup> Como exemplo disso, podemos mencionar o conceito de modo de produção de Poulantzas. Como vimos seção 1.3, esse conceito é encarado como um “todo complexo com dominância”.

<sup>98</sup> No artigo intitulado *O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau*, Poulantzas chega a afirmar que os textos de Miliband “são marcados pela ausência de qualquer problemática teórica.” (POULANTZAS, 2008, p. 107).

### 3.2 O *status* epistemológico das teorias de Miliband e Poulantzas

Já indicamos que a influência das categorias epistemológicas nas teorias e análises sociológicas substantivas é dupla. Por um lado, elas estabelecem seu *status* epistemológico, por outro, categorias epistemológicas podem afetar logicamente as teorias substantivas<sup>99</sup>. Iniciando pela teoria de Miliband, nesta seção focaremos nossas atenções ao primeiro aspecto (estabelecimento do *status* epistemológico).

Se adotarmos a perspectiva empiristas da abordagem de Miliband, então sua teoria nos é apresentada como uma hipótese abstrata que deve ser corroborada ou refutada à luz dos fatos. No discurso exposto em *ESC*, estão presentes as teses abstratas que compõem a teoria abstrata e nos fornece os dados que confirmam as teses de Miliband, e a falsidade das teorias democrático-pluralistas. Como vimos, isso significa que ele entende que existe uma teoria sobre o Estado capitalista na obra de Marx, faltando apenas o seu cotejamento com a realidade<sup>100</sup> – o que é uma abordagem positivista da teoria. Porém, esse ponto de vista é abandonado quando a teoria marxista atua como estrutura conceitual. O *status* epistemológico da teoria é modificado, e ela passa a funcionar como pré-condição que torna possível a constituição de fatos, à luz dos quais as teorias democrático-pluralistas são refutadas.

Esse aspecto da abordagem de Miliband é semelhante ao de Poulantzas. Já vimos que, para este último, a construção do conceito de MPC, por exemplo, é a pré-condição que abre a possibilidade para a produção do conhecimento das formações sociais capitalistas. (POULANTZAS, 2019, p. 21-26). No entanto, a abordagem desses dois autores são distintas no que tange as suas concepções em relação a verdade, a cientificidade e ao modo de validação das teorias. Poulantzas, por exemplo, seguindo a epistemologia althusseriana, atribui os critérios de cientificidade de um discurso à noção de “problemática”, de modo que, para ele, o problema em relação à validade se reduz à verificação da coerência e da correta elaboração dessa “problemática”. (POULANTZAS, 2019, p. 22-23). Por sua vez, Miliband

---

<sup>99</sup> Ocorre este caso quando tais categorias são transferidas para a teoria substantiva na forma de conceitos sociológicos. Por vezes, tais conceitos são colocados na base da teoria, de modo que os conceitos sociológicos incorporados posteriormente acabam se sujeitando às relações lógicas já estabelecidas pelas categorias epistemológicas que ocupam posições privilegiadas. (OLIVÉ, 1985, p. 216).

<sup>100</sup> Devemos lembrar que Miliband estava convencido de que a tese central e a estrutura conceitual da teoria política marxista foram efetivamente estabelecidas, por isso, segundo ele, os marxistas precisavam fazer um trabalho mais empírico, procedendo uma análise histórica dos Estados nas sociedades capitalistas para fornecer conteúdo concreto às teorias e conceitos teóricos já delimitados. (MILIBAND, 1972, p. 16-18).

entende que uma teoria deve ser sempre científica, mas isso não constitui, de forma alguma, que exista uma garantia de verdade. Essa abordagem, mesmo de acordo com suas diretrizes não-empiristas, admite a observação de dados que possam rechaçar uma teoria, porém, esse ponto de vista reconhece que tais dados foram selecionados, reunidos, interpretados, e construídos, através de uma estrutura que inclui a teoria em questão e seus pressupostos.

Assim, podemos dizer que cada autor compreende de forma distinta sua abordagem. Como já mencionamos, enquanto Miliband entende que Marx desenvolveu uma teoria do Estado propriamente dita; Poulantzas entende que tal teoria não existe na obra de Marx<sup>101</sup>, por isso considera que seu próprio trabalho é um esforço para tentar suprir essa lacuna.

Apesar dessas diferenças, ainda é possível enxergarmos nas abordagens de Poulantzas e Miliband casos particulares que fazem parte de um único esquema epistemológico. Com essa finalidade, apresentaremos agora uma importante característica da abordagem de Poulantzas que demonstra essa questão.

Como vimos no primeiro capítulo, Poulantzas pretende que sua teoria seja científica. Em sua concepção, suas afirmações são válidas porque sua “problemática” é científica. Certamente, esse é um dos aspectos mais controvertidos de sua posição, pois esse tipo de abordagem exclui o problema de estabelecer uma correspondência entre a teoria e a realidade concreta. É importante ressaltarmos que a teoria é construída no mesmo processo através do qual, de acordo com o ponto de vista de Poulantzas, as entidades abstratas-formais são forjadas no pensamento, de modo que a teoria se refere a essas entidades. Esses objetos são puramente formais. A correspondência é garantida pelo mesmo processo em virtude do qual a teoria e os objetos foram construídos. (POULANTZAS, 2019, p. 17-20).

No entanto, Poulantzas pretende que sua abordagem através da construção da teoria e dos objetos abstratos-formais, leve à produção de um conhecimento científico da realidade concreta. O que é importante destacarmos aqui é que, por si só, a teoria não transmite o conhecimento do objeto real, e de acordo com essa interpretação, Poulantzas não afirma o contrário. A única coisa que o autor pretende é que a teoria se refira a objetos abstratos-formais e, portanto, não faz sentido levantar o problema da relação ente teoria e objeto real.

Contudo, essa teoria – objeto abstrato-formal – conduz à produção de conhecimento da realidade concreta, quando é utilizada como instrumento do trabalho teórico que tem por

---

<sup>101</sup> No texto de *O problema do Estado capitalista*, Poulantzas faz a seguinte afirmação: “[...] especialmente em se tratando de um assunto como a teoria do Estado, onde, como vimos, a teoria marxista precisa ainda ser criada.” (POULANTZAS, 1982, p. 222).

finalidade transformar informações sobre objetos concretos em conhecimento científico. Sua cientificidade deriva do fato de sua produção se originar pela aplicação de uma teoria científica, que, por sua vez, tem sua cientificidade assegurada pelas “formas” presentes na “problemática”. Temos aqui, nada menos do que as generalidades althusserianas – I, II e III –, onde: a generalidade I corresponde ao conhecimentos pré-científico (matéria-prima da prática teórica); a generalidade II diz respeito à teoria científica; e a generalidade III ao produto ou conhecimento científico do objeto concreto. (ALTHUSSER, 2015, p. 149-150; POULANTZAS, 2019, p. 36)

No presente contexto, o que devemos destacar é que o conhecimento do objeto concreto é obtido através da transformação da matéria-prima em um discurso que supostamente comunica o conhecimento do objeto real. Agora, portanto, faz sentido levantarmos a questão que envolve sua relação com o objeto real. Como vimos no primeiro capítulo, é justamente nessa questão que o projeto althusseriano apresenta uma maior dificuldade, pois nesse ponto não é mais possível levar sua análise adiante. Contudo, como vemos agora, essa relação entre o discurso que foi produzido e o objeto real não pode ser deixada de lado. Apesar disso, a escola althusseriana, e em particular Poulantzas, tiveram que abandonar essa relação por causa de suas concepções sobre validade e veracidade do objeto de conhecimento que se satisfazem com meros procedimentos formais a “nível de pensamento”. (TARCUS, 1991, p. 24).

Apesar dessas dificuldades, a abordagem de Poulantzas ainda permite um número limitado de análises distintas de objetos concretos, ainda que seja empregada a mesma teoria científica para produzi-los. As discrepâncias podem ocorrer por conta das diferenças originadas na matéria-prima. Não é difícil pensarmos em fatores que podem afetar a matéria-prima disponível em um determinado momento de sua análise. As informações sobre uma determinada formação social, por exemplo, podem variar de acordo com a atmosfera política. Sob essa perspectiva, a teoria pode ser considerada irreversível, mas as análises concretas serão sempre passíveis de revisão.

Para finalizar esta seção, voltemos à comparação entre as abordagens de Poulantzas e Miliband para apontar uma de suas principais diferenças.

Como já mencionamos, em suas primeiras obras de grande expressão, esses dois marxistas construíram suas próprias teorias do Estado capitalista. As duas teorias, no entanto, não são apenas substantivamente diferentes, elas sustentam diferentes compreensões acerca de

uma teoria marxista do Estado<sup>102</sup>. Podemos ver essas duas abordagens através do mesmo esquema, qual seja: matéria-prima selecionada e transformada pela teoria para produzir uma análise substantiva concreta. Como Miliband toma por certa a existência de uma teoria marxista do Estado, ele restringe seu trabalho teórico a uma releitura de Marx no interior do próprio marxismo, (DUHALDE, 2009, p. 83) e passa a produzir suas análises substantivas transformando uma matéria-prima que contém informações sobre as formações sociais do capitalismo avançado. Poulantzas, por outro lado, entende que não existe uma teoria marxista do Estado, por esse motivo entende que seu principal objetivo é produzir tal teoria.

De uma forma bastante resumida, podemos dizer que essa é uma das principais diferenças entre as obras *ESC* e *PPCS*.

### 3.3 As teorias sociológicas do Estado capitalista de Miliband e Poulantzas

Passemos agora a comparar as análises sobre o Estado capitalista de Miliband e Poulantzas em um nível substantivo. Para isso, primeiramente, devemos lembrar que as análises desses dois marxistas envolvem três grandes níveis: a teoria social geral, a teoria do capitalismo e, por último, a teoria do Estado capitalista propriamente dita. Como vimos, tanto para Miliband quanto para Poulantzas, o último nível depende dos dois primeiros. No entanto, apesar dessa dependência, ambos consideram que uma teoria do Estado capitalista deve ser relativamente independente de uma teoria geral da sociedade capitalista.

Nosso interesse reside nos desacordos desses autores no nível de suas análises sociológicas do Estado. O ponto que pretendemos estabelecer é o de que, a estrutura lógica de suas análises, o tipo de explicação e os conceitos substantivos manejados por esses dois autores, são epistemologicamente dependentes de seus pressupostos<sup>103</sup>. No nível do Estado, concentraremos nossa atenção às concepções sobre sua natureza, funções, autonomia e do papel desempenhado no processo de legitimação desse tipo de sociedade.

---

<sup>102</sup> Partindo das discussões empreendidas nos dois primeiros capítulos, na próxima seção daremos ênfase às diferenças substantivas existentes entre as duas teorias.

<sup>103</sup> Como vimos nos dois primeiros capítulos, e de forma mais específica, nas duas seções anteriores, seus pressupostos são distintos em aspectos bastante relevantes.

Primeiramente, devemos esclarecer que ambos concebem o Estado como parte ou elemento de uma sociedade capitalista. Além disso, ambos também concordam que devem elaborar suas teorias com base na concepção que entende a sociabilidade capitalista como uma “totalidade” (Poulantzas), ou conforme uma elaboração insuficiente de tal concepção (Miliband). Essa concepção, por sua vez, é afetada pelos principais eixos da teoria social. Expliquemos melhor essa afirmação.

Em *PPCS*, Poulantzas produz de maneira explícita conceitos com a finalidade de compreender a sociedade capitalista como um “todo-complexo-contraditório”. Para isso, como vimos no primeiro capítulo, ele teve que se valer de conceitos como os de modo de produção e de formação social<sup>104</sup>.

Diferentemente de Poulantzas, Miliband não produziu em seu discurso um conceito explícito de formação social (como totalidade). Em *ESC*, conceitos como esse foram retirado diretamente dos textos de Marx, uma vez que, ao contrário de Poulantzas, Miliband não fez nenhuma transformação deliberada nessa matéria-prima. (cf. MILIBAND, 1972). De modo que, conforme mencionamos, as noções ideológicas acabaram preenchendo as lacunas deixadas no nível das concepções por ele adotadas. Isso nos ajuda a compreender o motivo de Miliband iniciar seu discurso sobre a natureza do Estado capitalista sem qualquer nova elaboração, além da mera apresentação desta segundo o ponto de vista dos atores sociais inseridos na sociedade capitalista, qual seja, a percepção do Estado apenas como um corpo de instituições<sup>105</sup>.

O motivo desse desacordo pode ser resumido da seguinte maneira: como Poulantzas conceitua formação social como totalidade, ele é levado a conceber a natureza do Estado como parte integrante do sistema capitalista, ou das formações sociais capitalistas, como formações dominadas pelo MPC. Para Miliband, é inequívoco que o Estado é um elemento da sociedade capitalista, porém, como vimos, seu discurso preserva uma concepção vaga de sociedade, ou, mais precisamente, uma noção ideológica, derivada dos discursos do senso comum. Miliband deveria ter sido mais claro, uma vez que o conceito de modo de produção, base da teoria de Poulantzas, é construído em virtude de processos dos quais seus

---

<sup>104</sup> Lembramos que os conceitos de modo de produção e formação social de Poulantzas foram tratados de maneira detalhada na seção 1.3 desta dissertação.

<sup>105</sup> Estamos nos referindo ao tipo de entidade que se acredita ser o Estado, não suas funções. Neste ponto, Miliband não adota a concepção ideológica que acredita que o Estado é o guardião dos interesses comuns do povo.

pressupostos exercem grande influência. Por sua vez, vemos agora que esses conceitos estabelecem limites para a construção dos conceitos de Estado capitalista.

Da mesma forma, a ausência de um conceito bem definido, análogo ao conceito de modo de produção desenvolvido por Poulantzas, é significativa para a construção do conceito de Estado. Esperamos que isso possa esclarecer o significado da afirmação que fizemos anteriormente, que diz que cada abordagem concebe o Estado como elemento da sociedade capitalista conforme a concepção prévia de sociedade capitalista. Dessa forma, começamos a enxergar a dependência que as análises sociológicas substantivas do Estado capitalista possuem sobre os pressupostos examinados ao longo desta dissertação.

Um raciocínio semelhante pode nos ajudar a traçar outras diferenças. Por exemplo, tanto Miliband quanto Poulantzas partem do conceito de luta de classes para desenvolverem suas teorias do Estado capitalista. Como vimos nos dois primeiros capítulos, ambos – ainda que Miliband de forma ambígua<sup>106</sup> – concebem a luta de classes como parte do modo de existência de uma sociedade capitalista. Isso requer um pressuposto que assuma uma concepção de realidade como essencialmente contraditória, pois estabelece o vínculo entre a questão substantiva – no nível da teoria do Estado – e um pressuposto fundamental.

Nas análises sobre as funções do Estado na sociedade capitalista, Miliband e Poulantzas coincidem em dar grande importância ao papel do Estado em um contexto de luta de classes e de proteção aos interesses da burguesia. No entanto, quando examinamos de forma mais detalhada, observamos que os conceitos utilizados em suas análises sociológicas, bem como as explicações oferecidas por suas teorias, são bastantes distintas, tanto em seu conteúdo, quanto em sua forma de apresentação. Como já expomos essa questão nos dois primeiros capítulos, neste momento gostaríamos apenas de destacar alguns dos principais desacordos existentes nas teorias desses dois autores marxistas, além de indicar como essas diferenças estão diretamente vinculadas aos pressupostos adotados em suas obras.

Em relação a teoria de Poulantzas, tanto a questão sobre o papel do Estado e suas funções na sociedade capitalista, como o problema de sua autonomia, dependem do conceito de modo de produção elaborado pelo autor. Além disso, logicamente, também dependem de toda uma gama de concepções que já foram examinadas no primeiro capítulo. Exploraremos aqui um pouco mais essas questões.

---

<sup>106</sup> Por isso mencionamos na seção 3.2 que Miliband elabora seus pressupostos ontológicos de forma insuficiente.

No primeiro capítulo, dissemos que para responder especificamente a questão que envolve a “problemática do sujeito”, na qual Poulantzas coloca a estrutura acima do sujeito<sup>107</sup>, sua teoria assume que a realidade social é composta por um conjunto de estruturas e de práticas. Em conexão com as categorias “totalidade” e “contradição”, sua teoria propõe um conceito de MPC como uma articulação de níveis contraditórios, onde cada nível é composto por uma estrutura e por uma prática. De acordo com Poulantzas, cada nível é “sobredeterminado” pelo resto das instâncias, e a articulação de níveis como totalidade é determinada, em última instância, pelo econômico; que, nesse caso, também é a instância dominante. (POULANTZAS, 2019, p. 17-18). Foi a partir disso que Poulantzas derivou uma concepção estrutural funcional da explicação científica, em que “[...] a operação de constituição de uma estrutura regional como objeto de ciência” (POULANTZAS, 2019, p. 19), como por exemplo, o Estado demandaria uma especificação de suas articulações com outros níveis do MPC, bem como a especificação de sua estrutura interna.

Está claro, então, que existe apenas um campo limitado de possibilidades para a concepção da natureza do Estado, suas funções e autonomia. De acordo com as concepções que acabamos de recapitular, Poulantzas concebe o Estado como uma estrutura política do MPC. Segundo o modo estrutural e funcionalista de explicação dada por seu esquema, “[...] o Estado possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social.” (POULANTZAS, 2019, p. 46, grifo do autor). E, como a questão da autonomia do Estado assume, pelo menos em parte, a forma de uma autonomia em relação às demais estruturas do MPC, ela é entendida como uma estrutura em um campo de estruturas articuladas.

Também vimos no primeiro capítulo que, em última análise, Poulantzas concebe a esfera das práticas como o campo da luta de classes. Considerar isso como um nível fundamental, como faz Poulantzas, requer também a pressuposição de uma contradição estrutural. Dessa maneira, surge a questão que envolve a relação entre o Estado e o campo da

---

<sup>107</sup> De acordo com Perry Anderson, a natureza das relações entre estrutura e sujeito constituiu um dos pontos fundamentais do materialismo histórico enquanto explicação do desenvolvimento das sociedades. Nas palavras do marxista britânico: “Podemos ver isso imediatamente ao refletir sobre a permanente oscilação, a potencial disjunção nos próprios escritos de Marx entre sua atribuição do papel de motor primário da transformação histórica à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, de um lado – pense-se na famosa ‘Introdução’ de 1859 da *Contribuição à crítica da economia política* –, e, de outro, à luta de classes – pense-se no *Manifesto comunista*. A primeira refere-se essencialmente a uma realidade estrutural ou, mais propriamente, interestrutural: a ordem daquilo que a sociologia contemporânea chamaria de integração sistêmica (ou, para Marx, desintegração latente). A segunda refere-se às forças subjetivas em conflito e confronto pelo domínio das formas sociais e processos históricos: âmbito daquilo que a sociologia contemporânea chamaria de integração social (que é igualmente desintegração ou reintegração).” (ANDERSON, 2004 p. 168-169, grifo do autor).

luta de classes. Por mais insatisfatório que seja o tratamento substantivo dessa questão em *PPCS*, ao recorrer à causalidade e à explicação estrutural, em oposição ao tipo de explicação voluntarista (centrada no agente), e à causalidade em termos de regularidades e conexões empíricas, Poulantzas pode permanecer consistente com seus pressupostos.

De fato, nesse nível de explicação identificamos conflitos entre as teorias de Miliband e Poulantzas. Por exemplo, como vimos no segundo capítulo, para Miliband, a questão da autonomia do Estado assume a forma da relação existente entre a elite estatal, o pessoal do Estado, e os membros da classe dominante. Na qualidade de atores sociais distintos, esses grupos são autônomos, mesmo quando as funções primordiais do Estado – a proteção dos interesses da classe dominante – são asseguradas, primeiro, pelo fato de seu pessoal ser recrutado entre as classes média e alta<sup>108</sup>, e, segundo, porque a classe economicamente dominante possui uma série de recursos que possibilitam impor sua vontade a esse nível político. Na verdade, é precisamente isso que a constitui como classe dominante.

Não é por acaso que mencionamos a noção de “vontade” de uma classe. Na verdade, o que queremos ressaltar aqui é que a teoria de Miliband admite certos números de conceitos, e oferece uma série de explicações que não podem aparecer na teoria de Poulantzas, sob pena de torná-la incompatível com seus pressupostos. De modo que, Miliband pode se referir tanto ao “poder de Estado” como ao “poder de classe”<sup>109</sup>, pois, em sua teoria, o poder é algo que pertence aos grupos de atores sociais. (MILIBAND, 2008, 97-100). Para Poulantzas, diferentemente de Miliband, “poder de Estado” não é um conceito propriamente dito, pois o Estado é uma estrutura, e o poder concerne, unicamente, ao campo da luta de classes. (POULANTZAS, 2019, p. 115-116). Em relação ao “poder de classe”, já examinamos no primeiro capítulo a tentativa de Poulantzas desenvolver um conceito estruturalista de poder. Apesar disso, independentemente de quaisquer que sejam os defeitos de sua intenção, fica claro que sua teoria está em conflito com a concepção voluntarista presente nas análises de Miliband.

Acreditamos que esses comentários são suficientes para demonstrar que as teorias substantivas de Miliband e Poulantzas são diferentes em aspectos significativos, e que para reconciliá-las seria necessário fazer mudanças não apenas no nível dos conceitos substantivos

---

<sup>108</sup> Como vimos na seção 2.3, Miliband entende que o pessoal do Estado atua em benefício dos detentores do poder econômico. Isso porque, de acordo com suas análises, a elite estatal é extraída das mesmas classes (média e alta) que se originam os membros da elite empresarial.

<sup>109</sup> Miliband destinou um tópico específico de seu artigo *Poulantzas e o Estado capitalista* para discutir as questões que envolvem o “Poder de classe” e o “Poder de Estado”.

sociológicos, mas também no nível dos princípios extradiscursivos (sociológicos) adotados por eles.

Devemos acrescentar, no entanto, com base em um esquema já descrito neste capítulo<sup>110</sup>, que se fizermos uma distinção entre a teoria do Estado propriamente dita e a análise do Estado nas formações sociais capitalistas – aplicando à teoria informações sobre essa formação social –, então, o que afirmamos, até o momento, é que as teorias presentes nos textos de Miliband e Poulantzas são diferentes. Porém, em grande medida, as proposições teóricas expostas pela análise de Miliband não são incompatíveis com a teoria de Poulantzas.

Tentaremos ilustrar o que acabamos de dizer com um exemplo. Como vimos no segundo capítulo, Miliband afirma que nas sociedades capitalistas avançadas as classes economicamente dominantes também exercem a dominação política. Para demonstrar isso, o marxista britânico fornece dados empíricos, que em nada contrariam a teoria de Poulantzas. Além disso, também conseguimos observar que Miliband estava mais preocupado em demonstrar a existência de um certo “estado de coisas” nas sociedades capitalistas.

Até mesmo do ponto de vista de Poulantzas, esse procedimento empreendido por Miliband foi encarado como um “conhecimento positivo”. Nas palavras do marxista greco-francês:

**Expondo rigorosamente uma quantidade enorme de material empírico** no seu exame das formações sociais concretas dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha ou Japão, não só aniquila completamente as ideologias burguesas do Estado, como nos **transmite um conhecimento positivo**, que essas ideologias jamais puderam produzir. (POULANTZAS, 1982, p. 221, grifo nosso).

O problema surge, no entanto, na conexão com o *status* teórico da tese que está sendo testada. Miliband dá a entender que a referida tese é de fato teórica, no sentido de pertencer a uma teoria científica, além de ter poder explicativo. Já para Poulantzas, a tese de Miliband não é nem cientificamente teórica, isto é, não pode ser considerada como uma tese que pertença a uma teoria científica do Estado capitalista, nem tem poder explicativo nesse nível teórico. Naturalmente, esse desacordo depende inteiramente do que se entende por teoria e explicação científica, além da forma como essas estão relacionadas com o real concreto. Portanto, tal desacordo se reduz a um conflito de pressupostos.

---

<sup>110</sup> Estamos nos referindo à seção 3.2.

Veremos agora os desacordos envolvendo a questão da autonomia relativa do Estado, mas, antes disso, recordaremos alguns pontos importantes em relação a essa questão na teoria de Poulantzas.

No primeiro capítulo, vimos que para Poulantzas a separação entre o político e o econômico não é apenas uma característica invariável do MPC. No texto de *PPCS*, tal separação é epistemologicamente significativa para o desenvolvimento de sua teoria, pois é justamente a autonomia desses dois níveis (político e econômico) que torna possível a constituição de uma teoria regional do político, isto é, uma teoria do Estado no MPC. (POULANTZAS, 2019, p. 32).

Vimos também que a abordagem de Poulantzas é estruturalista<sup>111</sup>, já que suas pressuposições estão fundamentadas em conceitos como os de “todo estruturado complexo com dominância”; “contradição estrutural”; “causalidade estrutural” e outros conceitos semelhantes. (TARCUS, 1991, p. 24-25). De fato, em sua teoria domina uma forma de explicação estruturalista. É por isso que vemos no texto de Poulantzas, por exemplo, menção às classes sociais como um efeito das estruturas no campo das relações sociais. Enfim, a separação do Estado da economia é explicada em termos de estrutura do nível econômico (separação do produtor direto em relação aos meios de produção). (POULANTZAS, 2019, p. 125-136).

Apesar disso, podemos dizer que *PPCS* é incompleto. Isso porque, após uma descrição detalhada da estrutura do nível econômico no MPC, Poulantzas sustenta que todas as instâncias são constituídas por certos elementos, e que a construção correta de um conceito implica na descrição da articulação desses elementos (POULANTZAS, 2019, 28-31); contudo, como dissemos no primeiro capítulo, o autor acaba não dizendo quais são esses elementos da estrutura política.

Após lembrarmos alguns pontos em relação a questão da autonomia do Estado em *PPCS*, voltemos à nossa principal preocupação no momento, qual seja: a de explicar que as

---

<sup>111</sup> Apesar da primeira fase do pensamento de Poulantzas ser sempre associada a essa perspectiva, tanto ele quanto Althusser fizeram um grande esforço para se desvincularem do estruturalismo Francês. No artigo *O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau*, inclusive, ao negar de forma explícita que suas obras eram estruturalistas, Poulantzas expõe toda a ambiguidade que cerca o termo “estruturalismo”. (POULANTZAS, 1982, p. 113-117).

Quanto a essa ambiguidade, o epistemólogo Raymond Boudon afirma que, em última análise “[...] estrutura ou não é nada ou é uma hipótese científica” (BOUDON, 1974, p. 109), e o estruturalismo considera que “[...] a estrutura de um sistema é sempre o resultado de uma teoria hipotético-dedutiva aplicada a este sistema, certas pressões (*contraintes*), impostas pela natureza particular do material examinado, fazem com que esta teoria possa assumir formas lógicas muito diversas.” (BOUDON, 1974, p. 59).

formas de autonomia relativa são distintas nas teorias de Miliband e de Poulantzas, e que os motivos para isso podem ser encontrado em seus pressupostos.

Como vimos no primeiro capítulo, para Poulantzas o conceito de “autonomia relativa” não fornece apenas o fundamento epistemológico de sua teoria. Em um nível substantivo, tal autonomia é arraigada nas instâncias estruturais do MPC, sendo esse modo de argumentação fundamentado pela base estruturalista fornecida pelos seus pressupostos.

Poulantzas produz seu próprio conceito de “modo de produção” tomando como matéria-prima o conceito produzido por Marx, e efetuando as transformações necessárias de acordo com suas próprias concepções. (POULANTZAS, 2019, p. 25-26). De forma diferente da empreendida por Poulantzas, Miliband trabalha com o conceito de Marx diretamente. Além disso, como já mencionamos anteriormente, em nível epistemológico, os dois autores pressupõem a autonomia do Estado como possibilidade para o desenvolvimento de uma teoria do Estado capitalista.

Por fim, examinaremos agora algumas das principais divergências em relação ao processo de legitimação da sociabilidade capitalista.

No primeiro capítulo, vimos que Poulantzas relaciona a produção de ideologias legitimadoras do sistema capitalista à separação entre o produtor direto e os meios de produção, isto é, às características estruturais do nível econômico. Isso produz o que o autor denomina de “efeito de isolamento”, que, entre outras consequências, permite conceber ideologicamente o mercado como um sistema de trocas entre iguais, entre o trabalho assalariado e o capital. (POULANTZAS, 2019, p. 130-131). De acordo com Poulantzas “[...] esse efeito de isolamento é de uma importância capital, especialmente por ocultar aos agentes da produção, em sua luta econômica, suas relações de classe.” (POULANTZAS, 2019, p. 131).

Seguindo as concepções de Marx, Miliband argumenta que o MPC tem a capacidade de disfarçar a natureza exploratória de suas relações de produção, pois faz parecer que esta é baseada em trocas livres e iguais. (MILIBAND, 1979, p. 47). Dessa forma, ele compartilha com Poulantzas a ideia do importante papel desempenhado pelo mercado. Ainda de acordo com Miliband, a capacidade de disfarce do MPC se origina de sua própria natureza, que, segundo ele, foi corretamente revelada por Marx, cujas análises são válidas até mesmo para o capitalismo em sua forma avançada. (MILIBAND, 1979, p. 48).

No entanto, não foi isso que Miliband analisou em *ESC* no capítulo intitulado “O processo de legitimação”<sup>112</sup>. Como vimos no segundo capítulo, nessa parte ele deu mais atenção aos mecanismos que operam para reproduzir e impor as crenças comuns presentes na sociabilidade capitalista. Por exemplo, analisando os meios de comunicação de massa, o poder judiciário e a escola, Miliband tenta demonstrar como essas entidades são controladas pelos membros da classe dominante. Uma das motivações de Miliband adotar essa estratégia, foi a de demonstrar a veracidade da hipótese de que na sociedade capitalista a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante.(MILIBAND, 1972, p. 221).

Nesse ponto, nos deparamos com uma questão que já examinamos<sup>113</sup>. Do ponto de vista de Poulantzas, tudo isso que foi levantado por Miliband é perfeitamente aceitável, e pode ser considerado como um “conhecimento positivo”, pois cumpre um papel político e ideológico muito importante; contudo, segundo Poulantzas, isso não constitui um conhecimento científico. Para ele, a tese mencionada no parágrafo anterior não é científica pois, se o propósito de Miliband fosse produzir um conhecimento verdadeiramente científico, metodologicamente, ele deveria iniciar seu discurso forjando os conceitos científicos necessários. (POULANTZAS, 1982, p. 221-223; POULANTZAS, 2008, p. 108).

Assim, encontramos novamente um caso em que Miliband opera apenas no nível das análises, e não no nível da teoria, isto é, trata do processamento de dados<sup>114</sup>e informações sobre as sociedades capitalistas avançadas, tomando como correta a teoria sociológica de Marx; enquanto que para Poulantzas tal teoria é inexistente. Apesar dessa distinção, não devemos negligenciar as diferenças de forma e de conteúdo em nível teórico. Somente para lembrarmos um exemplo que mostra um confronto duplo no nível das pressuposições, e está presente nos argumentos sobre a legitimação do sistema, podemos mencionar o argumento de Miliband que explica as conexões entre os membros da classe dominante e aqueles que controlam a mídia de massa. (MILIBAND, 1972, p. 266-290). Procedendo dessa maneira, Miliband acaba aceitando explicações em termos de regularidades e correlações, ao mesmo tempo em que expõe um ponto de vista voluntarista; o que se choca com as explicações estruturais assumidas por Poulantzas.

Ainda em relação ao processo de legitimação do sistema, cabe trazeremos uma última informação adicional em relação ao texto de *PPCS*.

---

<sup>112</sup> Os capítulos 7 e 8 de *ESC* são denominados de “O processo de legitimação – I e II”, respectivamente.

<sup>113</sup> Estamos nos referindo à seção 3.2.

<sup>114</sup> Como vimos no segundo capítulo, os dados utilizados por Miliband são selecionados e constituídos através de um quadro teórico.

Como vimos no primeiro capítulo, para Poulantzas, a ideologia não pode ser reduzida às normas de conduta ou às estruturas normativas. A ideologia se refere às práticas da vida cotidiana, pois fornecem aos agentes um “conhecimento prático” para o exercício de suas atividades diárias. (POULANTZAS, 2019, p. 210-211). No entanto, vimos também que essa questão não foi elaborada de maneira suficiente no texto de *PPCS*, por isso a confusão em relação ao papel do Estado e da ideologia como fatores de coesão no MPC.

A teoria de Poulantzas não sugere qualquer razão para supor que o modo de legitimação no capitalismo avançado tenha mudado substancialmente em relação ao capitalismo liberal. O modo como esses problemas são concebidos é estabelecido a partir dos próprios fundamentos de sua pesquisa, através da construção dos conceitos de “modo de produção” e “formação social”.

Assim, do ponto de vista de Poulantzas, o que deve ser legitimado não é a intervenção do Estado na economia; segundo ele, sempre houve intervenção do Estado, mesmo que entendida como um complemento às funções do mercado<sup>115</sup>. O que deve ser legitimado, então, é o MPC como um todo, que, por si só, é exploratório. E isso é alcançado através da ocultação desse caráter exploratório e de domínio de classe, bem como do papel específico do Estado na manutenção e na reprodução das condições para essa exploração e dominação. De maneira que, mesmo a partir dessa perspectiva, não se nega a crescente intervenção do Estado na economia, muito menos que isso tenha acarretado mudanças importantes na sociedade capitalista atual.

### 3.4 Como relacionar as duas abordagens com seus respectivos contextos sociais?

Nesta última seção buscaremos apenas oferecer um esboço de como relacionar as abordagens de Miliband e Poulantzas com seus respectivos contextos sociais. Para isso, em primeiro lugar, destacaremos que os discursos desses dois marxistas se opõem a outras

---

<sup>115</sup> Em trabalhos como *PPCS*, Poulantzas deu bastante ênfase à questão da autonomia do Estado em relação à economia, e à possibilidade de desenvolvimento de uma teoria do Estado sem ter que lidar com a teoria econômica. (POULANTZAS, 2019, p. 31-32). Nessa obra, as relações entre o poder econômico e o Estado, bem como o papel deste último no processo de acumulação de capital e reprodução das relações capitalistas de produção, acabou sendo desvalorizado. (TARCUS, 1991, p. 36). Essa foi, inclusive, uma das principais retificações que Poulantzas fez em *EPS*.

concepções teóricas, de modo que o campo dos discursos teóricos em que estão situados é realmente conflitante internamente. Além disso, e o que é mais importante neste momento, a existência desses conflitos significa, no nível teórico, a existência de diferenças nos contextos político e ideológico em que esses discursos foram construídos.

Podemos encontrar algum fundamento para essas afirmações observando, por exemplo, os conflitos políticos e ideológicos da Grã-Bretanha na década de 1960, e ver como essas questões refletiram na sociologia política daquela época. Procedendo dessa maneira, podemos compreender o confronto de Miliband com as ideias dos teóricos democrático-pluralistas. Quanto a isso, logo nas primeiras páginas de *ESC* o autor diz:

Um dos objetivos principais desta obra é justamente demonstrar de maneira detalhada que a concepção democrática pluralista da sociedade, da política e do Estado no que se refere aos países capitalistas avançados é errônea no essencial, que essa concepção, longe de oferecer um guia para a realidade, constitui uma profunda deturpação da mesma. (MILIBAND, 1972, p. 15).

Essa passagem se encontra um pouco depois da seguinte afirmação:

Os homens competem pela atenção do Estado ou pelo controle do mesmo e é contra o Estado que batem as ondas do conflito social. E' (sic.) ao Estado que os homens encontram, em escala cada vez maior, quando enfrentam outros homens. Eis por que, como seres sociais, eles são também seres políticos, quer saibam ou não. (MILIBAND, 1972, p. 11).

De maneira semelhante, Poulantzas abre o texto de *EPS* fazendo a seguinte advertência: “A urgência deste trabalho em sua origem deve-se, inicialmente, à situação política na Europa.” (POULANTZAS, 2000, p. 7). E segue com esse raciocínio na introdução, apontando para a mesma questão levantada por Miliband: “Quem escapa ao Estado e ao poder hoje, e, também, quem disso não fala? A situação política atual, não somente na França mas em toda a Europa, é certamente responsável por alguma coisa.” (POULANTZAS, 2000, p. 9).

Em *PPCS*, Poulantzas também estava muito preocupado em contrastar ideias opostas, tanto do próprio campo marxista quanto de fora desse campo<sup>116</sup>. Devemos reconhecer, contudo, que a compreensão completa do significado desses confrontos, tanto no nível da teoria quanto em um nível extra-teórico, exigiria uma análise mais detalhada dos contextos político e intelectual da França.

---

<sup>116</sup> Em *PPCS*, Poulantzas contrasta ideias opostas de diversas perspectivas. Como exemplo podemos citar as seguintes páginas: p. 105-113; 124-125; 136; 146-147; 199-200; 264-265. (POULANTZAS, 2019).

Essas breves passagens retiradas dos textos de Miliband e Poulantzas servem para confirmar duas afirmações: primeira, as duas teorias que examinamos nesta dissertação estão inseridas em um campo teórico internamente conflituoso; segunda, a produção dessas teorias foi impulsionada, em grande medida, por interesses extrateóricos e extracientíficos, quais sejam: interesses ideológicos e políticos.

Por outro lado, é possível identificarmos nos textos desses dois autores seus interesses específicos, através, por exemplo, da compreensão que eles próprios possuem de sua teoria<sup>117</sup>. Podemos notar isso pelo fato de ambos adotarem abertamente uma perspectiva marxista. Isso implica uma “auto-representação” – tanto dos teóricos quanto de suas teorias – em relação à luta de classes<sup>118</sup>. Aqui, devemos entender a expressão “luta de classes” como possuidora de um duplo significado: primeiro, referindo-se a um conceito fundamental dentro da teoria de Miliband e Poulantzas; segundo, como responsável por caracterizar uma realidade extra-teórica assumida pelos autores. (WRIGHT, 1981, p. 22-24).

Assim, considerando a adesão explícita dos autores à perspectiva marxista, bem como a “auto-representação” de suas teorias, é possível concluirmos que: no campo dos discursos teóricos, à luz dos conflitos internos no campo das práticas produtoras de teorias sobre o Estado capitalista, as abordagens de Miliband e de Poulantzas representam os interesses da classe trabalhadora no nível da produção teórica, e suas teorias representam esses interesses no campo das teorias sociológicas do Estado.

Essa formulação do vínculo entre as teorias e os interesses específicos de classe, além de outros interesses, repousa na compreensão que os próprios autores possuem de suas obras. Assim, aqui surge uma importante questão: podemos dizer, realmente, que as teorias de Miliband e de Poulantzas correspondem aos interesses da classe operária revolucionária? Derivada dessa questão, tentaremos iniciar uma resposta à seguinte indagação: se é verdade que as teorias desses dois autores marxistas correspondem aos interesses do proletariado, como podemos explicar as discrepâncias apresentadas nesta dissertação?

Para abordarmos adequadamente essa indagação, primeiramente, devemos destacar dois pontos bastantes importantes. Primeiro ponto, as duas abordagens surgiram em formações sociais capitalistas distintas; Grã-Bretanha e França, cada uma com históricos e

---

<sup>117</sup> Como vimos nos dois primeiros capítulos desta dissertação, ambos pretendiam avançar na análise da dimensão política do marxismo.

<sup>118</sup> De acordo com Eric Olin Wright: “A luta de classes, na análise de Poulantzas, não se refere à auto-organização consciente de uma classe como força social, mas, isto sim, à qualidade antagônica e contraditória das relações sociais que encerram a divisão social do trabalho. Existe a luta de classes mesmo quando estas estejam desorganizadas. (WRIGHT, 1981, p. 31).

contextos políticos, econômicos e intelectuais bastante particulares.<sup>119</sup> Segundo ponto, como vimos no primeiro capítulo, uma nova teoria nunca ocorre em um vácuo conceitual e intelectual; as teorias são produzidas através de ferramentas teóricas e matérias-primas disponíveis para os teóricos em seus meios sociais e intelectuais específicos<sup>120</sup>. (ALTHUSSER, 1979, p. 42-44). Assim, em grande parte, as diferenças entre teorias específicas, relacionadas, por exemplo, através de seu objeto de estudo (Estado capitalista, no caso), devem ser explicadas à luz das diferenças entre as respectivas ferramentas e matérias-primas que cada abordagem utiliza na produção de cada teoria. Foi isso que tentamos fazer, no nível das relações conceituais, quando examinamos a parte substantiva das duas teorias nesta dissertação; contudo, naquele momento, simplesmente consideramos como dadas as diferenças entre os pressupostos e entre as matérias-primas de Miliband e Poulantzas.

Com isso queremos dizer que nesse ponto deveríamos continuar nossa análise para explicarmos melhor as diferenças no nível dos pressupostos e das matérias-primas, e que isso deve ser feito tomando como referência os contextos sociais e históricos em que as teorias dos dois autores foram construídas.

Isso porque, quando duas teorias são produzidas em formações sociais distintas mas similares, e, além disso, quando são construídas através de práticas análogas, visando atingir objetivos também análogos (como é o caso das duas teorias que examinamos nesta dissertação), podemos esperar que apresentem semelhanças e discrepâncias. Isso tudo pode ser melhor explicado através de uma análise das similaridades e das diferenças dos ambientes sociais que os teóricos desenvolvem seu pensamento.

Considerando que uma abordagem mais completa dessa questão requer um estudo mais aprofundado – o que escapa do objetivo da presente pesquisa –, aqui faremos apenas uma breve ilustração do problema a fim de proporcionar uma abertura para pesquisas posteriores.

Como vimos, as abordagens de Miliband e Poulantzas são semelhantes precisamente na tentativa de articular interesses proletários no nível da produção teórica, ou seja, no interesse de construir teorias sociológicas que desvelem as funções e a natureza de classe do Estado capitalista. Elas também são semelhantes porque recorrem aos conceitos desenvolvidos por Marx (por exemplo, MPC, relações de produção, exploração, luta de

---

<sup>119</sup> A relevância da “matriz espacial” e da história que definem uma nação é bastante discutida por Poulantzas em *EPS*. (POULANTZAS, 2000, p. 91-121).

<sup>120</sup> Vimos essa questão quando tratamos da epistemologia althusseriana na seção 1.1.

classes, dentre outros). Todas essas semelhanças são possíveis porque as duas abordagens surgiram em formações capitalistas onde existem interesses proletários, ideologias burguesas, tradições marxistas particulares, dentre outras questões. Por outro lado, como a Grã-Bretanha e a França não são exatamente a mesma formação social, as duas abordagens acabam diferindo na maneira como tratam alguns problemas semelhantes, e na forma como buscam atingir seus objetivos análogos.

Para esclarecermos melhor esse ponto, cabe destacarmos que em um dado momento histórico, em uma dada formação social, existe uma gama limitada de possibilidades, a partir das quais os teóricos podem selecionar ferramentas teóricas e escolher as matérias-primas que serão trabalhadas. (WRIGHT, 1981, p. 17). Nessa perspectiva, as diferenças existentes no nível dos pressupostos e das matérias-primas das duas abordagens, também devem ser explicadas através do contexto e do histórico intelectual específico dos países em que as obras dos autores foram desenvolvidas – Grã-Bretanha e França –. Cada abordagem também deve ser analisada à luz das tradições do pensamento filosófico e sociológico que foram dominantes em suas respectivas formações sociais.

De fato, essas tradições intelectuais atravessam as concepções ontológicas e epistemológicas pressupostas pelas obras dos autores, além de servirem de base conceitual utilizada como matéria-prima de suas teorias.

É por esse motivo, por exemplo, que por conta da influência da tradição empirista britânica no marxismo de Miliband, não seja obra do acaso que sua abordagem revele um forte traço empirista. No caso da abordagem de Poulantzas, por outro lado, devido ao impacto exercido pela epistemologia althusseriana em *PPCS*, também podemos dizer que não seja nenhuma coincidência que a mesma tenha sido afetada pelo racionalismo, tradição filosófica dominante na França.<sup>121</sup> (DUHALDE, 2009, 82-83).

Como mencionamos, apesar de distintas, as abordagens de Miliband e Poulantzas buscaram representar os interesses da classe trabalhadora em níveis teóricos, cada uma das quais respondeu diferentemente as diferentes condições. Contudo, como vimos no decorrer desta dissertação, não devemos esquecer que, em seus contextos específicos, o trabalho de Miliband não procurou romper com os pressupostos epistemológicos de seus adversários, enquanto que o texto de Poulantzas sim. Apesar disso, podemos afirmar que o autor de *PPCS*

---

<sup>121</sup> O próprio Althusser reconheceu a influência exercida pelo racionalismo francês em seu texto *Elementos de autocrítica*. (ALTHUSSER, 1978, p. 80; 92).

não rompeu com pensamento burguês ao ponto de construir um discurso epistemológico novo. (CALIGARIS, 2018, p. 16).

Por isso, acreditamos que para explicarmos melhor as discrepâncias reais entre essas abordagens, seria necessário trabalharmos em dois níveis de análise: um conceitual e um sociológico. Por sua vez, a análise conceitual deve ser desenvolvida em duas direções: uma histórica, que explica os discursos sociológicos dos autores à luz da história intelectual da formação social em que existem abordagens distintas; e outra estrutural, que examina as relações entre as teorias substantivas e seus pressupostos, bem como a estrutura lógica interna de cada discurso sociológico.

À luz do que acabamos discorrer, podemos compreender o objetivo e o significado do exercício realizado nesta dissertação. Neste trabalho, nos limitamos à análise no campo das estruturas conceituais de cada teoria e de seus respectivos pressupostos. Demonstramos que os pressupostos epistemológicos e ontológicos, além de condicionarem a seleção da matéria-prima e o uso das ferramentas específicas do trabalho teórico, também impõem limites ao desenvolvimento das teorias substantivas do autores. Uma análise conceitual que leve em conta as diretrizes históricas, poderia nos revelar até que ponto as teorias e os pressupostos são influenciados por conteúdos ideológicos, e não revolucionários. Isso porque, as ideologias burguesas podem servir aos interesses burgueses afetando à produção substantiva de discursos, mesmo que os produtores de tais discursos estejam empenhados em servir aos interesses da classe trabalhadora.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta pesquisa com a ideia de analisar os efeitos de determinadas concepções do conhecimento científico social e da realidade social sobre as teorias sociológicas. A partir disso, examinamos e comparamos as teorias de Miliband e Poulantzas, dois autores marxistas que, cada qual com sua abordagem, ao refletirem sobre a questão do Estado no contexto da sociedade capitalista, produziram “[...] dois trabalhos bastante desiguais, na forma e no conteúdo.” (CODATO, 2008, p. 67).

No primeiro capítulo, momento em que analisamos o texto de *PPCS*, vimos que para Poulantzas, o processo de produção do conhecimento científico inicia-se com a produção de uma “problemática” adequada. Adepto da epistemologia althusseriana, Poulantzas entende que quando essa tarefa é negligenciada, a ideologia acaba preenchendo o lugar do problema científico ausente e, por consequência, o objeto da experiência – diferente do objeto real – acaba sendo dado pela ideologia, e não pela ciência. Como vimos, tal postura é utilizada pelo autor para demarcar a distinção entre ciência e ideologia.

Vimos ainda que, de acordo com Poulantzas, a concepção de verdade e a validação do conhecimento não dependem da correspondência entre teoria e objeto. O conhecimento científico, segundo esse autor, é validado por sua “problemática”. Se o conceito científico de um objeto é produzido, então, o objeto é apropriado pelo conhecimento. Dessa forma, conceito e objeto mantêm uma relação de “conhecimento”, que, no entanto, acaba não sendo esclarecida pelo o autor.

Assim, esse ponto de vista epistemológico concebido por Poulantzas em *PPCS*, nega a relação entre sujeito e objeto e, em geral, rejeita qualquer perspectiva centrada no “sujeito”. Portanto, está vinculado à rejeição ontológica da categoria de “sujeito”. Da mesma forma, como vimos, tal ponto de vista condiz com a ideia presente no nível sociológico que destaca a importância da estrutura sobre o agente.

Além disso, ainda no primeiro capítulo, mencionamos também que abordagem de Poulantzas não descarta, nem despreza a experiência empírica. No entanto, em sua perspectiva, essas experiências não desempenham um papel epistemologicamente determinante na produção ou validação do conhecimento, pois representam experiências sofridas por “sujeitos” humanos. Precisamente como sujeitos, eles apenas são “portadores”

das práticas, particularmente da produção de conhecimento, de modo que suas experiências atuam tão somente como “suporte”, e, em certa medida, como resultado desse processo.

No segundo capítulo, direcionamos nossa análise à teoria de Miliband. A discussão realizada em torno dela, constitui uma base para a seguinte conclusão: há, conforme observamos no decorrer de nossa exposição, traços empiristas na abordagem do autor de *ESC*. Alguns desses traços, inclusive, são incorporados a partir de sua concepção de que é possível refutar as teorias democrático-pluralistas tomando por base seus próprios pressupostos epistemológicos. Nesse sentido, o discurso de Miliband apresenta a teoria política marxista como abstrata e hipotética.

No entanto, conforme o argumento de Miliband se desenvolve, sua própria lógica mostra que as teses dos teóricos pluralistas só podem ser refutadas, de forma satisfatória, se ele recorrer às “restrições estruturais” do próprio sistema capitalista. Nesse momento, há uma mudança nos pressupostos epistemológicos do discurso sociológico de Miliband. Seu quadro teórico (teoria marxista) não é mais utilizado como uma teoria abstrata (puramente hipotética) a ser corroborada pela comparação com a realidade concreta. Em vez disso, desempenha o papel de um quadro teórico responsável por constituir os fatos e descrever uma realidade estruturada, demonstrando que a realidade de uma sociedade capitalista não pode ser cientificamente fundamentada apenas através das regularidades e das conexões observadas empiricamente.

Assim, em última análise, podemos dizer que, é sobretudo a lógica do confronto com as teses dos teóricos democrático-pluralistas que obriga o discurso de Miliband a se inclinar para um tipo de explicação estruturalista (em conjunto com o traço não empirista de seu estudo). Nesse momento, tal tendência é, de fato, dominante, e sua presença torna possível uma refutação bem-sucedida das teses dos teóricos pluralistas. Contudo, quando esse confronto direto é abandonado, e seu discurso passa a analisar a sociedade capitalista como um todo, o outro traço de Miliband submerge, qual seja, sua metodologia baseada na observação das conexões sociais entre atores sociais concretos.

Os argumentos que expomos no terceiro e último capítulo desta dissertação apoiam a seguinte conclusão: as abordagens de Miliband e Poulantzas apresentam análises sociológicas substancialmente distintas.

Além disso, nesse último capítulo, vimos que as abordagens desses dois autores, como discursos sociológicos, assumem algumas concepções ontológicas e epistemológicas que nem sempre partem do discurso sociológico substantivo propriamente dito. Isto é: que são

concepções extradiscursivas; que os dois conjuntos de pressupostos são distintos; que tais pressupostos fazem a “seleção” dos conceitos incorporados aos seus discursos sociológicos, adotando discursos ideológicos e científicos preexistentes; que tais pressupostos também selecionam o que deve ser considerado como evidência que sirva de fundamento para as análises dos autores; que, de tal modo, são responsáveis pela “mediação” dos efeitos da matéria-prima nos discursos sociológicos; que estabelecem “limitações estruturais” aos discursos sociológicos ao permitir o ingresso de alguns conceitos específicos, ou descartar outros, desde que o discurso sociológico permaneça epistemologicamente congruente com seus pressupostos; e, por último, que os pressupostos epistemológicos e ontológicos afetam significativamente o que um discurso sociológico substantivo pode dizer sobre uma dada realidade social.

A partir disso, deduzimos que o diálogo e o confronto entre duas teorias sociológicas opostas, apresentam disputas em um nível conceitual e extradiscursivo. Um diálogo mais proveitoso entre abordagens rivais, ou até mesmo a crítica destas, demandaria um melhor esclarecimento de suas concepções, sob pena de perdermos fatores determinantes e significativos da forma lógica e do conteúdo substantivo dos discursos sociológicos.

No último capítulo também mencionamos que apesar de possuírem objetivos análogos, e serem construídas através de práticas análogas, as teorias de Miliband e Poulantzas foram produzidas em formações sociais distintas, isto é, Grã-Bretanha e França, respectivamente.

Assim, como uma forma de melhor compreensão das discrepâncias existentes nas abordagens desses dois autores marxistas, convém proceder a uma análise mais aprofundada das similaridades e das diferenças dos ambientes sociais em que esses teóricos desenvolvem seu pensamento. Acreditamos que a investigação dessas questões pode abrir uma possibilidade para novas pesquisas que venham analisar outras abordagens no campo da sociologia política, igualmente compostas por dois pensamentos distintos que se opõe entre si.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Posições 1**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- ALTHUSSER, Louis. “De *O capital* à Filosofia de Marx”. In: ALTHUSSER, Louis et al. **Ler O Capital**. v. 1, São Paulo: Zahar, 1979, p. 11-74.
- ALTHUSSER, Louis. “O Objeto de *O capital*”. In: ALTHUSSER, Louis et al. **Ler O Capital** v. 2, São Paulo: Zahar, 1980, p. 7-152.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas, SP: Unicamp, 2015.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental. Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARONOWITZ, Stanley e BRATSIK, Peter (eds.) **Paradigm lost: State theory reconsidered**. University of Minnesota: Minneapolis, 2002.
- BARROW, Clyde W. The Miliband-Poulantzas Debate. An intellectual history. In: ARONOWITZ, Stanley e BRATSIK, Peter (eds.) **Paradigm lost: State theory reconsidered**. University of Minnesota: Minneapolis, 2002, p. 3-52.
- BARROW, Clyde W. **(Re)Reading Poulantzas: State Theory and the Epistemologies of Structuralism**. Dartmouth: University of Massachusetts, 2006.
- BARROW, Clyde W. Ralph Miliband and the Instrumentalist Theory of the State: The (Mis) Construction of an Analytic Concept. In: WETHERLY, Paul; BARROW, Clyde W. e BURNHAM, Peter. **Class, Power and the State in Capitalist Society: Essays on Ralph Miliband**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008, p. 84-108.
- BOITO JR., Armando. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. In: PINHEIRO, Jair (Org.). **Ler Althusser**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 151-182.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2012, p. 235.
- BOUDON, R. **Para que serve a noção de estrutura? A significação da noção de estrutura nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- CALIGARIS, Gastón. Revisitando el debate Miliband-Poulantzas: ¿cómo conocer al Estado capitalista? Athenea Digital. **Revista de pensamiento e investigación social**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. e1612, abr. 2018.

CARNAP, Rudolf. O Caráter Metodológico dos Conceitos Teóricos. In: Schlick, Carnap e Popper. **Os Pensadores**. Tradução de Pablo Rubén Mariconda, São Paulo, Editora Abril S.A. Cultural e Industrial, 1ª edição, 1975.

CODATO, A. Poulantzas, o Estado e a revolução. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 27, p. 65-85, 2008.

DUHALDE, Santiago. Entre el sujeto y la estructura. Relectura de una polémica clásica sobre el Estado capitalista. Athenea Digital - **Revista de Pensamiento e Investigación Social**, n. 15, p. 81-95, 2009.

ESCOBAR, Carlos Henrique. **Epistemologia das ciências hoje**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

FEYERABEND, Paul Karl. *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GOLD, David A; LO, Clarence Y. H; e WRIGHT, Erik Olin. Recientes desarrollos en la teoría marxista del estado capitalista. In: SONNTANG, Heintz Rudolf; VALLECILOS, Hector. **El estado en el capitalismo contemporáneo**. México: Siglo XXI, 10ª edição, 1999, p. 23-61.

Instituto Nicos Poulantzas: <https://poulantzas.gr/>. Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

JESSOP, Bob. Dialogue of the deaf: reflections on the Poulantzas-Miliband debate. In: BARROW, Clyde W. and BURNHAM, (Eds.), **Class, power and the state in capitalist society: Essays on Ralph Miliband**. Basingstoke: Palgrave, 2008, p. 132-157.

LACLAU, Ernesto. “A especificidade do político”. In: **Política e ideologia na teoria marxista. Capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978, p. 57-85.

MARTIN, James. **The Poulantzas Reader: Marxism, Law and the State**. London, Verso, 2008.

MARX, Karl. O método da economia política (Introdução); In: MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 54-95.

MENDEZ, Álvaro G. Bianchi; **Trazendo o Estado de volta para a teoria: o debate Miliband-Poulantzas revisitado**, 10/2007, Científico Nacional, 31º Encontro Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, Vol. 1, p.1-10, Caxambu, MG, BRASIL, 2007.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MILIBAND, Ralph. **Marxismo e Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MILIBAND, Ralph. “O problema do Estado Capitalista: resposta a Nicos Poulantzas” In: BLACKBURN, Robin (org.) **Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 233-241.

MILIBAND, Ralph. Marx y el Estado. In: TARCUS, Horacio. **Debates sobre el Estado capitalista**. Buenos Aires: Imago Mundi, 1991, p. 41-69.

MILIBAND, Ralph. Poulantzas e o Estado Capitalista. **Crítica Marxista**, São Paulo: Ed. Unesp, n.27, p. 93-104. 2008.

OLIVÉ, León. **Estado, legitimación y crisis**. México: Siglo XXI, 1985.

PINHEIRO, Jair. Uma ruptura declarada. In: PINHEIRO, Jair (Org.). **Ler Althusser**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 183-212.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

POULANTZAS, Nicos. “O problema do Estado Capitalista” In BLACKBURN, Robin (org.) **Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 219-241.

POULANTZAS. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4ª ed. Trad. Rita Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POULANTZAS, Nicos. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. **Crítica Marxista**, São Paulo: Ed. Unesp, n.27, 2008, p.105-127.

REICHENBACH, H. **The Rise of Scientific Philosophy**, Berkeley: University of California, 1951.

ROCHA, Acílio. E. Dialética e ideologia em Althusser, **Revista Portuguesa de Filosofia**, tomo XXXII n. 3-4, p. 305-324, 1976.

SAES, Décio. Marxismo e história. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, p. 39-59, 1994.

SAES, Décio. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In: MORAES, Joaquim de. História do Marxismo no Brasil, volume III. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998a, p. 13-150.

SAES, Décio. A Questão da Autonomia Relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, n. 7, p. 46-66, 1998b.

THWAITES, Mabel. Complejidades de una paradójica polémica: estructuralismo versus instrumentalismo. In: THWAITES, Mabel (comp.). **Estado y marxismo: un siglo y medio de debates**. Buenos Aires: Prometeo libros, 2007, p. 215-268.

WETHERLY, Paul; BARROW, Clyde W. e BURNHAM, Peter. **Class, Power and the State in Capitalist Society: Essays on Ralph Miliband**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

WRIGHT, Erik Olin. **Classe, crise e o Estado**; Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.